

Banco Santander (Brasil) S.A.

**Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Preparadas de Acordo com Práticas Contábeis
Adotadas no Brasil Aplicáveis às Instituições
Autorizadas a Funcionar pelo Banco Central do Brasil**

30 de Setembro de 2017

Simples | Pessoal | Justo



ÍNDICE	Pág.
Comentário de Desempenho.....	1
Relatório dos Auditores Independentes.....	13
Demonstrações Financeiras	
Balanços Patrimoniais.....	16
Demonstração dos Resultados.....	20
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Banco.....	21
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Consolidado.....	22
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	23
Demonstrações do Valor Adicionado.....	24
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	
Nota 1 . Contexto Operacional.....	25
Nota 2 . Apresentação das Demonstrações Financeiras.....	25
Nota 3 . Principais Práticas Contábeis.....	26
Nota 4 . Caixa e Equivalentes de Caixa.....	34
Nota 5 . Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	34
Nota 6 . Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	35
Nota 7 . Relações Interfinanceiras.....	57
Nota 8 . Carteira de Créditos e Provisão para Perdas.....	58
Nota 9 . Carteira de Câmbio.....	63
Nota 10 . Negociação e Intermediação de Valores.....	63
Nota 11 . Créditos Tributários.....	64
Nota 12 . Outros Créditos - Diversos.....	67
Nota 13 . Ativos Não-Correntes Mantidos para a Venda.....	67
Nota 14 . Informações das Dependências e da Subsidiária no Exterior.....	67
Nota 15 . Participações em Coligadas e Controladas.....	69
Nota 16 . Imobilizado de Uso.....	75
Nota 17 . Intangível.....	75
Nota 18 . Captação de Recursos e Obrigações por Empréstimos e Repasses.....	76
Nota 19 . Fiscais e Previdenciárias.....	80
Nota 20 . Dívidas Subordinadas.....	81
Nota 21 . Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital.....	82
Nota 22 . Outras Obrigações - Diversas.....	82
Nota 23 . Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias.....	83
Nota 24 . Patrimônio Líquido.....	88
Nota 25 . Limites Operacionais.....	91
Nota 26 . Partes Relacionadas.....	91
Nota 27 . Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias.....	101
Nota 28 . Despesas de Pessoal.....	101
Nota 29 . Outras Despesas Administrativas.....	102
Nota 30 . Despesas Tributárias.....	103
Nota 31 . Outras Receitas Operacionais.....	103
Nota 32 . Outras Despesas Operacionais.....	104
Nota 33 . Resultado não Operacional.....	104
Nota 34 . Imposto de Renda e Contribuição Social.....	105
Nota 35 . Plano de Benefícios a Funcionários - Benefícios Pós-Emprego.....	106
Nota 36 . Estrutura de Gerenciamento de Risco.....	116
Nota 37 . Reestruturações Societárias.....	123
Nota 38 . Outras Informações.....	124
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras.....	126
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes.....	127

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Comentário de Desempenho às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativas ao período findo em 30 de setembro de 2017, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

As demonstrações financeiras consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) do período findo em 30 de setembro de 2017 foram divulgadas simultaneamente no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

1) Conjuntura Econômica

O clima sobre a economia brasileira tem melhorado ao longo de 2017. De um lado, há sinais cada vez mais convincentes de que a economia entrou em rota de recuperação, liderada pela agropecuária e exportações no 1º trimestre, pela liberação dos recursos do FGTS no 2º trimestre, e consolidada com uma melhora gradual, mas consistente, no mercado de trabalho e nas condições de crédito. Existem sinais suficientes para sustentar a expectativa de retomada do crescimento econômico, deixando para trás a mais longa e profunda recessão da história brasileira.

A inflação tem surpreendido para baixo, consolidando uma perspectiva de que permanecerá próxima dos objetivos da autoridade monetária nos próximos anos. Com inflação confortavelmente ao redor da meta, a taxa de juros (interbancária de curtíssimo prazo) deve atingir o menor patamar dos últimos 60 anos, abrindo espaço para mudanças estruturais importantes na economia brasileira, notadamente um novo ciclo de expansão do crédito e desenvolvimento do mercado de capitais.

A consolidação de um cenário favorável exige avanço no processo de reformas estruturais, principalmente na área fiscal, de modo a reverter a trajetória ascendente da dívida pública. Medidas destinadas a aperfeiçoar o ambiente de negócios e impulsionar a produtividade também são necessárias para garantir crescimento sustentável e melhora dos indicadores sociais.

2) Desempenho
2.1) Resultado Societário

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADA (R\$Milhões)	9M17	9M16	variação anual %	3T17	2T17	variação 3T17 vs. 2T17 %
Receitas da Intermediação Financeira	59.752,2	65.590,0	-8,9	20.025,5	18.626,3	7,5
Despesas da Intermediação Financeira	(38.435,1)	(43.158,6)	-10,9	(11.239,1)	(13.616,4)	-17,5
Resultado Bruto da Intermediação Financeira ⁽¹⁾⁽²⁾	21.317,1	22.431,4	-5,0	8.786,4	5.009,9	75,4
Outras Receitas (Despesas) Operacionais ⁽³⁾	(10.490,9)	(10.352,1)	1,3	(4.066,4)	(3.050,7)	33,3
Resultado Operacional	10.826,2	12.079,3	-10,4	4.720,1	1.959,2	140,9
Resultado não Operacional ⁽⁴⁾	(312,6)	39,7	-887,2	(34,5)	(209,7)	-83,5
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	10.513,6	12.119,0	-13,2	4.685,5	1.749,6	167,8
Imposto de Renda e Contribuição Social ⁽¹⁾	(3.612,0)	(7.034,5)	-48,7	(2.343,1)	576,4	-506,5
Participações no Lucro	(1.102,8)	(947,0)	16,4	(437,8)	(345,7)	26,6
Participações dos Acionistas Minoritários ⁽⁵⁾	(300,3)	(141,8)	111,8	(109,9)	(100,8)	9,1
Lucro Líquido Societário	5.498,6	3.995,7	37,6	1.794,7	1.879,5	-4,5
Exclusão da despesa com amortização do ágio	1.368,5	1.354,2	1,1	457,1	455,8	0,3
Lucro Líquido Excluindo Amortização do Ágio	6.867,1	5.349,9	28,4	2.251,7	2.335,2	-3,6

Para melhor compreensão dos resultados em BRGAAP, abaixo estão apresentados o Resultado Bruto da Intermediação Financeira e Imposto de Renda e Contribuição Social, desconsiderando o efeito do *hedge* (vide item 1):

RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA AJUSTADO (R\$Milhões)	9M17	9M16	variação anual %	3T17	2T17	variação 3T17 vs. 2T17 %
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	21.317,1	22.431,4	-5,0	8.786,4	5.009,9	75,4
IR/CSLL (<i>hedge</i>)	(596,4)	(6.020,7)	-90,1	(1.226,5)	1.502,4	-181,6
PIS/Cofins (<i>hedge</i>)	(64,6)	(652,7)	-90,1	(132,9)	162,8	-181,6
Resultado Bruto da Intermediação Financeira Ajustado ⁽²⁾	20.656,1	15.758,0	31,1	7.427,0	6.675,1	11,3
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (R\$Milhões)	9M17	9M16	variação anual %	3T17	2T17	variação 3T17 vs. 2T17 %
Imposto de Renda e Contribuição Social	(3.612,0)	(7.034,5)	-48,7	(2.343,1)	576,4	-506,5
IR/CSLL (<i>hedge</i>)	596,4	6.020,7	-90,1	1.226,5	(1.502,4)	-181,6
PIS/Cofins (<i>hedge</i>)	64,6	652,7	-90,1	132,9	(162,8)	-181,6
Imposto de Renda e Contribuição Social Ajustado	(2.951,0)	(361,1)	717,2	(983,7)	(1.088,8)	-9,7

1) Hedge dos investimentos no exterior

O Banco Santander opera uma agência nas Ilhas Cayman e uma subsidiária chamada Santander Brasil Establecimiento Financiero de Credito, EFC, ou "Santander Brasil EFC" (subsidiária independente na Espanha), que são usadas principalmente para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro. Para cobrir a exposição a variações cambiais, o Banco utiliza derivativos. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros não são tributáveis para fins de PIS/Cofins/IR/CSLL, enquanto que os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis. O objetivo desses derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos.

O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resulta em volatilidade no resultado operacional e nas contas de despesas tributárias (PIS/Cofins) e impostos sobre renda (IR/CSLL), conforme demonstrado abaixo:

HEDGE DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR (R\$Milhões)	9M17	9M16	variação anual %	3T17	2T17	variação 3T17 vs. 2T17 %
Variação Cambial	(729,0)	(7.361,6)	-90,1	(1.499,2)	1.836,3	-181,6
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.390,0	14.035,0	-90,1	2.858,6	(3.501,5)	-181,6
PIS/Cofins	(64,6)	(652,7)	-90,1	(132,9)	162,8	-181,6
IR/CSLL	(596,4)	(6.020,7)	-90,1	(1.226,5)	1.502,4	-181,6

2) Resultado Bruto da Intermediação Financeira Ajustado

O incremento nos nove primeiros meses de 2017 em comparação com o mesmo período do ano anterior ocorreu, principalmente, em função de maiores receitas de crédito, captações de clientes e atividades com o mercado. A melhora na linha de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (3,8%), no mesmo período de comparação, refletindo a solidez dos modelos de riscos do Banco Santander, com maior previsibilidade no ciclo de vida dos clientes, ao manter sob controle os indicadores de qualidade da carteira de crédito.

3) Outras Receitas (Despesas) Operacionais

Comissões - Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias apresentou crescimento, principalmente, em função da maior transacionalidade. Destaque para: (a) comissão de cartão de crédito/débito e Serviços Adquirente que totalizou R\$3.546 milhões nos nove primeiros meses de 2017, com crescimento de 24,0% em 12 meses e aumento de 5,5% em 3 meses, devido principalmente, ao maior volume de faturamento; (b) serviço de conta corrente totalizou R\$2.144 milhões no acumulado do ano, com aumento de 14,0% em doze meses, influenciada pelo aumento de vinculação de clientes, maior transacionalidade e realinhamento dos produtos; e (c) comissões com seguros totalizaram R\$1.795 milhões nos nove primeiros meses de 2017, com aumento de 17,9% em 12 meses, em função da expansão do portfólio de produtos e crescimento do produto prestamista, que acompanha a dinâmica de crédito. Em três meses, essas receitas reduziram 7,2%, devido principalmente, as campanhas realizadas no trimestre passado, que não ocorreram nesse período.

Despesas Gerais - O total de despesas gerais, que inclui despesas com pessoal, outras despesas administrativas e despesas com participações no lucro, excluindo os efeitos da amortização do ágio, teve um aumento de 5,4% em 12 meses, sendo que as despesas de pessoal e participações no lucro aumentaram 5,4% e as outras despesas administrativas aumentaram 5,3%, no mesmo período de comparação. O incremento em despesas de pessoal, foi influenciado, principalmente, pelas maiores despesas de remuneração, em função do incentivo à meritocracia alinhado à performance do negócio. As despesas também foram impactadas pelo acordo coletivo, ocorrido em setembro de 2017. O crescimento em despesas administrativas, foi influenciado, principalmente por maiores despesas com serviços técnicos especializados e de terceiros, decorrentes de melhorias operacionais e fortalecimento de diversos produtos e serviços, que foram adicionados à plataforma digital, propaganda, promoções e publicidade, em função de maiores ações comerciais no período e processamento de dados, relacionados ao aumento de transacionalidade.

4) Resultado Não Operacional

No segundo trimestre de 2017, inclui R\$338 milhões de provisões para desvalorizações sobre imóveis, constituídas a partir de laudos de avaliação elaborados por consultoria externa especializada.

5) Participações dos Acionistas Minoritários

O incremento foi decorrente, principalmente, do crescimento do resultado das controladas Banco RCI, Olé, Getnet e entidades que também possuem a participação minoritária de parceiros externos do Grupo Santander.

2.2) Ativos e Passivos

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO (R\$Milhões)	set/17	set/16	variação anual %	jun/17	variação set/17 vs. jun/17 %	dez/16	variação set/17 vs. dez/16 %
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	664.984,2	647.837,0	2,6	640.994,6	3,7	688.673,4	-3,4
Permanente	11.784,2	13.348,8	-11,7	12.055,9	-2,3	13.031,1	-9,6
TOTAL DO ATIVO	676.768,5	661.185,8	2,4	653.050,4	3,6	701.704,5	-3,6
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	611.636,8	597.106,1	2,4	589.129,0	3,8	640.842,7	-4,6
Resultados de Exercícios Futuros	505,5	565,0	-10,5	519,4	-2,7	564,6	-10,5
Participação dos Acionistas Minoritários	2.267,6	2.194,1	3,3	2.544,5	-10,9	2.525,7	-10,2
Patrimônio Líquido	62.358,6	61.320,6	1,7	60.857,5	2,5	57.771,5	7,9
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	676.768,5	661.185,8	2,4	653.050,4	3,6	701.704,5	-3,6

Os ativos totais estão, principalmente, representados:

(R\$Milhões)	set/17	set/16	variação anual %	jun/17	variação set/17 vs. jun/17 %	dez/16	variação set/17 vs. dez/16 %
Carteira de Crédito	262.964,7	247.324,4	6,3	256.764,6	2,4	256.883,0	2,4
Títulos e Val. Mob. e Inst. Financeiros Derivativos ⁽¹⁾	182.557,1	153.134,7	19,2	168.390,6	8,4	169.589,7	7,6
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	49.963,2	63.960,5	-21,9	51.599,1	-3,2	59.669,2	-16,3
Relações Interfinanceiras	68.276,8	64.573,4	5,7	68.134,6	0,2	62.900,2	8,5

(1) Atendendo a Circular do Bacen 3.068/2001, o Banco Santander possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento, no montante de R\$9.133,7 milhões em 30 de setembro de 2017 (31/12/2017 - R\$9.388,4 milhões)

2.3) Carteira de Crédito

ABERTURA GERENCIAL DO CRÉDITO POR SEGMENTO (R\$Milhões)	set/17	set/16	variação anual %	jun/17	variação set/17 vs. jun/17 %	dez/16	variação set/17 vs. dez/16 %
Pessoa Física ⁽¹⁾	102.263,2	88.440,2	15,6	97.413,6	5,0	91.414,3	11,9
Financiamento ao Consumo	39.178,0	33.868,1	15,7	36.988,2	5,9	34.777,1	12,7
Pequenas e Médias Empresas (PMEs)	32.944,6	32.223,8	2,2	32.552,2	1,2	32.798,8	0,4
Grandes Empresas	88.578,9	92.792,3	-4,5	89.810,6	-1,4	97.892,8	-9,5
Total Carteira de Crédito	262.964,7	247.324,4	6,3	256.764,6	2,4	256.883,0	2,4
Outras Operações com Riscos de Crédito	73.444,1	63.640,5	15,4	68.179,1	7,7	65.900,1	11,4
Total Carteira ampliada (bruta)	336.408,8	310.964,9	8,2	324.943,7	3,5	322.783,1	4,2
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(17.326,6)	(17.280,5)	0,3	(17.229,3)	0,6	(18.332,7)	-5,5
Total Carteira de Crédito (líquida)	319.082,2	293.684,4	8,6	307.714,4	3,7	304.450,4	4,8

(1) Incluindo Financiamento ao consumo, a carteira de pessoa física atinge R\$137.061 em 30 de setembro de 2017 (30/09/2016 - R\$118.505).

Em 30 de setembro de 2017, o principais destaques foram os segmentos "Pessoa Física", que apresentou crescimento em ambos períodos, sendo 11,9% em comparação a dezembro de 2016 e de 5,0% em junho de 2017 e "Financiamento ao Consumo", também com crescimento em ambos períodos, sendo 12,7% em comparação a dezembro de 2016 e de 5,9% em junho de 2017.

Inadimplência

O índice de inadimplência, superior a 90 dias, atingiu 2,9% do total da carteira de crédito em setembro de 2017, 0,6 p.p. abaixo em relação a setembro de 2016 (3,5%) e 0,5 p.p. abaixo quando comparado a dezembro de 2016 (3,4%). Os indicadores seguem em patamares controlados e refletem a solidez da cultura e gestão de riscos.

O saldo das provisões para créditos de liquidação duvidosa representa 6,6% da carteira de crédito em setembro de 2017, 7,1% em dezembro de 2016 e 6,7% em junho de 2017.

A despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida das receitas com recuperação de créditos baixados para prejuízos no período findo em 30 de setembro de 2017 e 2016, foi de R\$7.016,5 milhões e R\$7.206,1 milhões, respectivamente, apresentando uma queda de 2,6%, reflexo da solidez do modelo de Riscos do Banco Santander, com maior previsibilidade no ciclo de vida dos clientes, ao manter sob controle os indicadores de qualidade da carteira de crédito.

2.4) Captações com Clientes

CAPTAÇÕES COM CLIENTES (R\$Milhões)	set/17	set/16	variação anual %	jun/17	variação set/17 vs. jun/17 %	dez/16	variação set/17 vs. dez/16 %
Depósitos à vista	15.979,8	15.452,3	3,4	16.175,3	-1,2	16.006,3	-0,2
Depósitos de poupança	38.570,2	34.764,1	10,9	37.063,8	4,1	36.051,5	7,0
Depósitos a prazo	146.867,2	87.483,2	67,9	122.481,9	19,9	90.524,8	62,2
Debêntures/LCI/LCA ⁽¹⁾	68.730,9	87.282,2	-21,3	78.311,4	-12,2	90.426,3	-24,0
Letras Financeiras/COE	39.095,5	66.744,0	-41,4	46.635,3	-16,2	65.393,3	-40,2
Total das Captações	309.243,6	291.725,8	6,0	300.667,6	2,9	298.402,3	3,6

(1) Operações compromissadas com lastro em Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário e Letras de Crédito do Agronegócio.

O total de captações de recursos cresceu 6,0%, comparado a setembro de 2016, com destaque para o crescimento de Depósitos a prazo, em razão da redução das captações com Letras Financeiras em decorrência da Resolução CMN 4.527/16 do Bacen, que restringiu a renovação de operações compromissadas com debêntures emitidas pela Leasing, a partir de maio de 2017.

2.5) Patrimônio Líquido

Em setembro de 2017, o patrimônio líquido consolidado do Banco Santander apresentou um aumento de 7,9% em comparação a dezembro de 2016 e um aumento de 1,7% em comparação com setembro de 2016.

A variação do Patrimônio Líquido entre setembro de 2017 e dezembro de 2016 foi decorrente, principalmente, da variação do plano de benefícios a funcionários no valor de R\$444,0 milhões, do ajuste de avaliação patrimonial (títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos) no montante de R\$1.073,7 milhões e pelo lucro líquido do período no montante de R\$5.498,6 milhões e reduzido pelo destaque de Juros sobre Capital Próprio no montante de R\$1.500 milhões. Adicionalmente, a Resolução do CMN 4.512 de 28 de julho de 2016 e Carta Circular Bacen 3.782 de 19 de setembro de 2016, estabeleceram procedimentos contábeis a serem aplicados, determinando sobre a constituição de provisão para cobertura das perdas associadas às garantias financeiras prestadas sob qualquer forma, no passivo, tendo como contrapartida o resultado do período, de forma prospectiva a partir de 1 de janeiro de 2017. As provisões constituídas anteriormente tiveram seu efeito registrado no patrimônio líquido, tendo como contrapartida conta no passivo. A adoção desta norma no período findo em 30 de setembro de 2017, impactou o patrimônio líquido (primeira adoção) em R\$179,3 milhões, líquido de efeito tributário.

Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 3 de novembro de 2016, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou em 3 de novembro de 2016, programa de recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrangerá a aquisição de até 38.402.972 Units, representativas de 38.402.972 ações ordinárias e 38.402.972 ações preferenciais, que correspondiam, em 30 de setembro de 2016, a aproximadamente 1,02% do capital social do Banco. Em 30 de setembro de 2016, o Banco Santander possuía 384.029.725 ações ordinárias e 411.834.140 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 365 dias contados a partir de 4 de novembro de 2016, encerrando-se em 3 de novembro de 2017.

	set/17		dez/16
	Quantidade		Quantidade
	Units	Units	ADRs
Ações em Tesouraria no Início do Período	25.786	7.080	13.138
Cancelamento ^{(1) (2)}	(32.276)	13.138	(13.138)
Aquisições de Ações	12.768	14.284	-
Alienações - Remuneração Baseado em Ações	(4.440)	(8.716)	-
Ações em Tesouraria no Final do Período	1.838	25.786	-
Subtotal - Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 26.158	R\$ 513.889	R\$ -
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R\$ 182	R\$ 145	R\$ -
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 26.340	R\$ 514.034	R\$ -
Custo/Valor de Mercado	Units	Units	ADRs
Custo Mínimo	R\$ 7,55	R\$ 7,55	US\$ 4,37
Custo Médio Ponderado	R\$ 25,62	R\$ 19,93	US\$ 6,17
Custo Máximo	R\$ 32,29	R\$ 26,81	US\$ 10,21
Valor de Mercado	R\$ 27,64	R\$ 28,32	US\$ 8,58

(1) Em janeiro de 2016, ocorreu a transformação do total de ADR's que estavam em tesouraria para UNIT's.

(2) Na AGE realizada em 18 de setembro de 2017, foi aprovado o cancelamento das 64.551.366 ações (equivalente a 32.276 mil Units) mantidas em tesouraria em contrapartida a Reservas de Capital e Reservas de Lucros, que representavam a totalidade das ações em tesouraria registradas no livro de registro de ações nominativas naquela data, sem redução do capital social, e consequente alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social, a fim de refletir as novas quantidades de ações ordinárias e preferenciais, nominativas e sem valor nominal representativas do capital social do Banco Santander.

Nos primeiros nove meses de 2017, houve destaque de juros sobre capital próprio, conforme abaixo:

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (R\$Milhões)	9M17	12M16	9M16
Juros sobre o Capital Próprio ⁽¹⁾	1.500,0	3.850,0	500,0
Dividendos Intermediários	0,0	700,0	0,0
Dividendos Intercalares	0,0	700,0	0,0
Total	1.500,0	5.250,0	500,0

(1) No terceiro trimestre de 2017, foram deliberados pelo Conselho da Administração, Juros sobre o Capital Próprio no montante de R\$1 bilhão.

2.6) Índice de Basileia

O Bacen determina que as instituições financeiras a manter um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Conforme estabelecido na Resolução CMN 4.193/2013, a exigência para o PR em 2016 foi de 10,5%, composto de 9,875% de Mínimo de Patrimônio de Referência mais 0,625% de Adicional de Conservação de Capital. Considerando este adicional, o PR Nível I aumentou para 6,625% e o Capital Principal Mínimo para 5,125%.

Para o ano base 2017, a exigência de PR permanece em 10,5%, incluindo 9,25% de Mínimo de Patrimônio de Referência e mais 1,25% de Adicional de Conservação de Capital. O PR Nível I atinge 7,25% e o Capital Principal Mínimo 5,75%.

O índice de Basileia é apurado de acordo com as Demonstrações Financeiras do Conglomerado Prudencial preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis à instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, conforme demonstrado a seguir:

ÍNDICE DE BASILEIA %	set/17	jun/17	dez/16	set/16
Índice de Basileia	16,18	16,50	16,30	17,60

2.7) Principais Controladas

A tabela abaixo apresenta os saldos de ativos totais, patrimônio líquido, lucro líquido e carteira de operações de créditos referentes ao período findo em 30 de setembro de 2017 das principais controladas do Banco Santander:

CONTROLADAS (R\$Milhões)	Ativos Totais	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Carteira de Crédito ⁽¹⁾
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	44.266,0	6.016,9	263,9	1.925,0
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	36.156,5	1.734,7	355,6	30.056,7
Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A.	3.014,3	2.811,5	21,3	1.479,6
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. (Olé Consignado) (Atual denominação social do Banco Bonsucesso Consignado S.A.)	9.805,1	738,4	65,5	9.515,5
Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A.	18.983,4	1.738,6	318,2	0,0
Banco PSA Finance Brasil S.A.	1.898,0	302,6	32,7	1.641,2
Banco RCI Brasil S.A.	8.807,3	1.054,8	136,9	7.202,7
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	1.018,4	564,9	7,6	0,0

(1) inclui também saldos referentes carteira de arrendamento mercantil e outros créditos.

Os saldos apresentados acima estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), da CVM, no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen, sem a eliminação de operações com ligadas.

3) Outros Eventos

3.1) Mudança no Escopo de Consolidação

A partir de 1 de janeiro de 2017, entrou em vigor a Resolução do CMN 4.517 de 24 de agosto de 2016, com aplicação prospectiva, que estabelece que as participações societárias em sociedades controladas em conjunto devem ser avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Diante disso, o Banco Santander deixou de consolidar as sociedades Cibrasec Companhia Brasileira de Securitização, Norchem Participações e Consultoria S.A., Estruturadora Brasileira de Projetos S.A., Campo Grande Empreendimentos, Webmotors S.A., PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda. e TecBan - Tecnologia Bancária S.A. e controladas. A mudança não impactou significativamente as demonstrações financeiras consolidadas.

3.2) Oferta pública da Qatar Holding LLC

Em 11 de abril de 2017, o Banco Santander no Brasil comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral, em complemento aos fatos relevantes divulgados em 28 de março de 2017 e 6 de abril de 2017, a liquidação da oferta pública de distribuição secundária de 80.000.000 Units de emissão do Banco Santander no Brasil de titularidade da Qatar Holding LLC (Acionista Vendedor), inclusive sob a forma de *American Depositary Shares* (ADSs), tendo sido alocadas 22.000.000 Units para a oferta brasileira e 58.000.000 ADSs para a oferta internacional. Foi estabelecido o preço por Unit de R\$25,00, resultando em um montante total de R\$2 bilhões. Adicionalmente, a quantidade de Units da oferta internacional inicialmente ofertada foi acrescida de um lote adicional de 12.000.000 de Units, exclusivamente sob a forma de ADSs também de titularidade do Acionista Vendedor.

3.3) Abertura da agência em Luxemburgo

Em 9 de junho de 2017, o Banco Santander obteve autorização do Bacen para instalação de uma agência em Luxemburgo, com capital destacado de US\$1 bilhão, com o objetivo de complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica (grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior) e oferecer produtos e serviços financeiros por meio de uma entidade offshore que não esteja estabelecida em uma jurisdição com tributação favorecida e que possibilite a ampliação da capacidade de captação.

A abertura da agência ainda depende de autorização da autoridade do sistema financeiro de Luxemburgo.

3.4) Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda

No dia 20 de abril de 2017, o Banco Santander adquiriu do Grupo WTorre ações correspondentes a 94,60% do capital social da Real TJK Empreendimento Imobiliário S.A. (atualmente denominada Rojo Entretenimento S.A.), sociedade detentora do Teatro Santander, em decorrência de uma reestruturação de dívida.

A participação neste investimento tem caráter provisório e se encontra registrado como ativos não-correntes mantidos para venda.

3.5) Adesão ao Programa, conforme MP 783/2017

Em agosto de 2017, o Banco Santander aderiu ao programa de parcelamento de débitos tributários e previdenciários (conforme MP 783/2017). A adesão ao programa incluiu processos administrativos relacionados a IRPJ, CSLL e Contribuições Previdenciárias referentes aos períodos de 1999 a 2005. Desta forma, foram registradas despesas no resultado contábil do terceiro trimestre de 2017, nas linhas de despesas administrativas, despesas operacionais e impostos, totalizando R\$334 milhões, após os efeitos tributários.

3.6) Reestruturações Societárias

Foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander:

a) Acordo para Aquisição Indireta de Participação Societária nas Sociedades Ipanema Empreendimentos e Participações e Gestora de Investimentos Ipanema

Em 5 de julho de 2017, a Atual Securitizadora, subsidiária integral do Banco Santander, celebrou contrato de compra e venda para adquirir participação societária equivalente a 70% das quotas representativas do capital social das sociedades Ipanema Empreendimentos e Participações Ltda. e Gestora de Investimentos Ipanema Ltda. Em 19 de setembro de 2017, o Bacen autorizou a Aquisição e, após o cumprimento das demais condições precedentes, as partes concluíram a transação em 16 de outubro de 2017.

b) Constituição da Gestora de Inteligência de Crédito – parceria entre Banco Santander e outros bancos do Mercado Brasileiro

No dia 14 de abril de 2017, foram firmados pelos acionistas os documentos definitivos necessários à constituição de um novo birô de crédito, a Gestora de Inteligência de Crédito S.A. ("Companhia"), cujo controle será compartilhado entre os acionistas que deterão 20% do seu capital social cada. A Companhia desenvolverá um banco de dados com o objetivo de agregar, conciliar e tratar informações cadastrais e creditícias de pessoas físicas e jurídicas, nos termos das normas aplicáveis, propiciando um significativo aperfeiçoamento dos processos de concessão, precificação e direcionamento de linhas de crédito. O Banco Santander estima que a Companhia esteja integralmente operacional em 2019.

c) Formação de Parceria com o Grupo Hyundai no Brasil

No dia 28 de abril de 2016, a Aymoré CFI e o Banco Santander celebraram documentos para a formação de uma parceria com a Hyundai Motor Brasil Montadora de Automóveis Ltda. (Hyundai Motor Brasil) e Hyundai Capital Services, Inc. (Hyundai Capital) para constituição do Banco Hyundai Capital Brasil S.A. e de uma corretora de seguros para o fornecimento, respectivamente, de produtos e serviços financeiros para o financiamento de automóveis e de corretagem de seguros, para os consumidores e concessionárias da Hyundai no Brasil. A estrutura de capital da parceria terá uma participação acionária de 50% da Aymoré CFI, 25% da Hyundai Capital e 25% da Hyundai Motor Brasil. A implementação da operação está sujeita à obtenção das autorizações regulatórias pertinentes. Em 19 de setembro de 2017, foi publicado no Diário Oficial da União o Decreto Presidencial reconhecendo interesse do governo brasileiro na participação estrangeira em instituição financeira nacional a ser constituída pelos grupos Santander e Hyundai.

d) Acordo para a Aquisição, de parte das Operações Financeiras do Grupo PSA no Brasil e a consequente criação de uma Joint Venture

No dia 1 de agosto de 2016, após o cumprimento das condições precedentes aplicáveis, incluindo a obtenção das devidas autorizações regulatórias, a Aymoré CFI e o Banco Santander, no contexto da parceria firmada entre o Banque PSA Finance ("Banque PSA") e o Santander Consumer Finance na Europa para operação conjunta dos negócios de financiamento de veículos das marcas PSA (Peugeot, Citroën e DS), assinaram documentos definitivos para a formação de uma cooperação financeira com o Banque PSA para a oferta de uma gama de produtos e serviços financeiros e securitários aos consumidores e concessionários das marcas PSA no Brasil.

O principal veículo da cooperação financeira é o Banco PSA Finance Brasil S.A., que está detido na proporção de 50% pela Aymoré CFI, subsidiária do Banco Santander e 50% pelo Banque PSA. O preço de aquisição foi igual ao valor patrimonial (proporcional) na data de fechamento da transação (1 de agosto de 2016). A operação englobou ainda a aquisição, por meio de subsidiárias do Banco Santander, de 100% da Santander Finance Arrendamento Mercantil S.A (Atual Denominação Social da PSA Finance Arrendamento Mercantil S.A.), cujo preço foi equivalente a 74% do valor patrimonial na data de fechamento, e, ainda, de 50% da PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda., cujo preço foi igual ao valor patrimonial (proporcional) na data de fechamento.

O Banco Santander passou a consolidar estas sociedades a partir de 1 de agosto de 2016.

e) Investimento na Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos Ltda. ("Super")

Em 4 de janeiro de 2016, a Aymoré CFI comunicou aos acionistas detentores das ações representativas dos 50% remanescentes do capital social votante da Super sua decisão de exercer a opção de compra de tais ações, pelo valor de aproximadamente R\$113 milhões. A transação foi concluída em 10 de março de 2016.

f) Outros Eventos Societários

Também foram realizados os seguintes eventos societários:

- Em 29 de setembro de 2017, foi aprovada a incorporação e o Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Santander Brasil Advisory pela Santander Corretora de Seguros (Atual denominação Social da Santander Participações S.A.), de forma que a Santander Corretora de Seguros recebeu, pelo seu valor contábil, com base no balanço levantado em 31 de agosto de 2017, a totalidade dos bens, direitos e obrigações da Santander Brasil Advisory, com a extinção da Santander Brasil Advisory, sendo que a Santander Corretora de Seguros passou a ser sucessora da Santander Brasil Advisory em todos os seus direitos e obrigações.
- Em 31 de agosto de 2017, foi aprovada a incorporação e o Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Santander Microcrédito pela Santander Corretora de Seguros (Atual denominação Social da Santander Participações S.A.), de forma que a Santander Corretora de Seguros recebeu, pelo seu valor contábil, com base no balanço levantado em 30 de junho de 2017, a totalidade dos bens, direitos e obrigações da Santander Microcrédito, com a extinção da Santander Microcrédito, sendo que a Santander Corretora de Seguros passou a ser sucessora da Santander Microcrédito em todos os seus direitos e obrigações.
- Em 10 de março de 2017, foi aprovado em AGE da Santander Brasil Advisory, com o objetivo de simplificar os procedimentos operacionais da sociedade, o grupamento de ações representativas do seu capital social à razão de 100.000 ações ordinárias para 1 ação ordinária. Em virtude do grupamento, o número de ações representativas do capital social da Santander Brasil Advisory foi alterado de 1.370.914 para 13 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, tendo sido canceladas eventuais frações de ações. Os acionistas que detinham individualmente quantidade de ações inferior àquela adotada como razão para o grupamento receberão pelas suas ações o valor patrimonial a elas correspondente antes do grupamento, calculado com base no patrimônio líquido refletido no balancete da Santander Brasil Advisory levantado em fevereiro de 2017, qual seja, R\$11,22 por ação ordinária.
- Em 30 de dezembro de 2016, foi aprovado, através da AGE da Webmotors S.A., a incorporação e o Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Virtual Motors pela Webmotors S.A, de forma que a Webmotors S.A. recebeu, pelo seu valor contábil, com base no balanço levantado em 30 de novembro de 2016, a totalidade dos bens, direitos e obrigações da Virtual Motors, com extinção da Virtual Motors, e que foi sucedida pela Webmotors S.A. em todos os seus direitos e obrigações.

4) Estratégia

O Banco Santander é o único banco internacional, com escala, no País. O Banco tem certeza de que o caminho para crescer de forma rentável, recorrente e sustentável é prestar serviços com excelência para aumentar o nível de satisfação e obter mais clientes, mais vinculados. A atuação do Banco está pautada em uma relação próxima e duradoura com clientes, fornecedores e acionistas. Para isso, o propósito é contribuir para que as pessoas e os negócios prosperem, sendo um banco simples, pessoal e justo, com as seguintes prioridades estratégicas:

- Aumentar a preferência e a vinculação dos clientes com produtos e serviços segmentados, simples, digitais e inovadores, por meio de uma plataforma multicanal;
- Melhorar a rentabilidade, recorrência e sustentabilidade, crescendo nos negócios, com maior diversificação de receitas, considerando um equilíbrio entre crédito, captações e serviços. Ao mesmo tempo, manter uma gestão preventiva de riscos e um controle rigoroso de despesas;
- Ter disciplina de capital e liquidez para conservar a solidez, enfrentar mudanças regulatórias e aproveitar oportunidades de crescimento; e
- Aumentar a produtividade através de uma intensa agenda de melhorias comerciais que permita oferecer um portfólio completo de serviços.

Os resultados evidenciam que a estratégia implementada ao longo dos últimos anos, tem se mostrado assertiva. O Banco Santander continua ampliando a participação rentável de mercado: até agosto de 2017, alcançou 8,5% de participação de mercado em crédito, aumento de 59 bps em 12 meses e 9,6% em depósitos, aumento de 197 bps no mesmo período. O Banco mantém foco na expansão dos negócios e no aprimoramento constante da experiência dos clientes, proporcionando cada vez mais soluções inovadoras.

Varejo

- Cartões: forte crescimento em faturamento de crédito pelo oitavo trimestre consecutivo, atingindo 14,5%¹ de participação de mercado, com aumento de 160 bps em 12 meses. O Santander *Way* continua mantendo uma boa avaliação no mercado de aplicativos, com 5 estrelas na *Apple Store* e 4,7 estrelas na *Google Play* e já alcançou nesse primeiro ano, mais de 2 milhões de usuários únicos;
- Consignado: forte crescimento da produção (+52,2% no acumulado 12 meses), com evolução acima do mercado, o que tem contribuído para aumentar a participação de mercado (+390 bps em 12 meses), atingindo 13,3%². Foi lançado o consignado digital, que permite a contratação do produto pelo celular e que já atingiu mais de 65,5 mil simulações por mês. Essa inovação posiciona o Banco Santander para capturar as oportunidades do negócio e reforça a estratégia de proporcionar uma melhor experiência para os clientes;
- Investimentos: foi inaugurado o Santander *One*, canal digital de orientação financeira com foco em investimentos, que já alcançou mais de 2,3 milhões de visualizações, desde o lançamento em agosto de 2017. O Banco Santander continua aprimorando a oferta de investimentos para os clientes, com o conceito de assessoria financeira com atendimento mais próximo ao cliente; e
- Superdigital: no trimestre, a base de clientes aumentou, com incremento de 113 mil novas contas, totalizando 1,2 milhão de clientes.

Getnet

- Alcançou R\$99.944 milhões de faturamento total no acumulado do ano, com forte crescimento (+33% em 12 meses), influenciado pelo aumento do faturamento de crédito (+32% em 12 meses) e de débito (+35% em 12 meses), com desempenho superior ao do mercado. As transações totais totalizaram 1.119 milhões, com aumento de 31% em 12 meses. Para o trimestre, estima-se atingir 11,6%³ de participação de mercado, com evolução de 180 bps em 12 meses. Nesse trimestre, a distribuição da "Vermelhinha" foi ampliada para aluguel e compra em todas as agências para correntistas e não correntistas. O Banco Santander foi destaque entre as adquirentes na América Latina, ocupando o 2º lugar em transações pela web⁴ e o 4º lugar em transações totais⁴.

PMEs

- Agro: o Banco Santander continua expandindo a carteira de crédito para pessoa jurídica, com participação de mercado de 8,7%² (+440 bps em 12 meses), aprimorando o atendimento especializado para viabilizar soluções adequadas para o segmento; e
- Empresas: o Banco Santander aumentou a participação de mercado (+80 bps) em 12 meses, atingindo 8,8%⁵ e segue fortalecendo este segmento com ofertas diferenciadas, setorializadas e atendimento especializado, com o objetivo de expandir a carteira e ampliar a base de clientes e vinculação.

Fortalecimento dos negócios líderes

- Santander Financiamentos: o Banco Santander segue na liderança do financiamento de veículos, com participação de mercado de 22,5%² (+300 bps em 12 meses). A plataforma digital +Negócios segue apoiando a expansão do portfólio, com aumento de 70% das simulações únicas de crédito de veículos, em comparação a dezembro de 2016. Além disso, foi inaugurada a plataforma digital + Vezes, voltada para o segmento de bens e serviços (CDC⁶), que já alcançou aproximadamente 164 mil simulações únicas por mês; e
- Global Corporate Banking (GCB): (i) Em *ECM (Equity Capital Market)*⁷, o Banco lidera as operações no Brasil, de acordo com a Dealogic. (ii) O Banco continua sendo reconhecido como líder em assessoria financeira para financiamentos de projetos no Brasil, pela Dealogic⁸ e Anbima⁹; e em mercado de câmbio, pelo Bacen².

Vinculação dos clientes

O crescimento da base de clientes evidencia o foco contínuo na melhora da experiência dos clientes. O Banco continua expandindo as transações digitais. As vendas do *e-commerce* do produto de crédito pessoal aumentou 2,2x em 12 meses e de cartões cresceu 2,0x.

Reconhecimento

- Melhor Tesouraria do Brasil.¹⁰
- Entre os melhores *Research* no Brasil e na América Latina.¹¹

(1) Fonte ABECS, data-base de junho de 2017.

(2) Fonte Bacen, data-base de agosto de 2017.

(3) Fonte Santander Brasil, *market share* estimado.

(4) Fonte Nilson *Report*, data-base de 2016.

(5) Fonte Bacen, data-base de junho de 2017.

(6) Crédito direto ao consumidor.

(7) Fonte Dealogic, ECM – Fully Marketed, data-base 16 de outubro de 2017.

(8) Assessoria Financeiras Américas. Dealogic 9M17.

(9) Assessoria Financeira - líder desde 2008, ANBIMA 2016.

(10) Fonte *Euromoney*.

(11) Fonte *Institutional Investor Magazine*.

5) Agências de Rating

O Banco Santander é classificado por agências internacionais de rating e as notas atribuídas refletem diversos fatores, incluindo a qualidade de sua administração, seu desempenho operacional e solidez financeira, além de outros fatores relacionados ao setor financeiro e ao ambiente econômico no qual o Banco está inserido, tendo o rating de longo prazo em moeda estrangeira limitado ao rating soberano. A tabela abaixo apresenta os ratings atribuídos pelas agências *Standard & Poor's* e *Moody's*:

Ratings	Escala Global				Escala Nacional	
	Moeda Local		Moeda Estrangeira		Nacional	
	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo
Standard & Poor's (perspectiva)	BB (negativa)	B	BB (negativa)	B	brAA- (negativa)	brA-1
Moody's (perspectiva)	Ba1 (negativa)	NP	Ba3 (estável)	NP	Aaa.br	Br-1

6) Governança Corporativa

O Conselho da Administração aprovou, em reunião realizada em 24 de outubro de 2017, as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen e as Demonstrações Financeiras Intermediárias elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), de acordo com o IASB e as interpretações do Comitê de Interpretação das IFRS, referentes ao período findo em 30 de setembro de 2017.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 31 de agosto de 2017, em atendimento à Resolução CMN nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017: (i) a indicação do Sr. Antonio Pardo de Santayana Montes como diretor responsável por gerenciamento de riscos (CRO) do Conglomerado Prudencial do Banco ("Conglomerado Santander"); (ii) a indicação do Sr. Angel Santodomingo Martell como diretor responsável por gerenciamento de capital do Conglomerado Santander; (iii) as alterações no Regimento Interno do Comitê de Riscos e Compliance do Banco; (iv) as alterações no Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia; e (v) a nomeação dos membros do Comitê de Riscos e Compliance do Conglomerado Santander, com mandato até a posse dos eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária de 2019, quais sejam: Álvaro Antonio Cardoso de Souza, Bernardo Parnes, Conrado Engel, Deborah Stern Vieitas, na qualidade de coordenadora, e José de Paiva Ferreira. Os diretores responsáveis por gerenciamento de riscos (CRO) e gerenciamento de capital indicados para as funções estabelecidas pela norma, já as exerciam anteriormente em atendimento às melhores práticas adotadas pelo Banco Santander.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 29 de agosto de 2017, a exoneração do Sr. Flávio Tavares Valadão de seu cargo de Diretor sem designação específica do Banco.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 25 de agosto de 2017, a eleição do Sr. Mário Roberto Opice Leão, na qualidade de Diretor Vice-Presidente Executivo do Banco, para mandato complementar, que vigorará até a posse dos eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária de 2019.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 14 de agosto de 2017, a nomeação do Sr. Carlos Rey de Vicente na qualidade de membro do Comitê de Sustentabilidade do Banco, para mandato complementar, que vigorará até a posse dos eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária de 2019.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 31 de julho de 2017, a exoneração do Sr. João Guilherme de Andrade So Consiglio de seu cargo de Diretor Vice-Presidente Executivo do Banco.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 26 de julho de 2017, a exoneração do Sr. Mário Adolfo Libert Westphalen de seu cargo de Diretor sem designação específica do Banco.

O Conselho da Administração aprovou, em reunião realizada em 25 de julho de 2017, as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen e as Demonstrações Financeiras Intermediárias elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), de acordo com o IASB e as interpretações do Comitê de Interpretação das IFRS, referentes ao período findo em 30 de junho de 2017.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 30 de maio de 2017, a versão final da Política de Sucessão da Administração, elaborada em consonância com a Resolução 4.538/16 do Bacen.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 9 de maio de 2017, a nomeação, em substituição à Sra. Maria Lucia Ettore do Valle, do Sr. Valdemir Moreira de Lima para a função de Ouvidor do Banco Santander, para mandato de 1 ano, com efeitos a partir da data da referida reunião.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 2 de maio de 2017: (i) a nomeação dos membros do Comitê de Auditoria do Banco, para um mandato de 1 ano, até a posse dos que vierem a ser eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizará após a AGO de 2018; (ii) a nomeação dos membros do Comitê de Riscos e Compliance do Banco, para mandato até 31 de agosto de 2017, data após a qual o Conselho reorganizará o Comitê de Riscos em cumprimento à Resolução CMN 4.557/17; e (iii) a nomeação dos membros dos Comitês de Sustentabilidade, de Nomeação e Governança e de Remuneração do Banco, para um mandato de 1 ano, até a posse dos que vierem a ser eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizará após a AGO de 2019.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 2 de maio de 2017, a eleição, para um novo mandato, até a posse dos eleitos na primeira Reunião do Conselho de Administração que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária de 2019, dos membros para compor a Diretoria Executiva do Banco Santander.

O Conselho da Administração aprovou, em reunião realizada em 25 de abril de 2017, as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen e as Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), referentes ao período findo em 31 de março de 2017.

O Conselho de Administração tomou conhecimento, em reunião realizada em 28 de março de 2017, a renúncia do Sr. Marcio Aurelio de Nobrega de seu cargo de Diretor sem designação específica do Banco, conforme carta de renúncia apresentada ao Conselho de Administração em 10 de março de 2017.

O Conselho de Administração aprovou, em reunião realizada em 22 de fevereiro de 2017, a Revisão da Governança do Conselho de Administração, nos seguintes termos: (i) a alteração do Regimento do Comitê de Nomeação, Governança e Compliance, com reflexo em seu escopo e denominação, passando tal órgão a ser denominado Comitê de Nomeação e Governança; (ii) a alteração do Regimento do Comitê de Sustentabilidade e Sociedade, com reflexo em sua denominação, passando tal órgão a ser denominado Comitê de Sustentabilidade; (iii) a alteração do Regimento do Comitê de Riscos com reflexo em seu escopo e denominação, passando tal órgão a ser denominado Comitê de Riscos e Compliance; (iv) a nomeação, como membro do Comitê de Remuneração do Banco, nos termos do Art. 17, XXI do Estatuto Social, o Sr. Celso Clemente Giacometti; (v) a nomeação, como membro do Comitê de Nomeação e Governança, o Sr. Luiz Fernando Sanzogo Giorgi.

7) Gestão de Riscos

O Bacen publicou em 23 de fevereiro de 2017 a Resolução CMN 4.557 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital (GIRC) e entrou em vigor em 180 dias da data de sua publicação. A resolução destaca a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento integrado de riscos e capital, definição de programa de teste de estresse integrado e Declaração de Apetite por Riscos (*RAS – Risk Appetite Statement*), constituição de Comitê de Riscos e indicação de diretor para gerenciamento de riscos e diretor de capital. O Banco Santander realizou mapeamento de ações necessárias visando a aderência à nova resolução sem identificar impactos relevantes decorrentes dessa norma até a data de publicação desta nota.

7.1) Governança Corporativa da Função de Riscos

O modelo de governança está estruturado tanto em uma visão de decisão, com foco na análise e aprovação de propostas e limites de crédito, como em uma visão de controle, com foco no controle integral de riscos.

Os princípios fundamentais que regem o modelo de governança de riscos são:

- Independência da função de riscos em relação a área de negócios;
- Envolvimento da Administração nas tomadas de decisão; e
- Decisões colegiadas e consenso sobre operações de crédito.

O CER - Comitê Executivo de Riscos é o fórum de decisão local com a participação de membros do Comitê Executivo, entre eles o Diretor Presidente do Banco e o Diretor Vice-Presidente de Riscos. As principais atribuições deste comitê são:

- Acompanhar a evolução das carteiras de crédito e mercado;
- Decidir sobre propostas de crédito;
- Definir e acompanhar o cumprimento do apetite ao risco;
- Definir e acompanhar os planos de ação para solucionar as recomendações formuladas pelos reguladores locais e globais e pela Auditoria Interna;
- Aprovar e autorizar as ferramentas de gestão, iniciativas de melhora, o seguimento de projetos e quaisquer outras atividades relevantes relacionadas a gestão de riscos; e
- Aprovar as políticas de riscos assim como mudanças em políticas de riscos com impacto em receitas, margem ou despesas de provisão.

O Comitê de Controle de Riscos (CCR) é responsável pelo controle e acompanhamento local com representantes da gestão do Banco, entre eles o Diretor Vice-Presidente de Riscos e o Diretor Vice-Presidente de Finanças. As principais atribuições deste comitê são:

- Realizar um seguimento integral e periódico de todos os riscos, comprovando se seu perfil encontra-se dentro do estabelecido no apetite de risco, Planejamento Estratégico Comercial e orçamento aprovado pelo Conselho de Administração;
- Realizar um controle periódico independente das atividades de gestão de riscos;
- Supervisionar as medidas adotadas, em matéria de riscos, para cumprir com as recomendações e indicações formuladas pelo regulador e auditoria local; e
- Proporcionar ao Conselho de Administração e à comissão executiva a informação e assistência que precisem em matéria de riscos.

Os temas relevantes de gestão de riscos, ou aqueles que por ventura excedam a alçada destes Comitês, serão encaminhados e decididos pelo Conselho de Administração.



7.2) Estrutura de Gerenciamento de Capital

O Banco Santander detém uma estrutura de gerenciamento de capital marcada por uma governança robusta, o que possibilita delimitar, de forma eficiente, as funções de cada equipe. Além disso, há uma clara definição das atividades e processos que devem ser desenvolvidos para uma efetiva gestão do capital, tanto para situações de normalidade quanto para os exercícios de estresse realizado regularmente pela instituição. Desta forma, visa-se manter uma estrutura de capital sólida, cumprindo os requerimentos do regulador e gerando valor a seus acionistas.

7.3) Risco de Crédito

Risco de crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial dos clientes ou das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras com o Banco Santander. O gerenciamento de risco de crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de riscos e uma adequada rentabilidade mínima que compense o risco de inadimplência estimado, do cliente e da carteira, conforme definido pelo Comitê Executivo.

7.4) Risco de Mercado

Risco de mercado é a exposição a fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. Na administração dos riscos de mercado são utilizadas práticas que incluem a medição e o acompanhamento da utilização de limites, previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos "gaps" de liquidez, entre outras. Isso permite a gestão dos riscos, que podem afetar as posições das carteiras do Banco Santander, nos diferentes mercados em que o Banco opera.

Para isso, o Banco desenvolveu seu próprio modelo de Gestão de Riscos com os seguintes princípios:

- Independência funcional;
- Capacidade executiva sustentada no conhecimento e na proximidade do cliente;
- Alcance global da função (diferentes tipos de riscos);
- Decisões colegiadas, que avaliem todos os cenários possíveis e não comprometam os resultados com decisões individuais, incluindo o CER, que fixa limites e aprova operações e o Comitê Executivo de Ativos e Passivos (ALCO), que responde pela gestão do capital e riscos estruturais, o que inclui o risco-país, a liquidez e as taxas de juros;
- Gestão e otimização da equação de risco/retorno; e
- Metodologias avançadas de gestão de riscos, como o *Value at Risk (Var)* (simulação histórica de 521 dias, com um nível de confiança de 99% e horizonte temporal de um dia), cenários, sensibilidade da margem financeira, sensibilidade do valor patrimonial e plano de contingência.

A estrutura de Riscos de Mercado é parte da VPE de Riscos, área independente que aplica as políticas de risco.

7.5) Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco socioambiental para o Banco de Atacado é realizado através da análise das práticas socioambientais dos clientes que possuem limites ou risco de crédito acima de R\$1 milhão. Essa análise considera itens como terrenos contaminados, desmatamento, condições de trabalho e outros possíveis pontos de atenção socioambiental nos quais há possibilidade de penalidades e perdas. O procedimento é realizado por uma equipe especializada, com formação em Biologia, Engenharia Química, Engenharia de Saúde e Segurança e Geologia. A equipe de análise financeira considera o potencial de danos e impactos que situações socioambientais desfavoráveis podem causar à condição financeira e às garantias dos clientes. A análise foca em preservar o capital e reputação no mercado e a disseminação da prática é obtida através do treinamento constante das áreas comerciais e de crédito sobre a aplicação de padrões de risco socioambiental no processo de aprovação de crédito para pessoa jurídica no Banco de Atacado.

A Política de Risco Socioambiental do Banco Santander está incluída no âmbito da Política de Responsabilidade Socioambiental do Banco, atendendo à Resolução 4.327 do CMN.

7.6) Riscos Operacionais, Controles Internos, Lei Sarbanes-Oxley e Auditoria Interna

Os riscos operacionais podem ocorrer em função de processos inadequados, falhas de sistemas e pessoas ou eventos externos como desastres naturais, terrorismo, roubo e vandalismo, incluindo o risco legal. Perdas decorrentes de riscos operacionais podem causar prejuízo financeiro, afetar a continuidade dos negócios e impactar negativamente a imagem do Banco.

Para alcançar os objetivos de gestão e controle dos Riscos Operacionais, foi implementado Modelo de Gestão de Riscos Operacionais baseado em três linhas de defesa, que visa a melhora e desenvolvimento contínuos da gestão e controle dos riscos operacionais.

- **Primeira Linha de Defesa:** contempla todas as áreas de negócios e de suporte do Banco Santander com a responsabilidade de identificar, gerir, mitigar e reportar os riscos operacionais;
- **Segunda Linha de Defesa:** as áreas de Controle dos Riscos Operacionais e Controle dos Riscos Tecnológicos e Cibernético, são responsáveis pelo monitoramento da gestão dos riscos operacionais e tecnológicos na organização. Também são responsáveis por implementar e disseminar a cultura de riscos, definindo metodologias, políticas, ferramentas, treinamentos e requerimentos e procedimentos aplicáveis para a efetiva gestão do risco operacional e, por assegurar que há um adequado plano de gestão da continuidade dos negócios, implementado no Banco; e
- **Terceira Linha de Defesa:** a área de Auditoria Interna é responsável pela revisão e validação independente da gestão de riscos da primeira e segunda linhas de defesa ajudando a promover a melhoria contínua no modelo.

Os objetivos do modelo de gestão e controle do Risco Operacional são:

- Disseminar a cultura orientada à gestão e controle dos riscos operacionais e convergir para a prevenção e redução de eventos e perdas por risco operacional, mitigando os impactos financeiro, legal e reputacional;
- Fornecer o apoio para o processo de tomada de decisões no Banco Santander;
- Assegurar a continuidade dos negócios de maneira sustentável e fortalecer o ambiente de controles internos; e
- Manter o controle da exposição de Riscos Operacionais alinhado com a estratégia de negócio.

Governança envolvida na implementação do modelo de gestão de riscos:

- **Comitê de Controle de Riscos (CCR):** tem o objetivo de realizar o seguimento holístico e periódico dos riscos que o Banco está exposto e de exercer um controle independente sobre as atividades de gestão de riscos;
- **Comitê Operacional de Riscos Operacionais:** tem o objetivo de assegurar e estimular o adequado monitoramento, controle e mitigação dos riscos operacionais; e
- **Fórum de Riscos Operacionais:** responsável por implementar e disseminar normativos relacionados a cultura, metodologias, padrões, políticas, treinamentos e procedimentos aplicáveis e requeridos para a efetiva e eficiente gestão e controle dos riscos operacionais.

O modelo adotado auxilia os gestores no cumprimento de seus objetivos estratégicos ao contribuir para o processo decisório e na redução das perdas operacionais e está fundamentado nas melhores práticas do mercado para identificação, avaliação, monitoramento, gestão e controles dos riscos operacionais. Assegurando conformidade com os requerimentos regulatórios aplicáveis e busca o contínuo fortalecimento do ambiente de controles internos.

A Auditoria Interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, sendo o Comitê de Auditoria responsável por sua supervisão.

A Auditoria Interna tem como objetivo supervisionar o cumprimento, eficácia e eficiência dos sistemas de controle internos, assim como a confiabilidade e qualidade da informação contábil, estando todas as sociedades, unidades de negócio, departamentos e serviços centrais do Conglomerado sob seu escopo de aplicação. A Auditoria Interna possui certificado de qualidade emitido pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA).

O Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração foram informados, respectivamente, sobre os trabalhos realizados pela Auditoria Interna ao longo do terceiro trimestre de 2017, conforme seu plano anual.

O Comitê de Auditoria analisou favoravelmente o plano de trabalho anual da Auditoria Interna e aprovou o relatório de atividades para o ano de 2017.

Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Conglomerado, a Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente e que são atualizadas quando necessário.

Entre elas se destaca a matriz de risco, utilizada como ferramenta de planejamento, priorizando o nível de risco do universo auditável considerando, entre outros, seus riscos inerentes, o último *rating* de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações e sua dimensão.

Além disso, ao menos anualmente, os programas de trabalho são revisados. Esses documentos descrevem os testes de auditoria a serem realizados, para que as exigências sejam cumpridas.

Ao longo do terceiro trimestre de 2017, foram avaliados os procedimentos de controles internos e controles sobre os sistemas de informação das áreas selecionadas conforme plano de trabalho para 2017, avaliando tanto a eficácia na concepção quanto o seu funcionamento.

8) Pessoas

Quando se fala no crescimento e desenvolvimento do Banco Santander, uma força se destaca: as Pessoas. Ter uma equipe motivada e engajada é um fator decisivo para tornar o Banco Santander no melhor banco para os clientes e a melhor empresa para os profissionais.

Os profissionais são o elo mais forte do Banco com os clientes e por isso, dia após dia, o Banco Santander aprimora suas práticas de gestão, pois sabe que somente com profissionais engajados, motivados, bem capacitados e com pleno desenvolvimento profissional, o Banco irá conseguir ter mais e melhores clientes, satisfeitos e vinculados, orgulhosos de fazer negócios com o Banco Santander e com a marca Santander.

A atuação diária do Banco junto a clientes, funcionários, acionistas e sociedade é guiada pelo propósito de contribuir para que as pessoas e os negócios prosperem e por seu jeito de agir.

O Banco tem uma equipe talentosa e engajada com cerca de 47 mil funcionários só no Brasil. O Banco busca profissionais que se identifiquem com a Cultura Corporativa de ser um Banco Simples (com serviços descomplicados e fáceis de operar), Pessoal (com soluções e canais que atendam suas necessidades e preferências) e Justo (promovendo negócios e relações que sejam bons para clientes, acionistas e funcionários). Além de se identificar com a Cultura, os profissionais do Banco Santander agem em seu dia a dia alinhados à ela.

9) Desenvolvimento Sustentável

No Santander, Sustentabilidade é parte estratégica dos negócios. É um compromisso que visa resultados para os negócios e para a sociedade de forma simples, pessoal e justa, que é baseada numa estratégia com três pilares: Inclusão Social e Financeira, Educação e Gestão e Negócios Socioambientais. Entre os destaques do terceiro trimestre de 2017 em relação à Inclusão Social e Financeira estão, a Prospera Santander Microcrédito, que atualmente possui a maior operação de microcrédito produtivo e orientado entre os bancos privados do Brasil e oferece crédito e orientação financeira a microempreendedores de baixa renda, que desembolsou em 2017 cerca de R\$479,6 milhões (22% a mais do que o desembolsado em 2016 no mesmo período).

No âmbito do Investimento Social Privado, o Programa Amigo de Valor, que permite que o Banco, bem como seus funcionários e clientes direcionem parte do imposto de renda devido aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, tem como um de seus compromissos para 2017, acompanhar o desenvolvimento de 36 projetos em todo o Brasil, que devem atender mais de 4 mil crianças e adolescentes em situação de riscos sociais. Já o programa Parceiros em Ação, que apoia o desenvolvimento de microempreendimentos em regiões de baixa renda onde a Prospera Santander Microcrédito está presente, capacitou 1.069 empreendedores em 17 cidades.

O programa corporativo de voluntariado, Programa Escola Brasil (PEB), realizou 293 ações com 61.957 beneficiários; No Pilar Educação, com 324 Instituições de Ensino Superior conveniadas, no terceiro trimestre de 2017, o programa Santander Universidades Brasil concedeu 1.817 bolsas de estudos, destas, 1.024 são internacionais e 793 são nacionais; Em Gestão e Negócios Socioambientais foram realizados 5 eventos de sustentabilidade para pequenas e médias empresas dentro do Programa Avançar Negócios & Empresas e 4 eventos com o tema de Sustentabilidade no Agronegócio, com foco em mudanças climáticas e boas práticas na agricultura. Pelo lado da Eficiência Energética e Energias Renováveis, foi estimulado o crescimento desse setor no mercado com financiamento tanto para Pessoa Física como Pessoa Jurídica, sendo um exemplo a realização de 689 contratos de sistemas de energia solar fotovoltaicas, bem como grandes operações, como exemplo a emissão de *Greenbonds* para a Klabin no montante de R\$500 milhões para projetos envolvendo energias renováveis e eficiência energética, gerenciamento florestal sustentável, transporte limpo, gestão de resíduos, gestão sustentável da água, economia circular e demais adaptações às alterações climáticas.

Em setembro, o Banco Santander e a *TNC (The Nature Conservancy)* realizaram no Museu do Amanhã o evento "O Amanhã da Amazônia é Hoje". O objetivo foi reunir lideranças para discutir formas de promover o desenvolvimento socioeconômico na região de forma planejada e integrada, conservando a maior reserva de recursos naturais do planeta. O evento contou com mais de 180 participantes entre representantes de empresas, governo, organismos multilaterais, academia, ONGs e sociedade civil, incluindo comunidades indígenas.

10) Auditoria Independente

A política de atuação do Banco Santander, incluindo suas empresas controladas, na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 381/2003, o Banco Santander informa que no período findo de 30 de setembro de 2017, foram prestados pela PricewaterhouseCoopers serviços não relacionados à auditoria externa das Demonstrações Financeiras que superaram 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa, conforme abaixo:

Data da contratação	Descrição dos serviços prestados
30/03/2017	Comfort Letter - Oferta Brasileira e Internacional
23/06/2017	Revisão anual dos números contábeis do programa de emissões MTN

*Os serviços adicionais totalizam R\$1,2 milhões, o que representa 8,6% da remuneração global.

Ademais, o Banco confirma que a PricewaterhouseCoopers dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor. A aceitação e prestação de serviços profissionais não relacionados à auditoria externa durante o período findo em 30 de setembro de 2017, não afetou a independência e objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados no Banco Santander e demais entidades do Grupo, uma vez que os princípios acima indicados foram observados.

O Conselho de Administração A Diretoria Executiva

(Autorizado na Reunião do Conselho de Administração de 24/10/2017).

Banco Santander (Brasil) S.A.
Demonstrações financeiras intermediárias em
30 de setembro de 2017
e relatório de revisão dos auditores independentes



Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Administradores e Acionistas
Banco Santander (Brasil) S.A.

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco"), em 30 de setembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e nove meses findos nessa data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, bem como o balanço patrimonial consolidado do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas ("Consolidado") em 30 de setembro de 2017, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado para os períodos de três e nove meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Santander (Brasil) S.A. e do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas em 30 de setembro de 2017, o desempenho de suas operações para os períodos de três e nove meses findos nessa data e os seus fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, bem como o desempenho consolidado de suas operações para os períodos de três e nove meses findos nessa data e os seus fluxos de caixa consolidados para o período de nove meses findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
Av. Francisco Matarazzo, 1400, São Paulo- SP, T: (11) 3674 2000, www.pwc.com/br





Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, preparadas sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 24 de outubro de 2017


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	30/09/2017	Banco 31/12/2016	30/09/2017	Consolidado 31/12/2016
Ativo Circulante		371.602.138	451.755.119	404.677.442	451.815.929
Disponibilidades	4	6.753.084	5.513.365	7.080.486	5.723.084
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	72.155.107	80.312.979	49.617.656	59.513.115
Aplicações no Mercado Aberto		43.717.315	47.405.162	43.787.314	47.479.196
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		23.765.122	21.909.362	1.157.147	1.034.414
Aplicações em Moedas Estrangeiras		4.672.670	10.998.455	4.673.195	10.999.505
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	64.766.593	97.187.849	80.667.308	90.341.153
Carteira Própria		26.738.854	40.300.328	40.556.473	40.293.749
Vinculados a Compromissos de Recompra		27.855.568	45.744.640	15.307.406	29.724.515
Instrumentos Financeiros Derivativos		3.585.633	11.087.166	14.374.372	17.307.264
Vinculados ao Banco Central		19.627	12.379	65.609	12.378
Moedas de Privatização		779	927	779	927
Vinculados à Prestação de Garantias		6.566.132	42.409	10.362.669	3.002.320
Relações Interfinanceiras	7	67.611.280	62.355.313	68.003.332	62.732.413
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		1.632.798	1.179	1.633.104	1.179
Créditos Vinculados:		65.757.365	60.823.290	66.149.111	61.200.390
Depósitos no Banco Central		65.756.801	60.821.548	66.148.547	61.198.648
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		564	1.742	564	1.742
Repasses Interfinanceiros		204.934	1.507.241	204.934	1.507.241
Correspondentes		16.183	23.603	16.183	23.603
Operações de Crédito	8	70.110.517	72.774.540	92.597.375	93.929.025
Setor Público		12.483	3.024	12.483	3.024
Setor Privado		73.818.536	76.601.989	96.689.877	97.941.488
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão		-	-	196.235	460.090
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	8.f	(3.720.502)	(3.830.473)	(4.301.220)	(4.475.577)
Operações de Arrendamento Mercantil	8	-	4	1.334.929	1.492.080
Setor Privado		-	5	1.354.895	1.518.203
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	8.f	-	(1)	(19.966)	(26.123)
Outros Créditos		88.858.202	132.633.521	103.437.572	136.311.891
Créditos por Avais e Fianças Honorados		58.234	1.062	58.234	1.062
Carteira de Câmbio	9	50.915.496	89.829.757	50.915.496	89.829.757
Rendas a Receber		739.407	1.459.653	745.033	747.168
Negociação e Intermediação de Valores	10	1.447.570	1.527.178	1.678.465	1.695.397
Créditos Tributários	11	5.959.436	8.234.581	6.940.683	9.102.267
Diversos	12	30.179.105	31.949.644	43.588.702	35.349.654
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.f	(441.046)	(368.354)	(489.041)	(413.414)
Outros Valores e Bens		1.347.355	977.548	1.938.784	1.773.168
Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda	13	130.713	-	130.713	-
Outros Valores e Bens		940.250	740.639	1.439.071	1.317.152
(Provisões para Desvalorizações)		(342.496)	(78.412)	(406.819)	(78.413)
Despesas Antecipadas		618.888	315.321	775.819	534.429

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	30/09/2017	Banco 31/12/2016	30/09/2017	Consolidado 31/12/2016
Ativo Realizável a Longo Prazo		285.371.438	274.424.155	260.306.805	236.857.511
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	20.909.855	14.812.506	345.499	156.126
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		20.909.855	14.812.506	345.499	156.126
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos					
Financeiros Derivativos	6	135.966.180	126.433.127	101.889.786	79.248.514
Carteira Própria		36.183.263	28.560.600	28.739.615	19.747.415
Vinculados a Compromissos de Recompra		85.252.271	80.468.239	57.693.714	40.450.482
Instrumentos Financeiros Derivativos		5.574.388	6.763.824	5.697.219	6.768.692
Vinculados ao Banco Central		2.113.793	3.032.518	2.113.793	3.032.518
Moedas de Privatização		1.426	1.846	1.426	1.846
Vinculados à Prestação de Garantias		6.841.039	7.606.100	7.644.019	9.247.561
Relações Interfinanceiras	7	273.429	167.818	273.429	167.818
Créditos Vinculados:		273.429	167.818	273.429	167.818
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		273.429	167.818	273.429	167.818
Operações de Crédito	8	86.488.087	84.068.998	109.145.872	101.366.048
Setor Público		54.475	63.205	54.475	63.205
Setor Privado		97.432.718	96.120.967	120.911.745	114.148.328
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão		161.616	164.402	158.555	164.402
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	8.f	(11.160.722)	(12.279.576)	(11.978.903)	(13.009.887)
Operações de Arrendamento Mercantil	8	-	2	1.248.151	1.332.698
Setor Privado		1	2	1.284.866	1.363.828
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	8.f	(1)	-	(36.715)	(31.130)
Outros Créditos		41.353.260	48.306.300	46.876.170	53.750.238
Créditos por Avais e Fianças Honrados		400.927	53.524	400.927	53.524
Carteira de Câmbio	9	1.432.025	2.316.371	1.432.025	2.316.371
Rendas a Receber		199.620	213.362	199.620	213.362
Créditos Tributários	11	17.754.445	15.548.383	19.973.940	17.664.421
Diversos	12	21.995.736	30.476.712	25.370.448	33.879.141
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.f	(429.493)	(302.052)	(500.790)	(376.581)
Outros Valores e Bens		380.627	635.404	527.898	836.069
Investimentos Temporários		1.765	101.801	1.773	101.809
(Provisões para Perdas)		(1.765)	(1.765)	(1.773)	(1.773)
Despesas Antecipadas		380.627	535.368	527.898	736.033
Permanente		27.170.858	26.807.262	11.784.219	13.031.097
Investimentos		17.976.466	16.500.112	390.527	177.813
Participações em Coligadas e Controladas:	15	17.958.046	16.480.840	371.851	158.548
No País		15.146.543	13.928.244	371.851	158.548
No Exterior		2.811.503	2.552.596	-	-
Outros Investimentos		45.451	51.830	51.220	62.879
(Provisões para Perdas)		(27.031)	(32.558)	(32.544)	(43.614)
Imobilizado de Uso	16	5.686.511	6.043.158	7.059.639	7.550.743
Imóveis de Uso		2.502.281	2.538.788	2.816.238	2.857.794
Outras Imobilizações de Uso		11.279.873	10.923.912	13.096.791	12.932.316
(Depreciações Acumuladas)		(8.095.643)	(7.419.542)	(8.853.390)	(8.239.367)
Intangível	17	3.507.881	4.263.992	4.334.053	5.302.541
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas		26.120.037	26.120.037	27.459.096	27.474.881
Outros Ativos Intangíveis		8.860.000	8.590.069	9.377.043	9.142.961
(Amortizações Acumuladas)		(31.472.156)	(30.446.114)	(32.502.086)	(31.315.301)
Total do Ativo		684.144.434	752.986.536	676.768.466	701.704.537

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	30/09/2017	Banco 31/12/2016	30/09/2017	Consolidado 31/12/2016
Passivo Circulante		474.643.255	542.620.235	460.539.092	483.912.382
Depósitos	18.a	173.513.960	158.705.975	145.015.119	97.394.726
Depósitos à Vista		15.911.466	16.016.316	15.979.746	16.006.319
Depósitos de Poupança		38.570.220	36.051.476	38.570.220	36.051.476
Depósitos Interfinanceiros		29.946.610	62.843.599	2.250.322	2.240.291
Depósitos a Prazo		89.085.664	43.794.584	88.214.673	43.096.551
Outros Depósitos		-	-	158	89
Captações no Mercado Aberto	18.b	121.946.941	132.400.766	108.947.367	121.760.781
Carteira Própria		109.445.224	114.772.683	102.445.167	113.137.300
Carteira de Terceiros		8.456.869	14.799.595	2.457.352	5.794.993
Carteira de Livre Movimentação		4.044.848	2.828.488	4.044.848	2.828.488
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	18.c	64.336.526	79.435.491	66.071.513	81.262.272
Recursos de Aceites Cambiais		-	-	614.867	553.811
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		61.314.953	70.650.037	62.435.073	71.923.007
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior		2.182.991	7.673.171	2.182.991	7.673.171
Certificados de Operações Estruturadas		838.582	1.112.283	838.582	1.112.283
Relações Interfinanceiras	7	1.571.304	43.995	1.571.304	43.995
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		1.416.826	-	1.416.826	-
Correspondentes		154.478	43.995	154.478	43.995
Relações Interdependências		3.050.733	3.886.513	3.050.733	3.886.557
Recursos em Trânsito de Terceiros		3.049.908	3.886.121	3.049.908	3.886.121
Transferências Internas de Recursos		825	392	825	436
Obrigações por Empréstimos	18.e	26.382.693	29.839.343	25.108.992	28.557.611
Empréstimos no País - Outras Instituições		-	-	35.824	41.667
Empréstimos no Exterior		26.382.693	29.839.343	25.073.168	28.515.944
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	18.e	6.061.389	4.981.107	6.061.389	4.981.107
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)		3.307.558	2.422.382	3.307.558	2.422.382
Caixa Econômica Federal (CEF)		3.734	4.023	3.734	4.023
Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME)		2.573.190	2.321.457	2.573.190	2.321.457
Outras Instituições		176.907	233.245	176.907	233.245
Instrumentos Financeiros Derivativos	6	3.204.055	8.442.552	13.956.903	14.585.133
Instrumentos Financeiros Derivativos		3.204.055	8.442.552	13.956.903	14.585.133
Outras Obrigações		74.575.654	124.884.493	90.755.772	131.440.200
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		1.856.136	136.701	1.888.416	165.173
Carteira de Câmbio	9	45.129.566	84.631.442	45.129.566	84.631.442
Sociais e Estatutárias		739.177	4.591.369	767.298	4.707.285
Fiscais e Previdenciárias	19	1.613.051	1.891.028	2.560.655	2.442.614
Negociação e Intermediação de Valores	10	212.884	971.989	699.554	1.236.059
Dívidas Subordinadas	20	505.390	-	505.390	-
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	21	67.990	114.104	67.990	114.104
Diversas	22	24.451.460	32.547.860	39.136.903	38.143.523

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	30/09/2017	Banco 31/12/2016	30/09/2017	Consolidado 31/12/2016
Passivo Exigível a Longo Prazo		146.811.114	152.246.637	151.097.725	156.930.276
Depósitos	18.a	62.764.002	50.153.678	59.102.775	48.310.437
Depósitos Interfinanceiros		2.848.838	2.253.495	450.229	882.147
Depósitos a Prazo		59.915.164	47.900.183	58.652.546	47.428.290
Captações no Mercado Aberto	18.b	32.578.730	39.162.956	32.578.730	39.162.956
Carteira Própria		2.162.138	10.440.823	2.162.138	10.440.823
Carteira de Livre Movimentação		30.416.592	28.722.133	30.416.592	28.722.133
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	18.c	9.140.292	21.626.157	12.071.286	23.907.802
Recursos de Aceites Cambiais		-	-	530.473	536.444
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		7.922.360	21.453.818	10.322.881	23.199.019
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior		517.013	49.031	517.013	49.031
Certificados de Operações Estruturadas		700.919	123.308	700.919	123.308
Obrigações por Empréstimos	18.e	676.905	1.638.173	1.126.494	2.042.406
Empréstimos no País - Outras Instituições		-	-	449.589	404.233
Empréstimos no Exterior		676.905	1.638.173	676.905	1.638.173
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	18.e	10.872.486	11.821.538	10.872.486	11.821.538
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)		6.269.008	7.000.580	6.269.008	7.000.580
Caixa Econômica Federal (CEF)		89.002	95.720	89.002	95.720
Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME)		4.497.098	4.719.077	4.497.098	4.719.077
Outras Instituições		17.378	6.161	17.378	6.161
Instrumentos Financeiros Derivativos	6	4.790.247	5.185.103	4.995.198	5.359.381
Instrumentos Financeiros Derivativos		4.790.247	5.185.103	4.995.198	5.359.381
Outras Obrigações		25.988.452	22.659.032	30.350.756	26.325.756
Carteira de Câmbio	9	1.296.055	2.121.659	1.296.055	2.121.659
Fiscais e Previdenciárias	19	2.230.471	983.070	2.624.195	1.260.300
Negociação e Intermediação de Valores	10	733	1.386	733	1.386
Dívidas Subordinadas	20	-	466.246	-	466.246
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	21	7.942.907	8.200.695	7.942.907	8.200.695
Diversas	22	14.518.286	10.885.976	18.486.866	14.275.470
Resultados de Exercícios Futuros		328.917	365.087	505.519	564.609
Resultados de Exercícios Futuros		328.917	365.087	505.519	564.609
Patrimônio Líquido	24	62.361.148	57.754.577	62.358.569	57.771.524
Capital Social:		57.000.000	57.000.000	57.000.000	57.000.000
De Domiciliados no País		4.808.186	4.808.186	4.808.186	4.808.186
De Domiciliados no Exterior		52.191.814	52.191.814	52.191.814	52.191.814
Reservas de Capital		100.529	395.925	102.098	396.951
Reservas de Lucros		5.566.477	3.024.381	5.566.477	3.039.459
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(1.103.776)	(2.151.695)	(1.077.152)	(2.150.852)
Lucros Acumulados		824.258	-	793.486	-
(-) Ações em Tesouraria		(26.340)	(514.034)	(26.340)	(514.034)
Participação dos Acionistas Minoritários	24.f	-	-	2.267.561	2.525.746
Total do Patrimônio Líquido		62.361.148	57.754.577	64.626.130	60.297.270
Total do Passivo		684.144.434	752.986.536	676.768.466	701.704.537

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	01/07 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2017	01/07 a 30/09/2016	Banco 01/01 a 30/09/2016	01/07 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2017	01/07 a 30/09/2016	Consolidado 01/01 a 30/09/2016
Receitas da Intermediação Financeira		19.131.311	58.910.392	23.542.334	69.212.145	20.025.546	59.752.181	22.195.109	65.589.964
Operações de Crédito		8.317.802	27.078.934	9.672.229	22.058.172	10.936.858	34.551.153	11.874.546	28.416.385
Operações de Arrendamento Mercantil		-	-	-	-	97.671	308.565	113.922	337.756
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.a	7.340.796	22.297.335	10.488.537	28.156.679	5.531.526	15.273.728	6.963.742	18.205.120
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		2.141.746	3.158.050	888.868	5.957.827	2.126.926	3.220.495	628.813	5.404.830
Resultado de Operações com Câmbio		672	1.922.280	607.939	7.813.195	(7.514)	1.912.032	716.128	7.967.109
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		-	-	-	626	2.690	7.165	2.024	4.581
Resultado das Aplicações Compulsórias		1.330.295	4.453.793	1.884.761	5.225.646	1.337.389	4.479.043	1.895.934	5.254.183
Despesas da Intermediação Financeira		(11.719.062)	(41.474.317)	(19.534.351)	(49.596.328)	(11.239.112)	(38.435.090)	(17.118.864)	(43.158.622)
Operações de Captação no Mercado	18.d	(10.077.509)	(33.255.752)	(15.513.552)	(46.830.502)	(9.111.390)	(28.809.293)	(12.606.304)	(38.964.063)
Operações de Empréstimos e Repasses		985.367	(406.167)	(871.950)	5.381.956	885.224	(651.695)	(933.198)	5.137.880
Operações de Arrendamento Mercantil		(53)	(72)	(90)	(167)	-	-	-	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	(2.626.867)	(7.812.326)	(3.148.759)	(8.147.615)	(3.012.946)	(8.974.102)	(3.579.362)	(9.332.439)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		7.412.249	17.436.075	4.007.983	19.615.817	8.786.434	21.317.091	5.076.245	22.431.342
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(3.218.350)	(8.116.253)	(2.338.051)	(8.383.503)	(4.066.359)	(10.490.872)	(3.125.915)	(10.352.092)
Receitas de Prestação de Serviços	27	2.128.257	6.355.569	2.053.394	6.347.718	2.792.474	8.266.277	2.567.998	7.416.798
Rendas de Tarifas Bancárias	27	888.564	2.533.359	720.839	2.012.701	1.078.316	3.105.807	869.464	2.439.370
Despesas de Pessoal	28	(1.723.098)	(5.148.364)	(1.655.004)	(4.918.115)	(1.881.442)	(5.622.105)	(1.830.385)	(5.430.456)
Outras Despesas Administrativas	29	(2.660.181)	(7.616.745)	(2.405.695)	(7.204.491)	(3.048.765)	(8.733.299)	(2.819.665)	(8.345.400)
Despesas Tributárias	30	(842.192)	(2.171.595)	(609.827)	(2.612.449)	(1.047.233)	(2.776.672)	(794.639)	(3.126.675)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	15	522.287	1.404.931	399.525	885.926	10.226	26.235	386	1.056
Outras Receitas Operacionais	31	811.982	2.524.626	952.624	2.668.955	958.570	2.998.435	1.002.206	3.229.253
Outras Despesas Operacionais	32	(2.343.969)	(5.998.034)	(1.793.907)	(5.563.748)	(2.928.505)	(7.755.550)	(2.121.280)	(6.536.038)
Resultado Operacional		4.193.899	9.319.822	1.669.932	11.232.314	4.720.075	10.826.219	1.950.330	12.079.250
Resultado não Operacional	33	(29.439)	(241.627)	(426)	22.775	(34.545)	(312.622)	19.087	39.713
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		4.164.460	9.078.195	1.669.506	11.255.089	4.685.530	10.513.597	1.969.417	12.118.963
Imposto de Renda e Contribuição Social	34	(1.919.830)	(2.503.243)	77.656	(6.377.818)	(2.343.079)	(3.611.953)	(117.351)	(7.034.522)
Provisão para Imposto de Renda		(482.776)	(1.216.770)	(314.280)	(1.164.181)	(778.733)	(1.944.915)	(448.530)	(1.569.758)
Provisão para Contribuição Social		(314.727)	(872.676)	(270.469)	(1.070.099)	(520.553)	(1.401.850)	(386.757)	(1.409.214)
Ativo Fiscal Diferido		(1.122.327)	(413.797)	662.405	(4.143.538)	(1.043.793)	(265.188)	717.936	(4.055.550)
Participações no Lucro		(420.372)	(1.042.503)	(313.138)	(888.026)	(437.843)	(1.102.771)	(332.913)	(947.023)
Participações dos Acionistas Minoritários	24.f	-	-	-	-	(109.936)	(300.280)	(83.630)	(141.789)
Lucro Líquido		1.824.258	5.532.449	1.434.024	3.989.245	1.794.672	5.498.593	1.435.523	3.995.629
Nº de Ações (Mil)	24.a	7.494.855	7.494.855	7.516.415	7.516.415				
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)		243,40	738,17	190,79	530,74				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial			Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Total
				Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos	Próprios	Coligadas e Controladas	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial			
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		57.000.000	433.473	1.838.374	914.370	(3.657.416)	(141.913)	(1.141.646)	-	(423.953)	54.821.289
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	(173.115)	-	-	(173.115)
Ações em Tesouraria	24.d	-	-	-	-	-	-	-	-	(20.799)	(20.799)
Resultado de Ações em Tesouraria	24.d	-	1.037	-	-	-	-	-	-	-	1.037
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	(82.761)	-	-	-	-	-	-	-	(82.761)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	3.077.148	214.802	-	-	-	3.291.950
Reestruturação do Capital	24.d	-	-	-	-	-	-	-	-	(37)	(37)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	3.989.245	-	3.989.245
Destinações:											
Reserva Legal	24.c	-	-	127.761	-	-	-	-	(127.761)	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	24.b	-	-	-	-	-	-	-	(500.000)	-	(500.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	24.c	-	-	-	1.927.460	-	-	-	(1.927.460)	-	-
Outros		-	(2.375)	-	-	-	-	-	-	-	(2.375)
Saldos em 30 de Setembro de 2016		57.000.000	349.374	1.966.135	2.841.830	(580.268)	72.889	(1.314.761)	1.434.024	(444.789)	61.324.434
Mutação do Período		-	(84.099)	127.761	1.927.460	3.077.148	214.802	(173.115)	1.434.024	(20.836)	6.503.145
Saldos em 31 de Dezembro de 2016		57.000.000	395.925	2.114.456	909.925	(136.813)	68.598	(2.083.480)	-	(514.034)	57.754.577
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	(444.027)	-	-	(444.027)
Ações em Tesouraria	24.d	-	(257.602)	-	(486.817)	-	-	-	-	487.731	(256.688)
Resultado de Ações em Tesouraria	24.d	-	273	-	-	-	-	-	-	-	273
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	(38.067)	-	-	-	-	-	-	-	(38.067)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	1.423.412	68.534	-	-	-	1.491.946
Reestruturação do Capital	24.d	-	-	-	-	-	-	-	-	(37)	(37)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	5.532.449	-	5.532.449
Destinações:											
Reserva Legal	24.c	-	-	176.445	-	-	-	-	(176.445)	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	24.b	-	-	-	-	-	-	-	(1.500.000)	-	(1.500.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	24.c	-	-	-	2.852.468	-	-	-	(2.852.468)	-	-
Adoção Inicial - Resolução 4.512 do Conselho Monetário Nacional (Nota 3.w e 22)		-	-	-	-	-	-	-	(179.278)	-	(179.278)
Saldos em 30 de Setembro de 2017		57.000.000	100.529	2.290.901	3.275.576	1.286.599	137.132	(2.527.507)	824.258	(26.340)	62.361.148
Mutação do Período		-	(295.396)	176.445	2.365.651	1.423.412	68.534	(444.027)	824.258	487.694	4.606.571

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial			Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Patrimônio Líquido	Participação dos Acionistas Minoritários	Total do Patrimônio Líquido
				Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos	Próprios	Coligadas e Controladas	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial					
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		57.000.000	436.389	1.838.374	936.746	(3.684.924)	(141.913)	(1.141.646)	-	(423.953)	54.819.073	1.956.130	56.775.203
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	(173.116)	-	-	(173.116)	-	(173.116)
Ações em Tesouraria	24.d	-	-	-	-	-	-	-	(20.799)	-	(20.799)	-	(20.799)
Resultado de Ações em Tesouraria	24.d	-	1.037	-	-	-	-	-	-	-	1.037	-	1.037
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	(85.157)	-	-	-	-	-	-	-	(85.157)	-	(85.157)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores													
Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	3.077.148	214.802	-	-	-	3.291.950	-	3.291.950
Reestruturação do Capital	24.d	-	-	-	-	-	-	-	(37)	-	(37)	-	(37)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	3.995.629	-	3.995.629	-	3.995.629
Destinações:													
Reserva Legal	24.c	-	-	127.761	-	-	-	-	(127.761)	-	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	24.b	-	-	-	-	-	-	-	(500.000)	-	(500.000)	-	(500.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	24.c	-	-	-	1.905.084	(487)	-	-	(1.910.403)	-	(5.806)	-	(5.806)
Resultado de Participações dos Acionistas Minoritários	24.f	-	-	-	-	-	-	-	-	-	141.789	-	141.789
Outros		-	(2.375)	-	-	-	-	-	233	-	(2.142)	96.179	94.037
Saldos em 30 de Setembro de 2016		57.000.000	349.894	1.966.135	2.841.830	(608.263)	72.889	(1.314.762)	1.457.698	(444.789)	61.320.632	2.194.098	63.514.730
Mutação do Período		-	(86.495)	127.761	1.905.084	3.076.661	214.802	(173.116)	1.457.698	(20.836)	6.501.559	237.968	6.739.527
Saldos em 31 de Dezembro de 2016		57.000.000	396.951	2.114.456	925.003	(135.970)	68.598	(2.083.480)	-	(514.034)	57.771.524	2.525.746	60.297.270
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	(444.027)	-	-	(444.027)	-	(444.027)
Ações em Tesouraria	24.d	-	(257.602)	-	(486.817)	-	-	-	-	487.731	(256.688)	-	(256.688)
Resultado de Ações em Tesouraria	24.d	-	273	-	-	-	-	-	-	-	273	-	273
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	(37.524)	-	-	-	-	-	-	-	(37.524)	-	(37.524)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores													
Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	1.423.412	68.534	-	-	-	1.491.946	-	1.491.946
Reestruturação do Capital	24.d	-	-	-	-	-	-	-	-	(37)	(37)	-	(37)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	5.498.593	-	5.498.593	-	5.498.593
Destinações:													
Reserva Legal	24.c	-	-	176.445	-	-	-	-	(176.445)	-	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	24.b	-	-	-	-	-	-	-	(1.500.000)	-	(1.500.000)	-	(1.500.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	24.c	-	-	-	2.837.390	25.781	-	-	(2.849.384)	-	13.787	-	13.787
Resultado de Participações dos Acionistas Minoritários	24.f	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	300.280	300.280
Adoção Inicial - Resolução 4.512 do Conselho Monetário Nacional (Nota 3.w e 22)		-	-	-	-	-	-	-	(179.278)	-	(179.278)	-	(179.278)
Outros		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(558.465)	(558.465)
Saldos em 30 de Setembro de 2017		57.000.000	102.098	2.290.901	3.275.576	1.313.223	137.132	(2.527.507)	793.486	(26.340)	62.358.569	2.267.561	64.626.130
Mutação do Período		-	(294.853)	176.445	2.350.573	1.449.193	68.534	(444.027)	793.486	487.694	4.587.045	(258.185)	4.328.860

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	01/01 a 30/09/2017	Banco 01/01 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2017	Consolidado 01/01 a 30/09/2016
Atividades Operacionais					
Lucro Líquido		5.532.449	3.989.245	5.498.593	3.995.629
Ajustes ao Lucro Líquido		11.121.104	12.202.949	14.454.092	14.512.100
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	7.812.326	8.147.615	8.974.102	9.332.439
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais		2.086.995	1.898.909	2.469.835	2.110.875
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		180.773	4.476.659	30.023	4.367.345
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	15	(1.404.931)	(885.926)	(26.235)	(1.056)
Depreciações e Amortizações	29	2.509.314	2.363.108	2.886.776	2.693.455
Constituição (Reversão) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens	33	264.090	7.717	329.262	7.668
Resultado na Alienação de Valores e Bens	33	(5.882)	(581)	(7.590)	(919)
Resultado na Avaliação do Valor Recuperável	32	22.215	-	22.215	6
Resultado de Investimentos	33	(1.787)	-	1.839	1.134
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	31	(46.410)	-	(46.410)	-
Atualização de Depósitos Judiciais	31	(330.358)	(417.392)	(450.840)	(575.178)
Atualização de Impostos a Compensar	31	(129.589)	(113.739)	(186.980)	(173.840)
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		2.341	1.037.191	2.341	1.068.303
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Ativos e Passivos		192.988	(4.324.772)	192.988	(4.324.772)
Outros		(30.981)	14.160	262.766	6.640
Variações em Ativos e Passivos		19.795.262	(12.637.961)	18.202.051	(14.488.048)
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(3.394.349)	(26.523.126)	4.245.959	(25.062.123)
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		19.141.089	(32.770.041)	(12.047.547)	(13.172.242)
Redução (Aumento) em Operações de Crédito e Operações de Arrendamento Mercantil		(7.965.653)	4.805.272	(15.521.167)	3.731.855
Redução (Aumento) em Depósitos no Banco Central		(4.935.253)	(7.236.581)	(4.949.899)	(7.376.111)
Redução (Aumento) em Outros Créditos		49.640.412	15.980.950	39.903.085	15.051.135
Redução (Aumento) em Despesas Antecipadas		(148.826)	(133.704)	(39.504)	(121.481)
Variação Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências		265.204	(949.484)	264.854	(949.484)
Aumento (Redução) em Depósitos		27.418.309	11.185.075	58.412.731	(1.216.338)
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto		(17.038.051)	25.509.611	(19.397.640)	17.442.192
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		(4.075.782)	(4.637.135)	(4.004.043)	(6.048.632)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		(38.363.752)	3.046.263	(27.047.932)	4.799.720
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros		(36.170)	(8.408)	(58.887)	(9.486)
Imposto Pago		(711.916)	(906.653)	(1.557.959)	(1.557.053)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		36.448.815	3.554.233	38.154.736	4.019.681
Atividades de Investimento					
Aumento de Capital em Participações em Coligadas e Controladas	15	(133.164)	-	(13.164)	-
Aquisição de Investimentos		(611)	(902)	(728)	(113.912)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(409.472)	(405.795)	(641.760)	(681.707)
Aplicações no Intangível		(1.076.738)	(1.088.691)	(1.129.337)	(1.157.957)
Aquisição de Ativos Não Correntes Mantidos à Venda	13	(43.713)	-	(43.713)	-
Caixa Líquido Recebido na Alienação de Investimentos		8.777	379	10.539	403
Aquisição de Controlada, menos Caixa Líquido na Aquisição	15	-	-	(8.464)	(393.102)
Alienação de Bens não de Uso Próprio		47.741	182.973	68.394	182.744
Alienação de Imobilizado de Uso		37.953	7.666	57.281	57.360
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		1.145.142	1.046.132	94.579	44.436
Mudança no Escopo de Consolidação	2	-	-	(3.758)	4.909
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		(424.085)	(258.238)	(1.610.131)	(2.056.826)
Atividades de Financiamento					
Aquisição de Ações de Emissão Própria	24.d	(256.688)	(20.799)	(256.688)	(20.799)
Emissões de Obrigações de Longo Prazo		30.729.643	39.512.824	32.533.707	41.165.231
Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo		(65.147.897)	(43.566.159)	(66.737.300)	(45.446.029)
Pagamentos de Dívidas Subordinadas		-	(8.362.652)	-	(8.362.652)
Pagamentos de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital		(535.386)	(2.639.413)	(535.386)	(2.639.413)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(5.027.214)	(3.221.946)	(5.464.762)	(3.228.823)
Aumento (Redução) em Participação dos Minoritários		-	-	(184.560)	101.790
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		(40.237.542)	(18.298.145)	(40.644.989)	(18.430.695)
Variação Cambial sobre Caixa e Equivalentes de Caixa		(2.341)	(1.037.191)	(2,341)	(1,068,303)
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		(4,215,153)	(16,039,341)	(4,102,725)	(17,536,143)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4	17,847,678	31,348,083	18,133,177	33,133,182
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4	13,632,525	15,308,742	14,030,452	15,597,039

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Banco				Consolidado			
		01/01 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2016
Receitas da Intermediação Financeira		58.910.392	69.212.145	59.752.181	65.589.964				
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas									
Bancárias	27	8.888.928	8.360.419	11.372.084	9.856.168				
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	(7.812.326)	(8.147.615)	(8.974.102)	(9.332.439)				
Outras Receitas e Despesas		(3.692.820)	(2.872.018)	(5.047.522)	(3.267.066)				
Despesas da Intermediação Financeira		(33.661.991)	(41.448.713)	(29.460.988)	(33.826.183)				
Insumos de Terceiros		(4.594.460)	(4.324.829)	(5.320.426)	(5.096.053)				
Material, Energia e Outros		(174.677)	(204.377)	(180.258)	(212.240)				
Serviços de Terceiros	29	(1.410.886)	(1.345.749)	(1.692.660)	(1.615.678)				
Avaliação do Valor Recuperável	32	(22.215)	-	(22.215)	(6)				
Outros		(2.986.682)	(2.774.703)	(3.425.293)	(3.268.129)				
Valor Adicionado Bruto		18.037.723	20.779.389	22.321.227	23.924.391				
Retenções									
Depreciações e Amortizações	29	(2.509.314)	(2.363.108)	(2.886.776)	(2.693.455)				
Valor Adicionado Líquido Produzido		15.528.409	18.416.281	19.434.451	21.230.936				
Valor Adicionado Recebido em Transferência									
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	15	1.404.931	885.926	26.235	1.056				
Valor Adicionado Total a Distribuir		16.933.340	19.302.207	19.460.686	21.231.992				
Distribuição do Valor Adicionado									
Pessoal		5.494.544	32,4%	5.143.836	26,6%	5.960.033	30,6%	5.639.921	26,6%
Remuneração	28	2.998.845		2.827.688		3.295.974		3.137.143	
Benefícios	28	991.952		1.008.236		1.067.428		1.092.333	
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)		279.267		212.947		305.013		239.072	
Outras		1.224.480		1.094.965		1.291.618		1.171.373	
Impostos, Taxas e Contribuições		5.371.161	31,7%	9.652.572	50,0%	7.153.468	36,8%	10.898.755	51,3%
Federais		4.970.639		9.292.174		6.677.530		10.480.190	
Estaduais		653		490		837		564	
Municipais		399.869		359.908		475.101		418.001	
Remuneração do Capital de Terceiros - Aluguéis	29	535.186	3,2%	516.554	2,7%	548.312	2,8%	555.898	2,6%
Remuneração de Capitais Próprios		5.532.449	32,7%	3.989.245	20,7%	5.798.873	29,8%	4.137.418	19,5%
Juros sobre o Capital Próprio	24.b	1.500.000		500.000		1.500.000		500.000	
Reinvestimentos de Lucros		4.032.449		3.489.245		3.998.593		3.495.629	
Resultado das Participações dos Acionistas Minoritários	24.f	-		-		300.280		141.789	
Total		16.933.340	100,0%	19.302.207	100,0%	19.460.686	100,0%	21.231.992	100,0%

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Prudencial (Conglomerado Santander) perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade anônima, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP. Opera como Banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito e financiamento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil, operações de cartões de crédito e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de instituição de pagamento, arrendamento mercantil, administração de consórcios e corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, capitalização e previdência privada. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do Banco Santander, que inclui sua dependência no exterior (Banco) e as demonstrações consolidadas (Consolidado), foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras consolidadas incluem o Banco e suas empresas controladas indicadas na Nota 15 e os fundos de investimentos, onde as empresas do Conglomerado Santander são as principais beneficiárias ou detentoras das principais obrigações. As carteiras desses fundos de investimentos estão classificadas por tipo de operação e estão distribuídos nas mesmas categorias em que originalmente foram alocados. A partir de 1 de janeiro de 2017, conforme Resolução do CMN 4.517 de 24 de agosto de 2016, as participações societárias em sociedades controladas em conjunto passaram a ser avaliadas pelo método de equivalência patrimonial de forma prospectiva.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras do Banco Santander, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pelo Banco Santander na sua gestão.

Fundos de Investimentos Consolidados

- Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Amazonas);
- Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Diamantina);
- Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Guarujá);
- Santander Fundo de Investimento Unix Multimercado Crédito Privado (Santander FI Unix);
- Santander Fundo de Investimento Capitalization Renda Fixa (Santander FI Capitalization);
- Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado (Santander FI SBAC);
- Santander FIC FI Contract I Referenciado DI (Santander FIC FI Contract);
- Santander Paraty QIF PLC (Santander Paraty) ⁽⁵⁾;
- Santander Fundo de Investimento Financeiro Curto Prazo (Santander FI Financeiro);
- Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Venda de Veículos FIDC) ⁽¹⁾;
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios RCI Brasil I - Financiamento de Veículos (FI Direitos Creditórios RCI Brasil I) ⁽²⁾;
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios RN Brasil - Financiamento de Veículos (FI RN Brasil - Financiamento de Veículos) ⁽³⁾;
- BRL V - Fundo de Investimento Imobiliário - FII (Fundo de Investimento Imobiliário) ⁽⁴⁾;
- Santander FI Hedge Strategies Fund (Santander FI Hedge Strategies) ⁽⁵⁾; e
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL VI) ⁽⁶⁾.

(1) A Renault montadora (entidade não pertencente ao Conglomerado Santander) vende suas duplicatas (recebíveis referentes aos automóveis faturados para as concessionárias da montadora) ao Fundo. Este Fundo compra exclusivamente duplicatas da Renault montadora. Por sua vez, o Banco RCI Brasil S.A. (Nota 15) detém 100% das suas cotas subordinadas.

(2) O Banco RCI Brasil S.A. (empresa pertencente ao Conglomerado Santander) vende sua carteira do produto "floorplan" ao Fundo, bem como detém 100% das suas cotas subordinadas. Este Fundo compra exclusivamente operações de crédito do Banco RCI Brasil S.A.

(3) O Banco RCI Brasil S.A. vende recebíveis (Carteira CDC) ao FI RN Brasil - Financiamento de Veículos. As cotas sêniores terão somente um investidor. O Banco RCI Brasil S.A. detém 100% das cotas subordinadas.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

(4) Trata-se de uma estrutura onde o Banco Santander figurava como credor de determinadas dívidas (operações de crédito). Os imóveis objeto de garantia das referidas operações foram convertidos em aportes de capital junto ao Fundo de Investimento Imobiliário, conjugado a concomitante transferência das cotas do mesmo para o Banco Santander mediante processo de dação em pagamento das operações de crédito supracitadas.

(5) O Banco Santander, através de suas subsidiárias, é detentor dos riscos e benefícios do Santander Paraty e do Subfundo Santander FI Hedge Strategies, com residência na Irlanda, e ambos são consolidados integralmente em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas. No mercado irlandês, um fundo de investimento não pode atuar diretamente e, por esse motivo, houve a necessidade da criação de uma outra estrutura (um subfundo), o Santander FI Hedge Strategies. O Santander Paraty não possui posição patrimonial, sendo toda posição oriunda do balancete do Santander FI Hedge Strategies.

(6) Este fundo foi constituído e passou a ser consolidado em setembro de 2017. Refere-se a uma estrutura onde o Banco Santander alienou determinadas operações de crédito, que já haviam sido transferidas para prejuízo (operações vencidas a mais de 360 dias) para este fundo. A Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros (Atual Securitizadora) (Nota 15), empresa controlada pelo Banco Santander, detém 100% das cotas deste fundo.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações societárias, os saldos relevantes a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre dependências no país, dependência no exterior e controladas, os resultados não realizados entre essas empresas e destacada a participação dos acionistas minoritários no patrimônio líquido e no resultado. No período findo em 2016, os componentes das contas patrimoniais e de resultado das sociedades controladas em conjunto foram consolidados nas respectivas proporções da participação no capital social da controlada.

As informações das operações de arrendamento mercantil foram reclassificadas, com o objetivo de refletir sua posição financeira em conformidade com o método financeiro.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, realização do crédito tributário, passivos contingentes, plano de pensão e o valor justo dos ativos financeiros.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o período findo em 30 de setembro de 2017 na reunião realizada em 24 de outubro de 2017.

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) do período findo em 30 de setembro de 2017, foram divulgadas simultaneamente, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

b) Moeda Funcional

Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

A Resolução CMN 4.524 de 29 de setembro de 2016, com aplicação prospectiva a partir de 1 de janeiro de 2017, passou a estabelecer procedimentos contábeis para reconhecimento pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen que detenham investimentos no exterior: I - dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão de transações realizadas em moeda estrangeira por investidas no exterior para as respectivas moedas funcionais; II - dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão dos saldos das demonstrações financeiras de investidas no exterior das respectivas moedas funcionais para a moeda nacional; e III - das operações de hedge de variação cambial de investimentos no exterior. Referidas alterações não impactaram as demonstrações financeiras do Banco Santander no ano de 2017. Considera-se moeda funcional a moeda do ambiente econômico principal no qual a entidade opera.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco Santander.

Os ativos e passivos da dependência e subsidiária no exterior são convertidos para o Real como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço; e
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

A Administração do Banco Santander decidiu segregar em uma linha destacada os "Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Ativos e Passivos" e os respectivos impactos no fluxo de caixa líquido das atividades operacionais, conseqüentemente as correspondentes cifras da Demonstração dos Fluxos de Caixa foram reclassificadas para o período findo em 30 de setembro de 2016, com o objetivo de melhor apresentação desta peça contábil. A Administração considerou tais reclassificações como imateriais.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Créditos Remunerados Vinculados ao Bacen

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

e.1) Operações Compromissadas

Venda com Compromisso de Recompra

Os títulos de renda fixa próprios utilizados para lastrear as operações compromissadas são destacados em contas específicas do ativo (títulos vinculados) na data da operação, pelo valor médio contábil atualizado, por tipo e vencimento do papel. A diferença entre os valores de recompra e o de venda representa a despesa da operação.

O Banco também utiliza lastros de terceiros para realizar captações em operações de venda com compromisso de recompra, tais captações são registradas como posição financiada.

Compra com Compromisso de Revenda

Os financiamentos concedidos mediante lastro com títulos de renda fixa (de terceiros) são registrados na posição bancada pelo valor de liquidação. A diferença entre os valores de revenda e de compra representa a renda da operação. Os títulos adquiridos com compromisso de revenda são transferidos para a posição financiada quando utilizados para lastrear operações de venda com compromisso de recompra.

Operações Compromissadas Realizadas com Acordo de Livre Movimentação

Para operações com cláusula de livre movimentação, no momento da venda definitiva dos títulos adquiridos com compromisso de revenda, o passivo referente à obrigação de devolução do título deve ser avaliado pelo valor de mercado do título.

f) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- I - títulos para negociação;
- II - títulos disponíveis para venda; e
- III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

- (1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e
- (2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a "hedge" ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de "hedge" contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como:

- I - "hedge" de risco de mercado; e
- II - "hedge" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

- (1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período; e
- (2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

h) Requisitos Mínimos no Processo de Apreçamento de Instrumentos Financeiros (Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos)

A Resolução CMN 4.277 de 31 de outubro de 2013 (que entrou em vigor em 30 de junho de 2015) dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais por instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que trata a Resolução incluem:

- a) Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular Bacen 3.068, de 8 de novembro de 2001;
- b) Instrumentos financeiros derivativos, de que trata a Circular Bacen 3.082, de 30 de janeiro de 2002; e
- c) Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN 3.464, de 26 de junho de 2007.

De acordo com esta Resolução, o Banco passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o spread de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos.

i) Carteira de Créditos e Provisão para Perdas

A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados "pro rata" dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Normalmente, o Banco efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixada para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN 3.533/2008 e Resolução CMN 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, conforme estabelecido pela Resolução CMN 2.682/1999.

j) Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda e Outros Valores e Bens

Ativos não-correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação ("operações descontinuadas"), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano.

Outros valores e bens referem-se, principalmente, a bens não de uso próprio, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em dáção de pagamento.

Ativos não-correntes mantidos para venda e os bens não de uso próprio são geralmente registrados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

k) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

k.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Considerando-se o contido na Resolução CMN 4.294 e Circular Bacen 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediadores da originação de novas operações de crédito ficam limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

A Circular Bacen 3.738 de dezembro de 2014, facultou a possibilidade de aplicação escalonada do procedimento contábil supracitado. O Banco está utilizando essa prerrogativa, conforme abaixo:

- a) 2015: Reconhecer integralmente como despesa 1/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor;
- b) 2016: Reconhecer integralmente como despesa 2/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor; e
- c) 2017: Reconhecer o valor total da comissão paga integralmente como despesa.

Segundo o contido na Circular Bacen 3.722 de outubro de 2014, os procedimentos contábeis anteriormente descritos foram aplicados de forma prospectiva a partir de janeiro de 2015.

A partir de janeiro de 2020, caso ainda exista no ativo da entidade saldo a amortizar decorrente de comissão de venda paga ao correspondente, esse montante deverá ser integralmente baixado contra resultado (despesa).

l) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

l.1) Investimentos

Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.

l.2) Imobilizado de Uso

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

l.3) Intangível

O ágio na aquisição de sociedades controladas é amortizado em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de valor.

Em julho de 2015, o Banco revisou a curva de amortização do ágio de aquisição do Banco Real, a fim de adequar a curva originalmente estabelecida ao prazo, extensão e proporção dos resultados futuros. A amortização do referido ágio será concluída em outubro de 2017 (originalmente em 2016).

Os direitos por aquisição de folhas de pagamento são contabilizados pelos valores pagos na aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de entidades públicas ou privadas, e amortizados de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de logiciais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

m) Provisões Técnicas Relacionadas às Atividades de Previdência e de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Provisões Técnicas de Previdência

As provisões técnicas são constituídas de acordo com os critérios abaixo:

• Provisão para Prêmios não Ganhos (PPNG)

A PPNG é constituída pelas parcelas dos prêmios líquidos de cosseguro cedido, correspondentes aos períodos de riscos não decorridos das apólices, calculada "pro rata" dia. Conforme a Circular Susep 517/2015 e alterações posteriores, no período entre a emissão e o início de vigência, o cálculo da provisão é efetuado considerando o período de vigência do risco.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

• Provisão de Prêmios não Ganhos - Riscos Vigentes e não Emitidos (PPNG-RVNE)

A PPNG-RVNE tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos já assumidos mas que ainda não possuem as respectivas apólices emitidas. Esta provisão é estimada com base no comportamento histórico das emissões em atraso, conforme Nota Técnica Atuarial (NTA).

• Provisão Matemáticas de Benefícios a Conceder e Concedidos (PMBaC e PMBC)

As PMBaC são constituídas a partir das contribuições arrecadadas através do regime financeiro de capitalização. As PMBC representam as obrigações assumidas sob a forma de planos de renda continuada, sendo constituídas através de cálculo atuarial para os planos dos tipos tradicional.

• Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

A PSL é constituída com base nos avisos recebidos pela Evidence Previdência S.A. (Evidence) (Nota 15), relativos a pagamentos únicos e rendas vencidas, de sinistros avisados até a data-base de cálculo, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido. O fato gerador da baixa da provisão decorrente de pagamento, se caracteriza quando da liquidação financeira, do recebimento do comprovante de pagamento da indenização, pecúlio ou renda vencida, ou conforme os demais casos previstos em lei.

• PSL Judicial

É constituída para todos os avisos de sinistros em demanda judicial, com base na probabilidade de perda e classificadas como prováveis, possíveis e remotas.

Os sinistros em demanda judicial são analisados individualmente pelo departamento jurídico para serem classificados dentre estas probabilidades de perda, sendo atualizados sempre que houver necessidade.

Na PSL judicial, incide ainda correção monetária e honorários de sucumbência, conforme indexador do contrato e juros de 1% ao mês.

• Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR)

O IBNR deve ser constituído para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data base de cálculo. O termo "sinistro" abrange todos os sinistros e benefícios dos planos de risco de previdência. A Evidence não dispõe de base de dados suficiente para a elaboração de metodologia própria, desta forma, é utilizado os procedimentos técnicos definidos na Circular Susep 517/2015 e alterações posteriores.

• Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)

A PDR é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos às despesas relacionadas a sinistros. Para os planos estruturados no regime financeiro de repartição simples e repartição de capitais de cobertura, a provisão abrange as despesas, alocáveis e não alocáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios, em função de sinistros ocorridos, avisados ou não.

• Provisão de Excedente Financeiro (PEF)

A PEF abrange os valores de excedentes financeiros provisionados, a serem utilizados de acordo com o regulamento do plano. Esta provisão é calculada considerando-se a rentabilidade dos investimentos realizada versus a rentabilidade garantida em cada plano.

• Provisão de Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar (PVR)

Abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, as devoluções de contribuições, prêmios ou as portabilidades solicitadas e que por qualquer motivo, ainda não foram efetuadas.

• Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

A PCC deverá ser constituída quando for observada insuficiência nas provisões técnicas decorrente da realização do Teste de Adequação de Passivos (TAP).

Provisões Técnicas de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas de acordo com os critérios abaixo:

- Provisão matemática para resgate resulta da acumulação dos percentuais aplicáveis sobre os pagamentos efetuados, capitalizados com a taxa de juros prevista no plano e atualização através da taxa de remuneração básica da caderneta de poupança - Taxa Referencial Básica (TR);
- Provisão para resgate dos títulos antecipados é constituída a partir do cancelamento por falta de pagamento ou solicitação de resgate do título, com base no valor da provisão matemática de resgate constituída no momento de cancelamento do título e a provisão para resgate dos títulos vencidos é constituída após o término de vigência do título;
- Provisão de sorteios a realizar é constituída com base em percentual da parcela paga e tem como objetivo cobrir os sorteios a que os títulos irão concorrer, mas que ainda não foram realizados. A provisão de sorteios a pagar é constituída para os títulos sorteados, mas que ainda não foram pagos; e

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

- Provisão de despesas administrativas tem como objetivo refletir o valor presente das despesas futuras dos títulos de capitalização cuja vigência estende-se após a data de sua constituição.

n) Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Plano de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidades patrocinadoras pagam contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas de pessoal na demonstração dos resultados.

Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja planos de contribuição definida e estão apresentados na Nota 35. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.

Desde janeiro de 2013, o Banco Santander aplica o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 33 (R1) que estabelece fundamentalmente o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.
- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.
- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.
- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.
- Custo do serviço corrente é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.
- O custo do serviço passado é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria (Nota 32) e despesas de pessoal (Nota 28).

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria especializada e aprovado pela Administração, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

o) Remuneração Baseada em Ações

O Banco possui planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer seus direitos; (2) condições de performance, a quantidade de Investimento em Certificados de Depósito de Ações (Units) passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do modificador Retorno sobre Ativo Ponderado pelo Risco (RoRWA), comparação entre o realizado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco. O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Liquidação em Ação

O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, o Banco considera o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

Liquidação em Dinheiro

Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), o Banco mensura os serviços prestados e o correspondente passivo incorrido no valor justo na valorização das ações na data de concessão e até que o passivo seja liquidado e reavalia o valor justo do passivo ao final de cada período de reporte e a data de sua liquidação, com quaisquer mudanças no valor justo reconhecidas no resultado do período. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida às provisões em “salários a pagar” em todo o período de vigência, refletindo como os serviços são recebidos, o Banco registra o passivo total na melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas no final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência com base na melhor estimativa disponível. Periodicamente, o Banco analisa sua estimativa sobre o número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

p) Captações, Emissões e Outros Passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro (Nota 18.d).

Dentre os critérios de reconhecimento inicial de passivos, cabe menção àqueles instrumentos de natureza composta, os quais são assim classificados, dado a existência de um instrumento de dívida (passivo) e um componente de patrimônio líquido embutido (derivativo).

O registro de instrumento composto consiste na conjugação de (i) um instrumento principal, o qual é reconhecido como um passivo genuíno da entidade (dívida) e (ii) um componente de patrimônio líquido (derivativo de conversibilidade em ações ordinárias).

De acordo com o previsto no COSIF, os instrumentos híbridos de capital e dívida representam obrigações das instituições financeiras emissoras e devem ser registrados em contas específicas do passivo e atualizado de acordo com as taxas pactuadas e ajustadas pelo efeito de variação cambial, quando denominado em moeda estrangeira. Todas as remunerações referentes a esses instrumentos, tais como juros e variação cambial (diferença entre a moeda funcional e a moeda em que o instrumento foi denominado) devem ser contabilizadas como despesas do período, obedecendo ao regime de competência.

Em relação ao componente de patrimônio líquido, ocorre o seu registro no momento inicial em razão do seu valor justo, caso seja diferente de zero.

O detalhamento pertinente a emissão dos instrumentos de natureza composta encontram-se descrito na Nota 21.

q) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para as provisões cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 23.h) e para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida a divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Santander, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

r) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e Cofins são registradas em despesas tributárias. Para empresas não financeiras as alíquotas são de 1,65% para o PIS e 7,6% para a Cofins.

s) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL para as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei 13.169/2015 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 675/2015).

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 11.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

t) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao final de cada período de reporte, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.

u) Resultados de Exercícios Futuros

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação às que lhes deram origem, incluindo rendimentos não restituíveis, principalmente relacionados às garantias e fianças prestadas e anuidades de cartão de crédito. A apropriação ao resultado é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

v) Participação dos Acionistas Minoritários

Os acionistas não controladores (minoritários) são registrados em conta destacada de patrimônio líquido das entidades controladoras, para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

w) Garantias Financeiras Prestadas

A Resolução CMN 4.512 de 28 de julho de 2016 e a Carta Circular Bacen 3.782 de 19 de setembro de 2016 estabeleceram procedimentos contábeis a serem aplicados, determinando sobre a constituição de provisão para cobertura das perdas associadas às garantias financeiras prestadas sob qualquer forma, a serem aplicados de forma prospectiva a partir de 1 de janeiro de 2017. As perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados a garantias financeiras prestadas são avaliadas de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito e com base em informações e critérios consistentes, passíveis de verificação. A provisão deve ser suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada e são avaliadas periodicamente. As provisões relacionadas a garantias financeiras prestadas antes de 1 de janeiro de 2017 foram registradas em contrapartida de conta do patrimônio líquido, de acordo com a Resolução e Carta Circular mencionadas anteriormente.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Banco			
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2016	31/12/2015
Disponibilidades	6.753.084	5.513.365	5.872.907	5.231.627
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.879.441	12.334.313	9.435.835	26.116.456
Aplicações no Mercado Aberto	1.909.874	1.053.105	4.201.422	3.993.155
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	296.897	282.753	278.928	292.520
Aplicações em Moedas Estrangeiras	4.672.670	10.998.455	4.955.485	21.830.781
Total	13.632.525	17.847.678	15.308.742	31.348.083

	Consolidado			
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2016	31/12/2015
Disponibilidades	7.080.486	5.723.084	6.089.264	6.863.856
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.949.966	12.410.093	9.507.775	26.269.326
Aplicações no Mercado Aberto	1.979.874	1.129.140	4.273.011	4.146.025
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	296.897	282.753	278.928	292.520
Aplicações em Moedas Estrangeiras	4.673.195	10.998.200	4.955.836	21.830.781
Total	14.030.452	18.133.177	15.597.039	33.133.182

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Banco				
				30/09/2017	31/12/2016
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	30.915.062	12.802.253	-	43.717.315	47.405.162
Posição Bancada	1.909.915	-	-	1.909.915	1.049.511
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	800.746	-	-	800.746	546.618
Letras do Tesouro Nacional - LTN	814.224	-	-	814.224	281.870
Notas do Tesouro Nacional - NTN	294.945	-	-	294.945	221.023
Posição Financiada	6.013.282	2.399.801	-	8.413.083	15.089.724
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.400.203	209.355	-	2.609.558	2.692.139
Notas do Tesouro Nacional - NTN	3.613.079	2.190.446	-	5.803.525	12.397.585
Posição Vendida	22.991.865	10.402.452	-	33.394.317	31.265.927
Letras do Tesouro Nacional - LTN	5.245.102	829.998	-	6.075.100	4.791.784
Notas do Tesouro Nacional - NTN	17.746.763	9.572.454	-	27.319.217	26.474.143
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	9.121.358	14.643.764	20.909.855	44.674.977	36.721.868
Aplicações em Moedas Estrangeiras	4.672.670	-	-	4.672.670	10.998.455
Total	44.709.090	27.446.017	20.909.855	93.064.962	95.125.485
Circulante				72.155.107	80.312.979
Longo Prazo				20.909.855	14.812.506

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

				30/09/2017	Consolidado 31/12/2016
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	30.985.061	12.802.253	-	43.787.314	47.479.196
Posição Bancada	5.358.815	-	-	5.358.815	10.128.147
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	800.746	-	-	800.746	546.619
Letras do Tesouro Nacional - LTN	884.223	-	-	884.223	3.041.941
Notas do Tesouro Nacional - NTN	3.673.846	-	-	3.673.846	6.539.587
Posição Financiada	2.634.381	2.399.801	-	5.034.182	6.085.122
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.400.203	209.355	-	2.609.558	6.102
Notas do Tesouro Nacional - NTN	234.178	2.190.446	-	2.424.624	6.079.020
Posição Vendida	22.991.865	10.402.452	-	33.394.317	31.265.927
Letras do Tesouro Nacional - LTN	5.245.102	829.998	-	6.075.100	4.791.784
Notas do Tesouro Nacional - NTN	17.746.763	9.572.454	-	27.319.217	26.474.143
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	321.279	835.868	345.499	1.502.646	1.190.540
Aplicações em Moedas Estrangeiras	4.673.195	-	-	4.673.195	10.999.505
Total	35.979.535	13.638.121	345.499	49.963.155	59.669.241
Circulante				49.617.656	59.513.115
Longo Prazo				345.499	156.126

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

I) Resumo da Carteira por Categorias

				30/09/2017	Banco 31/12/2016
	Valor do Custo	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no:		Valor Contábil	Valor Contábil
	Amortizado	Resultado	Patrimônio Líquido		
Títulos para Negociação	37.280.522	633.714	-	37.914.236	62.305.120
Títulos Públicos	36.851.821	628.400	-	37.480.221	58.056.201
Títulos Privados	428.701	5.314	-	434.015	4.248.919
Títulos Disponíveis para Venda	142.152.626	641.340	1.730.833	144.524.799	134.076.424
Títulos Públicos	85.373.935	641.340	2.178.417	88.193.692	50.965.594
Títulos Privados	56.778.691	-	(447.584)	56.331.107	83.110.830
Títulos Mantidos até o Vencimento	9.133.717	-	-	9.133.717	9.388.442
Títulos Públicos	9.133.717	-	-	9.133.717	9.388.442
Total de Títulos e Valores Mobiliários	188.566.865	1.275.054	1.730.833	191.572.752	205.769.986
Derivativos (Ativo)	25.197.434	(16.104.580)	67.167	9.160.021	17.850.990
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	213.764.299	(14.829.526)	1.798.000	200.732.773	223.620.976
Circulante				64.766.593	97.187.849
Longo Prazo				135.966.180	126.433.127
Derivativos (Passivo)	(23.078.016)	15.174.151	(90.437)	(7.994.302)	(13.627.655)
Circulante				(3.204.055)	(8.442.552)
Longo Prazo				(4.790.247)	(5.185.103)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

				30/09/2017	Consolidado 31/12/2016
	Ajuste ao Valor de Mercado				
	Valor do	Refletido no:		Valor	Valor
	Custo	Patrimônio		Contábil	Contábil
	Amortizado	Resultado	Líquido		
Títulos para Negociação	42.051.861	778.993	-	42.830.854	62.739.022
Títulos Públicos	40.734.298	738.253	-	41.472.551	60.984.954
Títulos Privados	1.317.563	40.740	-	1.358.303	1.754.068
Títulos Disponíveis para Venda	107.872.849	641.340	2.006.743	110.520.932	73.386.247
Títulos Públicos	88.705.773	641.340	2.392.756	91.739.869	54.591.429
Títulos Privados	19.167.076	-	(386.013)	18.781.063	18.794.818
Títulos Mantidos até o Vencimento	9.133.717	-	-	9.133.717	9.388.442
Títulos Públicos	9.133.717	-	-	9.133.717	9.388.442
Total de Títulos e Valores Mobiliários	159.058.427	1.420.333	2.006.743	162.485.503	145.513.711
Derivativos (Ativo)	27.643.797	(7.756.357)	184.151	20.071.591	24.075.956
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	186.702.224	(6.336.024)	2.190.894	182.557.094	169.589.667
Circulante				80.667.308	90.341.153
Longo Prazo				101.889.786	79.248.514
Derivativos (Passivo)	(9.351.305)	(9.260.917)	(339.879)	(18.952.101)	(19.944.514)
Circulante				(13.956.903)	(14.585.133)
Longo Prazo				(4.995.198)	(5.359.381)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

II) Títulos para Negociação

			Banco				Consolidado	
	30/09/2017		31/12/2016		30/09/2017		31/12/2016	
Títulos para Negociação	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos Públicos	36.851.821	628.400	37.480.221	58.056.201	40.734.298	738.253	41.472.551	60.984.954
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.128.265	828	1.129.093	3.347.930	3.529.400	1.925	3.531.325	4.713.707
Letras do Tesouro Nacional - LTN	9.311.202	63.313	9.374.515	10.232.632	9.311.202	63.313	9.374.515	10.232.632
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	205.964	(1.335)	204.629	199.195	205.964	(1.335)	204.629	199.195
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	16.820.756	414.592	17.235.348	18.793.474	17.193.782	432.818	17.626.600	19.184.569
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	1.585	99	1.684	53.533	1.109.901	90.629	1.200.530	1.225.414
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	9.150.963	144.158	9.295.121	25.300.465	9.150.963	144.158	9.295.121	25.300.465
Títulos da Dívida Agrária - TDA	184.973	6.692	191.665	128.268	184.973	6.692	191.665	128.268
Títulos da Dívida Externa Brasileira	48.113	53	48.166	704	48.113	53	48.166	704
Títulos Privados	428.701	5.314	434.015	4.248.919	1.317.563	40.740	1.358.303	1.754.068
Ações	30.436	701	31.137	257	359.896	36.127	396.023	124.997
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC ⁽¹⁾	-	-	-	1.996	-	-	-	1.996
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	-	-	-	-	18.969	-	18.969	21.313
Cotas de Fundos de Investimento	-	-	-	-	463.123	-	463.123	1.083.298
Cotas de Fundos Imobiliários	-	-	-	-	24.818	-	24.818	24.032
Debêntures ^{(3) (9)}	247.115	4.153	251.268	4.068.289	299.264	4.153	303.417	268.481
Letras Financeiras - LF	-	-	-	-	-	-	-	48.600
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	75.656	(18)	75.638	30.280	75.656	(18)	75.638	30.325
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	75.494	478	75.972	148.097	75.494	478	75.972	148.097
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	-	-	-	-	343	-	343	2.929
Total	37.280.522	633.714	37.914.236	62.305.120	42.051.861	778.993	42.830.854	62.739.022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

						Banco
						30/09/2017
Títulos para Negociação	Sem	Até	De 3 a	De 1 a	Acima de	
Abertura por Vencimento	Vencimento	3 Meses	12 Meses	3 Anos	3 Anos	Total
Títulos Públicos	-	3.708.468	5.346.853	8.218.047	20.206.853	37.480.221
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	86.580	397.724	644.789	1.129.093
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	3.568.092	696.913	3.785.178	1.324.332	9.374.515
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	-	1.722	-	-	202.907	204.629
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	53.003	4.050.830	3.464.918	9.666.597	17.235.348
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	-	13	-	-	1.671	1.684
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	-	482.976	488.134	8.324.011	9.295.121
Títulos da Dívida Agrária - TDA	-	38.189	29.540	82.093	41.843	191.665
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	47.449	14	-	703	48.166
Títulos Privados	31.137	5.292	1.937	33.481	362.168	434.015
Ações	31.137	-	-	-	-	31.137
Debêntures ⁽³⁾ ⁽⁹⁾	-	3.181	1.157	25.407	221.523	251.268
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	1.290	97	-	74.251	75.638
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	-	821	683	8.074	66.394	75.972
Total	31.137	3.713.760	5.348.790	8.251.528	20.569.021	37.914.236

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

						Consolidado
						30/09/2017
Títulos para Negociação	Sem	Até	De 3 a	De 1 a	Acima de	
Abertura por Vencimento	Vencimento	3 Meses	12 Meses	3 Anos	3 Anos	Total
Títulos Públicos	-	3.712.784	5.671.498	9.455.854	22.632.415	41.472.551
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	912	390.097	1.626.581	1.513.735	3.531.325
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	3.568.092	696.913	3.785.178	1.324.332	9.374.515
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	-	1.722	-	-	202.907	204.629
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	56.102	4.069.572	3.473.868	10.027.058	17.626.600
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	-	318	2.386	-	1.197.826	1.200.530
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	-	482.976	488.134	8.324.011	9.295.121
Títulos da Dívida Agrária - TDA	-	38.189	29.540	82.093	41.843	191.665
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	47.449	14	-	703	48.166
Títulos Privados	859.146	30.110	2.280	104.599	362.168	1.358.303
Ações	396.023	-	-	-	-	396.023
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	-	-	-	18.969	-	18.969
Cotas de Fundos de Investimento	463.123	-	-	-	-	463.123
Cotas de Fundos Imobiliários	-	24.818	-	-	-	24.818
Debêntures ⁽³⁾	-	3.181	1.157	77.556	221.523	303.417
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	1.290	97	-	74.251	75.638
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	-	821	683	8.074	66.394	75.972
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	-	-	343	-	-	343
Total	859.146	3.742.894	5.673.778	9.560.453	22.994.583	42.830.854

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

III) Títulos Disponíveis para Venda

				30/09/2017	31/12/2016
	Ajuste ao Valor de Mercado				
	Valor do	Refletido no:			
	Custo	Patrimônio			Valor
	Amortizado	Resultado	Líquido	Contábil	Valor
Títulos Disponíveis para Venda					
Títulos Públicos	85.373.935	641.340	2.178.417	88.193.692	50.965.594
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	645	-	223	868	792
Crédito Securitizado	1.965	-	239	2.204	2.774
Letras Financeiras do Tesouro - LFT ⁽¹⁰⁾	14.076.423	-	9.909	14.086.332	13.009.538
Letras do Tesouro Nacional - LTN ⁽⁷⁾	35.888.446	262.257	695.388	36.846.091	15.427.266
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	1.125.403	-	92.042	1.217.445	1.098.376
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	8.731.052	-	1.147.302	9.878.354	6.676.617
Notas do Tesouro Nacional - NTN C ⁽²⁾	944.129	-	51.588	995.717	1.457.303
Notas do Tesouro Nacional - NTN F ^{(2) (5) (8)}	16.468.381	379.083	167.476	17.014.940	10.103.843
Títulos da Dívida Externa Espanhola	8.137.491	-	14.250	8.151.741	3.189.085
Títulos Privados	56.778.691	-	(447.584)	56.331.107	83.110.830
Ações	127.209	-	339	127.548	570.918
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP ⁽⁶⁾	35.161	-	-	35.161	37.510
Cotas de Fundos de Investimento	723.736	-	-	723.736	638.240
Cotas de Fundos Imobiliários	454.275	-	-	454.275	587.558
Debêntures ^{(3) (9)}	48.194.678	-	(496.340)	47.698.338	75.534.609
Eurobonds	-	-	-	-	158.057
Notas Promissórias - NP ⁽⁴⁾	5.291.335	-	40.902	5.332.237	3.794.761
Letras Financeiras - LF	695.563	-	2.819	698.382	1.260.295
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	359.329	-	(2.843)	356.486	398.435
Cédula de Produto Rural - CPR	897.405	-	7.539	904.944	130.447
Total	142.152.626	641.340	1.730.833	144.524.799	134.076.424

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

					30/09/2017	Consolidado 31/12/2016
	Valor do Custo	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no:		Valor	Valor	
	Amortizado	Resultado	Patrimônio Líquido	Contábil	Contábil	
Títulos Disponíveis para Venda						
Títulos Públicos	88.705.773	641.340	2.392.756	91.739.869	54.591.429	
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	645	-	223	868	792	
Crédito Securitizado	1.965	-	239	2.204	2.774	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT ⁽¹⁰⁾	14.341.441	-	9.824	14.351.265	13.859.561	
Letras do Tesouro Nacional - LTN ⁽⁷⁾	37.200.487	262.257	725.704	38.188.448	16.500.386	
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	1.125.403	-	92.042	1.217.445	1.098.376	
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	8.731.052	-	1.147.302	9.878.354	6.676.617	
Notas do Tesouro Nacional - NTN C ⁽²⁾	944.129	-	51.588	995.717	1.457.303	
Notas do Tesouro Nacional - NTN F ^{(2) (5) (8)}	18.223.160	379.083	351.584	18.953.827	11.806.535	
Títulos da Dívida Externa Espanhola	8.137.491	-	14.250	8.151.741	3.189.085	
Títulos Privados	19.167.076	-	(386.013)	18.781.063	18.794.818	
Ações	455.763	-	62.405	518.168	925.220	
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP ⁽⁶⁾	40.250	-	-	40.250	42.456	
Cotas de Fundos de Investimento	35.733	-	-	35.733	151.202	
Cotas de Fundos Imobiliários	75.181	-	(595)	74.586	62.807	
Debêntures ⁽³⁾	11.180.408	-	(496.340)	10.684.068	11.589.925	
Eurobonds	-	-	-	-	158.057	
Notas Promissórias - NP ⁽⁴⁾	5.291.335	-	40.902	5.332.237	3.797.619	
Letras de Câmbio - LC	50.769	-	-	50.769	20.594	
Letras Financeiras - LF	780.903	-	2.919	783.822	1.489.268	
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	359.329	-	(2.843)	356.486	398.435	
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	-	-	-	-	28.788	
Cédula de Produto Rural - CPR	897.405	-	7.539	904.944	130.447	
Total	107.872.849	641.340	2.006.743	110.520.932	73.386.247	

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

						Banco
						30/09/2017
Títulos Disponíveis para Venda	Sem	Até	De 3 a	De 1 a	Acima de	
Abertura por Vencimento	Vencimento	3 Meses	12 Meses	3 Anos	3 Anos	Total
Títulos Públicos	-	3.495.213	13.376.407	28.051.382	43.270.690	88.193.692
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	-	-	-	-	868	868
Crédito Securitizado	-	244	534	1.046	380	2.204
Letras Financeiras do Tesouro - LFT ⁽¹⁰⁾	-	-	91.223	1.430.416	12.564.693	14.086.332
Letras do Tesouro Nacional - LTN ⁽⁷⁾	-	-	12.878.422	21.939.838	2.027.831	36.846.091
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	-	10.055	-	-	1.207.390	1.217.445
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	13.255	16.526	-	9.848.573	9.878.354
Notas do Tesouro Nacional - NTN C ⁽²⁾	-	-	4.812	-	990.905	995.717
Notas do Tesouro Nacional - NTN F ^{(2) (5) (8)}	-	-	384.890	-	16.630.050	17.014.940
Títulos da Dívida Externa Espanhola	-	3.471.659	-	4.680.082	-	8.151.741
Títulos Privados	726.124	3.090.027	2.496.138	11.037.294	38.981.524	56.331.107
Ações	2.388	-	125.160	-	-	127.548
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP ⁽⁶⁾	-	-	-	5.396	29.765	35.161
Cotas de Fundos de Investimento	723.736	-	-	-	-	723.736
Cotas de Fundos Imobiliários	-	454.275	-	-	-	454.275
Debêntures ^{(3) (9)}	-	1.227.552	746.762	7.908.871	37.815.153	47.698.338
Notas Promissórias - NP ⁽⁴⁾	-	734.997	1.416.017	2.628.202	553.021	5.332.237
Letras Financeiras - LF	-	496.133	43.865	158.384	-	698.382
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	96.786	1.197	52.204	206.299	356.486
Cédula de Produto Rural - CPR	-	80.284	163.137	284.237	377.286	904.944
Total	726.124	6.585.240	15.872.545	39.088.676	82.252.214	144.524.799

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

						Consolidado
						30/09/2017
Títulos Disponíveis para Venda	Sem	Até	De 3 a	De 1 a	Acima de	
Abertura por Vencimento	Vencimento	3 Meses	12 Meses	3 Anos	3 Anos	Total
Títulos Públicos	-	3.530.972	14.529.337	28.559.623	45.119.937	91.739.869
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	-	-	-	-	868	868
Crédito Securitizado	-	244	534	1.046	380	2.204
Letras Financeiras do Tesouro - LFT ⁽¹⁰⁾	-	-	91.223	1.626.506	12.633.536	14.351.265
Letras do Tesouro Nacional - LTN ⁽⁷⁾	-	-	13.908.628	22.251.989	2.027.831	38.188.448
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	-	10.055	-	-	1.207.390	1.217.445
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	13.255	16.526	-	9.848.573	9.878.354
Notas do Tesouro Nacional - NTN C ⁽²⁾	-	-	4.812	-	990.905	995.717
Notas do Tesouro Nacional - NTN F ^{(2) (5) (8)}	-	35.759	507.614	-	18.410.454	18.953.827
Títulos da Dívida Externa Espanhola	-	3.471.659	-	4.680.082	-	8.151.741
Títulos Privados	43.469	2.710.338	2.565.151	6.319.335	7.142.770	18.781.063
Ações	7.736	-	125.160	-	385.272	518.168
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP ⁽⁶⁾	-	-	5.089	5.396	29.765	40.250
Cotas de Fundos de Investimento	35.733	-	-	-	-	35.733
Cotas de Fundos Imobiliários	-	74.586	-	-	-	74.586
Debêntures ⁽³⁾	-	1.227.552	746.762	3.118.627	5.591.127	10.684.068
Notas Promissórias - NP ⁽⁴⁾	-	734.997	1.416.017	2.628.202	553.021	5.332.237
Letras de Câmbio - LC	-	-	-	50.769	-	50.769
Letras Financeiras - LF	-	496.133	107.789	179.900	-	783.822
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	96.786	1.197	52.204	206.299	356.486
Cédula de Produto Rural - CPR	-	80.284	163.137	284.237	377.286	904.944
Total	43.469	6.241.310	17.094.488	34.878.958	52.262.707	110.520.932

(1) O valor das cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC é calculado mediante à apuração do valor dos direitos creditórios e dos demais ativos financeiros integrantes das suas respectivas carteiras, deduzidos das respectivas provisões que levam em consideração aspectos relacionados aos devedores, aos seus garantidores e às características da correspondente operação, de acordo com as normas e práticas contábeis de avaliação de crédito.

(2) No trimestre findo em 30 de setembro de 2016, foram realizados o valor de R\$4.052 e no acumulado do período o valor de R\$18.943, líquidos dos efeitos tributários, no resultado do Consolidado, pela venda das NTN-C e parte das NTN-F ao mercado (Nota 24.e).

(3) No Banco e no Consolidado, inclui títulos de emissão de sociedade de economia mista no valor de R\$4.367 (31/12/2016 - R\$583) em títulos para negociação e R\$1.318.068 (31/12/2016 - R\$1.206.434) em títulos disponíveis para venda.

(4) Inclui o valor de R\$32.702 (31/12/2016 - R\$146.392) de títulos objeto de "hedge" de risco de mercado (Nota 6.b.V.a) e R\$490.727 (31/12/2016 - R\$1.939.949) de títulos objeto de "hedge" de fluxo de caixa (Nota 6.b.V.b).

(5) Em 30 de setembro de 2017, a quantidade de 1.040.000 no valor de R\$1.094.004 (31/12/2016 - 1.040.000 no valor de R\$1.022.488) de Notas de Tesouro Nacional - NTN-F, com prazo de vencimento em até 1 de janeiro de 2025 (31/12/2016 - prazo de vencimento em até 1 de janeiro de 2025) estão vinculadas à obrigação assumida pelo Banco Santander para cobertura das reservas a amortizar do Plano V do Fundo de Seguridade Social (Banesprev).

(6) Conforme mencionado na Nota de práticas contábeis, esses ativos são mensurados através do: (i) valor justo de instrumento financeiro, interpretado como sendo o preço pago em um mercado ativo, transparente e significativo. Caso não exista preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, seu valor justo é estimado com base em técnicas de avaliação normalmente adotadas pelo mercado financeiro, levando-se em conta as características específicas do instrumento a ser mensurado e sobretudo às diversas espécies de riscos associados a ele; (ii) pelo valor de custo de aquisição dos ativos financeiros. Caso não exista cotação disponível em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado são avaliados ao custo de aquisição ou ao seu custo amortizado, ajustado pela provisão para perdas por não recuperação (*impairment*), quando aplicável.

(7) Em 30 de setembro de 2017, inclui o valor de R\$9.218.661 de títulos objeto de "hedge" de risco de mercado (Nota 6.b.V.a).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

(8) Em 30 de setembro de 2017, inclui o valor de R\$13.088.290 de títulos objeto de "hedge" de risco de mercado (Nota 6.b.V.a).

(9) Em 30 de junho de 2017, a Administração decidiu alterar a classificação entre categorias das Debêntures. Estas operações estão registradas no ativo do Banco Santander, cuja emissão pertence a sua controlada integral Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing) e foram transferidos da categoria de Negociação para Disponíveis para Venda, no montante de R\$4.014.640. Essa transferência não impactou o Consolidado e também não gerou efeito no resultado. A mudança na categoria ocorreu em função do histórico recente de negociações deste ativo.

(10) Inclui o valor de R\$8.646.460 de títulos objeto de "hedge" de fluxo de caixa (Nota 6.b.V.b).

IV) Títulos Mantidos até o Vencimento

	Banco/Consolidado						Total
	30/09/2017						
	Abertura por Vencimento						
	Valor do Custo		Até	De 3 a	De 1 a	Acima de	
Títulos Mantidos até o Vencimento ⁽¹⁾	30/09/2017	31/12/2016	3 Meses	12 Meses	3 Anos	3 Anos	
Títulos Públicos	9.133.717	9.388.442	33.763	49.052	430.597	8.620.305	9.133.717
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	2.768.883	2.921.564	11.629	-	-	2.757.254	2.768.883
Títulos da Dívida Externa Brasileira ⁽²⁾	6.364.834	6.466.878	22.134	49.052	430.597	5.863.051	6.364.834
Total	9.133.717	9.388.442	33.763	49.052	430.597	8.620.305	9.133.717

(1) O valor de mercado dos títulos mantidos até o vencimento é de R\$10.314.570 (31/12/2016 - R\$10.555.437).

(2) Inclui o valor de R\$758.039 (31/12/2016 - R\$701.300) de títulos objeto de "hedge" de fluxo de caixa (Nota 6.b.V.b).

Atendendo ao disposto no artigo 5 da Circular Bacen 3.068/2001, o Banco Santander possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme às correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião da apuração dos balanços.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

V) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	01/07 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2017	01/07 a 30/09/2016	Banco 01/01 a 30/09/2016
Rendas de Títulos de Renda Fixa	5.492.151	15.584.274	7.317.594	20.433.770
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.174.508	7.141.460	3.177.307	7.717.338
Resultado de Títulos de Renda Variável	(165.364)	(227.311)	(26.639)	(62.673)
Provisão para Perdas por não Recuperação ⁽¹⁾	(217.847)	(285.640)	-	-
Outros ⁽²⁾	57.348	84.552	20.275	68.244
Total	7.340.796	22.297.335	10.488.537	28.156.679

	01/07 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2017	01/07 a 30/09/2016	Consolidado 01/01 a 30/09/2016
Rendas de Títulos de Renda Fixa	4.801.879	11.695.455	4.833.781	13.631.321
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.050.532	3.841.941	2.079.951	4.577.553
Resultado de Títulos de Renda Variável	(138.190)	(165.664)	(23.803)	(13.442)
Resultado Financeiro de Previdência e de Capitalização	36.114	104.985	45.836	136.337
Provisão para Perdas por não Recuperação ⁽¹⁾	(226.611)	(312.738)	-	-
Outros ⁽²⁾	7.802	109.749	27.977	(126.649)
Total	5.531.526	15.273.728	6.963.742	18.205.120

(1) Corresponde ao registro de perda de caráter permanente, referente aos títulos classificados como disponível para venda.

(2) Corresponde, principalmente, a valorização/desvalorização de cotas de fundos de investimentos e participações.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Instrumentos Financeiros Derivativos
l) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

	30/09/2017			Banco		
	Negociação			31/12/2016		
	Valor			Valor		
	Referencial	Curva	Mercado	Referencial	Curva	Mercado
"Swap"		2.095.329	1.526.582		5.417.902	3.138.044
Ativo	117.843.911	23.297.667	22.942.934	118.076.726	23.171.475	24.315.423
Certificado de Depósitos						
Interfinanceiros - CDI	45.124.533	23.297.667	22.942.934	44.868.680	21.689.958	22.763.760
Taxa de Juros Pré - Reais	44.250.927	-	-	47.732.950	-	-
Indexados em Índices de Preços						
e Juros	7.214.266	-	-	9.225.789	-	-
Moeda Estrangeira	21.202.035	-	-	16.249.307	1.481.517	1.551.663
Outros	52.150	-	-	-	-	-
Passivo	115.748.582	(21.202.338)	(21.416.352)	112.658.824	(17.753.573)	(21.177.379)
Certificado de Depósitos						
Interfinanceiros - CDI	21.826.866	-	-	23.178.722	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais	60.766.061	(16.515.134)	(16.481.650)	61.775.580	(14.042.630)	(17.461.002)
Indexados em Índices de Preços						
e Juros	8.947.480	(1.733.214)	(1.727.957)	12.767.212	(3.541.423)	(3.518.297)
Moeda Estrangeira	24.155.598	(2.953.563)	(3.203.995)	14.767.790	-	-
Outros	52.577	(427)	(2.750)	169.520	(169.520)	(198.080)
Opções	218.509.248	496.651	326.255	169.608.057	449.906	154.967
Compromissos de Compra	102.448.078	821.266	704.940	80.830.149	1.076.380	883.474
Opções de Compra Dólar	12.888.691	226.997	165.466	12.693.748	215.095	181.463
Opções de Venda Dólar	4.267.262	61.841	39.267	3.788.161	352.584	392.048
Opções de Compra Outras	8.560.062	17.141	2.633	17.492.141	16.939	15.914
Mercado Interfinanceiro	8.277.090	3.471	(2.893)	17.391.500	7.152	7.062
Outras ⁽¹⁾	282.972	13.670	5.526	100.641	9.787	8.852
Opções de Venda Outras	76.732.063	515.287	497.574	46.856.099	491.762	294.049
Mercado Interfinanceiro	76.190.590	32.971	79.376	46.106.600	13.968	18.029
Outras ⁽¹⁾	541.473	482.316	418.198	749.499	477.794	276.020
Compromissos de Venda	116.061.170	(324.615)	(378.685)	88.777.908	(626.474)	(728.507)
Opções de Compra Dólar	8.002.335	(120.259)	(107.951)	4.314.988	(121.751)	(141.172)
Opções de Venda Dólar	5.278.123	(99.069)	(125.546)	7.390.733	(470.629)	(553.458)
Opções de Compra Outras	25.526.626	(41.329)	(21.039)	27.784.459	(15.425)	(13.957)
Mercado Interfinanceiro	25.162.987	(18.866)	(3.586)	27.597.764	(5.891)	(4.087)
Outras ⁽¹⁾	363.639	(22.463)	(17.453)	186.695	(9.534)	(9.870)
Opções de Venda Outras	77.254.086	(63.958)	(124.149)	49.287.728	(18.669)	(19.920)
Mercado Interfinanceiro	77.161.587	(48.921)	(73.728)	49.245.495	(9.225)	(5.793)
Outras ⁽¹⁾	92.499	(15.037)	(50.421)	42.233	(9.444)	(14.127)
Contratos de Futuros	157.742.003	-	-	104.348.970	-	-
Posição Comprada	50.409.889	-	-	40.286.253	-	-
Cupom Cambial (DDI)	9.951.406	-	-	14.473.180	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	23.683.707	-	-	23.694.707	-	-
Moeda Estrangeira	5.140.235	-	-	1.393.538	-	-
Índice ⁽²⁾	9.886.180	-	-	146.773	-	-
"Treasury Bonds/Notes"	1.748.361	-	-	578.055	-	-

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	30/09/2017			Banco		
	Negociação			31/12/2016		
	Negociação			Negociação		
	Valor			Valor		
	Referencial	Curva	Mercado	Referencial	Curva	Mercado
Posição Vendida	107.332.114	-	-	64.062.717	-	-
Cupom Cambial (DDI)	43.854.098	-	-	15.048.490	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	58.251.609	-	-	28.942.103	-	-
Moeda Estrangeira	1.011.678	-	-	17.384.256	-	-
Índice ⁽²⁾	265.434	-	-	99.074	-	-
"Treasury Bonds/Notes"	3.949.295	-	-	2.588.794	-	-
Contratos a Termo e Outros	47.032.388	(569.777)	(643.155)	50.775.576	66.994	907.377
Compromissos de Compra	20.789.893	1.069.051	1.171.692	20.864.170	724.000	2.734.342
Moedas	20.789.893	1.069.051	1.171.692	19.951.984	724.000	2.738.737
Outros	-	-	-	912.186	-	(4.395)
Compromissos de Venda	26.242.495	(1.638.828)	(1.814.847)	29.911.406	(657.006)	(1.826.965)
Moedas	26.242.495	(1.638.828)	(1.814.847)	29.911.406	(657.006)	(1.826.965)

	30/09/2017			Consolidado		
	Negociação			31/12/2016		
	Negociação			Negociação		
	Valor			Valor		
	Referencial	Curva	Mercado	Referencial	Curva	Mercado
"Swap"		18.205.711	1.532.624		12.544.823	3.110.732
Ativo	206.747.046	25.692.127	25.391.062	199.767.970	25.813.018	26.962.872
Certificado de Depósitos						
Interfinanceiros - CDI	47.572.393	25.692.127	25.391.062	47.649.278	24.370.336	25.450.045
Taxa de Juros Pré - Reais	130.588.751	-	-	126.400.445	-	-
Indexados em Índices de Preços e Juros	7.214.266	-	-	9.225.789	-	-
Moeda Estrangeira	21.319.486	-	-	16.492.458	1.442.682	1.512.827
Outros	52.150	-	-	-	-	-
Passivo	188.541.335	(7.486.416)	(23.858.438)	187.223.147	(13.268.195)	(23.852.140)
Certificado de Depósitos						
Interfinanceiros - CDI	21.880.266	-	-	23.278.942	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais	133.387.606	(2.798.855)	(18.923.379)	135.957.697	(9.557.252)	(20.135.763)
Indexados em Índices de Preços e Juros	8.947.480	(1.733.214)	(1.727.957)	12.767.212	(3.541.423)	(3.518.297)
Moeda Estrangeira	24.273.406	(2.953.920)	(3.204.352)	15.049.776	-	-
Outros	52.577	(427)	(2.750)	169.520	(169.520)	(198.080)
Opções	226.738.601	510.823	327.172	175.841.405	448.739	168.467
Compromissos de Compra	106.469.767	902.921	777.046	83.883.966	1.149.704	935.520
Opções de Compra Dólar	12.888.691	226.997	165.466	12.693.748	215.095	181.463
Opções de Venda Dólar	4.267.262	61.841	39.267	3.788.161	352.584	392.048
Opções de Compra Outras	11.694.040	75.131	72.969	20.115.932	60.830	62.517
Mercado Interfinanceiro	8.277.090	3.471	(2.893)	17.391.500	7.152	7.062
Outras ⁽¹⁾	3.416.950	71.660	75.862	2.724.432	53.678	55.455
Opções de Venda Outras	77.619.774	538.952	499.344	47.286.125	521.195	299.492
Mercado Interfinanceiro	76.190.590	32.971	79.376	46.106.600	13.968	18.029
Outras ⁽¹⁾	1.429.184	505.981	419.968	1.179.525	507.227	281.463



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	30/09/2017			Consolidado		
	Negociação			31/12/2016		
				Negociação		
	Valor			Valor		
	Referencial	Curva	Mercado	Referencial	Curva	Mercado
Compromissos de Venda	120.268.834	(392.098)	(449.874)	91.957.439	(700.965)	(767.053)
Opções de Compra Dólar	8.002.335	(120.259)	(107.951)	4.314.988	(121.751)	(141.172)
Opções de Venda Dólar	5.278.123	(99.069)	(125.546)	7.390.733	(470.629)	(553.458)
Opções de Compra Outras	28.823.362	(68.242)	(76.080)	30.441.646	(75.754)	(46.940)
Mercado Interfinanceiro	25.162.987	(18.866)	(3.586)	27.597.764	(5.891)	(4.087)
Outras ⁽¹⁾	3.660.375	(49.376)	(72.494)	2.843.882	(69.863)	(42.853)
Opções de Venda Outras	78.165.014	(104.528)	(140.297)	49.810.072	(32.831)	(25.483)
Mercado Interfinanceiro	77.161.587	(48.921)	(73.728)	49.245.495	(9.225)	(5.793)
Outras ⁽¹⁾	1.003.427	(55.607)	(66.569)	564.577	(23.606)	(19.690)
Contratos de Futuros	158.037.502	-	-	104.651.180	-	-
Posição Comprada	50.635.814	-	-	40.396.456	-	-
Cupom Cambial (DDI)	9.951.406	-	-	14.473.180	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	23.824.933	-	-	23.756.523	-	-
Moeda Estrangeira	5.140.235	-	-	1.393.538	-	-
Índice ⁽²⁾	9.970.879	-	-	195.160	-	-
"Treasury Bonds/Notes"	1.748.361	-	-	578.055	-	-
Posição Vendida	107.401.688	-	-	64.254.724	-	-
Cupom Cambial (DDI)	43.854.098	-	-	15.048.490	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	58.294.832	-	-	29.047.678	-	-
Moeda Estrangeira	1.011.678	-	-	17.384.256	-	-
Índice ⁽²⁾	291.785	-	-	185.506	-	-
"Treasury Bonds/Notes"	3.949.295	-	-	2.588.794	-	-
Contratos a Termo e Outros	47.103.854	(497.574)	(563.952)	50.853.154	144.572	990.702
Compromissos de Compra	20.789.893	1.069.051	1.171.692	20.864.170	724.000	2.734.342
Moedas	20.789.893	1.069.051	1.171.692	19.951.984	724.000	2.738.737
Outros	-	-	-	912.186	-	(4.395)
Compromissos de Venda	26.313.961	(1.566.625)	(1.735.644)	29.988.984	(579.428)	(1.743.640)
Moedas	26.242.495	(1.638.828)	(1.814.847)	29.911.406	(657.006)	(1.826.965)
Outros	71.466	72.203	79.203	77.578	77.578	83.325

(1) Inclui opções de ações e índices.

(2) Inclui índices Bovespa e S&P.

II) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte

				Banco	
				Valor Referencial	
				30/09/2017	31/12/2016
	Cientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras ⁽¹⁾	Total	Total
"Swap"	32.718.525	32.285.428	52.839.958	117.843.911	118.076.726
Opções	8.810.848	1.140.480	208.557.920	218.509.248	169.608.057
Contratos de Futuros	-	-	157.742.003	157.742.003	104.348.970
Contratos a Termo e Outros	25.198.902	20.176.690	1.656.796	47.032.388	50.775.576

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Consolidado				
	Valor Referencial				
	30/09/2017		31/12/2016		
	Clientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras ⁽¹⁾	Total	Total
"Swap"	32.718.525	32.765.205	141.263.316	206.747.046	199.767.970
Opções	8.810.848	1.140.480	216.787.273	226.738.601	175.841.405
Contratos de Futuros	-	-	158.037.502	158.037.502	104.651.180
Contratos a Termo e Outros	25.198.902	20.248.156	1.656.796	47.103.854	50.853.154

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) (atual denominação social da BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa)) e outras bolsas de valores e mercadorias.

III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

	Banco				
	Valor Referencial				
	30/09/2017		31/12/2016		
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
"Swap"	985.521	23.950.042	92.908.348	117.843.911	118.076.726
Opções	62.203.700	100.791.842	55.513.706	218.509.248	169.608.057
Contratos de Futuros	11.577.255	99.711.165	46.453.583	157.742.003	104.348.970
Contratos a Termo e Outros	32.160.191	11.172.091	3.700.106	47.032.388	50.775.576

	Consolidado				
	Valor Referencial				
	30/09/2017		31/12/2016		
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
"Swap"	3.170.843	24.574.351	179.001.852	206.747.046	199.767.970
Opções	69.049.130	101.832.196	55.857.275	226.738.601	175.841.405
Contratos de Futuros	11.658.576	99.807.337	46.571.589	158.037.502	104.651.180
Contratos a Termo e Outros	32.185.002	11.218.746	3.700.106	47.103.854	50.853.154

IV) Instrumentos Financeiros Derivativos por Mercado de Negociação

	Banco			
	Valor Referencial			
	30/09/2017		31/12/2016	
	Bolsas ⁽¹⁾	Balcão ⁽²⁾	Total	Total
"Swap"	89.516.203	28.327.708	117.843.911	118.076.726
Opções	218.509.248	-	218.509.248	169.608.057
Contratos de Futuros	157.742.003	-	157.742.003	104.348.970
Contratos a Termo e Outros	31.936.888	15.095.500	47.032.388	50.775.576

	Consolidado			
	Valor Referencial			
	30/09/2017		31/12/2016	
	Bolsas ⁽¹⁾	Balcão ⁽²⁾	Total	Total
"Swap"	177.992.960	28.754.086	206.747.046	199.767.970
Opções	226.738.601	-	226.738.601	175.841.405
Contratos de Futuros	158.037.502	-	158.037.502	104.651.180
Contratos a Termo e Outros	32.008.354	15.095.500	47.103.854	50.853.154

(1) Inclui valores negociados na B3 (atual denominação social da BM&FBovespa) e os valores da Cetip, oriundos da incorporação da mesma pela B3.

(2) É composto por operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

V) Derivativos Utilizados como Instrumentos de "Hedge"

Os derivativos utilizados como instrumentos de "hedge" por indexador eram representados como seguem:

a) "Hedge" de Risco de Mercado

	30/09/2017			Banco 31/12/2016		
	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
Instrumentos de "Hedge"						
Contratos de "Swap"	(39.997)	(97.215)	(137.212)	(66.261)	(31.085)	(97.346)
Ativo	810.398	(9.450)	800.948	769.792	(7.854)	761.938
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Dólar ⁽¹⁾	12.348	476	12.824	16.575	1.103	17.678
Indexados em Moeda Estrangeira - USD/BRL - Dólar ^{(2) (3) (4)}	588.705	(10.038)	578.667	753.217	(8.957)	744.260
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI ⁽⁵⁾	209.345	112	209.457	-	-	-
Passivo	(850.395)	(87.765)	(938.160)	(836.053)	(23.231)	(859.284)
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Dólar ⁽⁵⁾	(203.525)	(17.260)	(220.785)	(16.575)	(1.103)	(17.678)
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI ^{(1) (2)}	(356.321)	(23.347)	(379.668)	(785.664)	(18.395)	(804.059)
Taxa de Juros Pré - Reais ⁽³⁾	(25.286)	(4.387)	(29.673)	(33.814)	(3.733)	(37.547)
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Euro ⁽⁴⁾	(265.263)	(42.771)	(308.034)	-	-	-
Objeto de "Hedge"						
Ativo	853.481	74.764	928.245	350.995	18.354	369.349
Operação de Crédito (Nota 8.a & e)	820.202	75.341	895.543	212.480	10.477	222.957
Indexados em Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI ⁽²⁾	335.342	11.662	347.004	212.480	10.477	222.957
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Dólar ⁽⁵⁾	202.542	16.403	218.945	-	-	-
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Euro ⁽⁴⁾	265.263	42.771	308.034	-	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais ⁽³⁾	17.055	4.505	21.560	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários - Disponíveis para Venda (Nota 6.a.III)	33.279	(577)	32.702	138.515	7.877	146.392
Notas Promissórias - NP						
Indexados em Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI ^{(1) (2)}	25.199	(610)	24.589	106.070	2.775	108.845
Taxa de Juros Pré - Reais ⁽³⁾	8.080	33	8.113	32.445	5.102	37.547

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	30/09/2017		30/09/2017		Consolidado 31/12/2016	
	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
Objeto de "Hedge"						
Ativo	1.298.664	74.764	1.373.428	669.966	23.165	693.131
Operação de Crédito (Nota 8.a & e)	1.265.385	75.341	1.340.726	531.451	15.288	546.739
Indexados em Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI ⁽²⁾	335.342	11.662	347.004	212.480	10.477	222.957
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar ⁽⁶⁾	277.441	-	277.441	318.971	4.811	323.782
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Dólar ⁽⁵⁾	202.542	16.403	218.945	-	-	-
Indexados em Moeda Estrangeira - Peso Colombiano ⁽⁷⁾	167.742	-	167.742	-	-	-
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Euro ⁽⁴⁾	265.263	42.771	308.034	-	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais ⁽³⁾	17.055	4.505	21.560	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários - Disponíveis para Venda (Nota 6.a.III)	33.279	(577)	32.702	138.515	7.877	146.392
Notas Promissórias - NP						
Indexados em Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI ^{(1) (2)}	25.199	(610)	24.589	106.070	2.775	108.845
Taxa de Juros Pré - Reais ⁽³⁾	8.080	33	8.113	32.445	5.102	37.547
Passivo	-	-	-	(816.759)	12.830	(803.929)
Captação de Recursos e Obrigações por Empréstimos e Repasses						
Obrigações por Empréstimos no Exterior (Nota 18.e)						
	-	-	-	(816.759)	12.830	(803.929)
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar ⁽²⁾	-	-	-	(816.759)	12.830	(803.929)

	Banco/Consolidado 30/09/2017		Valor de Referência
Instrumentos de "Hedge"			
Contratos de Futuros ⁽⁸⁾			19.436.966
Taxa de Juros (DI1 e DIA)			19.436.966

	Banco/Consolidado 30/09/2017		Valor de Mercado
	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
Objeto de "Hedge"			
Ativo	21.738.146	568.805	22.306.951
Títulos e Valores Mobiliários - Disponíveis para Venda (Nota 6.a.III)			
Títulos Públicos ⁽⁸⁾	21.738.146	568.805	22.306.951
Letras do Tesouro Nacional - LTN	9.018.318	200.343	9.218.661
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	12.719.828	368.462	13.088.290

(1) No Banco e no Consolidado, são instrumentos passivos cujos objetos de "hedge" são títulos e valores mobiliários representados por notas promissórias indexados em certificado de depósitos interfinanceiros - CDI com valor de mercado de R\$15.832 (31/12/2016 - R\$108.845).

(2) No Banco e no Consolidado, são instrumentos passivos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito e títulos e valores mobiliários representados por notas promissórias indexados em certificado de depósitos interfinanceiros - CDI, com valor de mercado das operações de crédito de R\$347.004 (31/12/2016 - R\$222.957) e em 30 de setembro de 2017 notas promissórias de R\$8.757; e em 31 de dezembro de 2016, instrumentos ativos cujos objetos de hedge são obrigações por empréstimos no exterior indexados em moeda estrangeira - dólar no valor de mercado de R\$803.929.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

(3) No Banco e no Consolidado, são instrumentos passivos cujos objetos de "hedge" são títulos e valores mobiliários representados por notas promissórias indexados em taxa de juros pré - Reais com valor de mercado de R\$8.113 (31/12/2016 - R\$37.547) e operações de crédito no valor de R\$21.560.

(4) No Banco e no Consolidado, são instrumentos passivos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em moeda estrangeira - pré euro no valor de mercado de R\$308.034.

(5) No Banco e no Consolidado, são instrumentos passivos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em moeda estrangeira - pré dólar no valor de mercado de R\$218.945.

(6) No Consolidado, são instrumentos passivos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em moeda estrangeira - dólar com valor de mercado de R\$277.441 (31/12/2016 R\$323.782).

(7) No Consolidado, são instrumentos passivos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em moeda estrangeira - peso colombiano com valor de mercado de R\$167.742.

(8) Valor atualizado dos instrumentos em 30 de setembro de 2017 é de R\$21.863.378.

A efetividade destas operações estava de acordo com o estabelecido pela Circular Bacen 3.082/2002.

b) "Hedge" de Fluxo de Caixa

	30/09/2017			Banco 31/12/2016		
	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
Instrumentos de "Hedge"						
Contratos de "Swap"	116.519	(23.270)	93.249	140.828	(20.535)	120.293
Ativo	1.173.759	67.167	1.240.926	1.382.765	84.746	1.467.511
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar ⁽¹⁾	890.228	64.808	955.036	1.382.765	84.746	1.467.511
Indexados em Moeda Estrangeira - USD/BRL - Dólar ⁽²⁾	283.531	2.359	285.890	-	-	-
Passivo	(1.057.240)	(90.437)	(1.147.677)	(1.241.937)	(105.281)	(1.347.218)
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI ⁽¹⁾⁽²⁾	(297.821)	(3.520)	(301.341)	(340.943)	(995)	(341.938)
Indexados em Taxa de Juros Pré - Reais ⁽¹⁾	-	-	-	(198.666)	(1.288)	(199.954)
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Euro ⁽¹⁾	(759.419)	(86.917)	(846.336)	(702.328)	(102.998)	(805.326)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	30/09/2017		30/09/2017		Consolidado 31/12/2016	
	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
Instrumentos de "Hedge"						
Contratos de "Swap"	119.363	(155.728)	(36.365)	83.063	(85.053)	(1.990)
Ativo	5.299.243	184.151	5.483.394	4.364.638	176.056	4.540.694
Indexados em Moeda						
Estrangeira Pré - Dólar ⁽¹⁾	890.228	64.808	955.036	1.393.009	84.811	1.477.820
Indexados em Moeda Estrangeira - USD/BRL - Dólar ⁽²⁾	283.531	2.359	285.890	-	-	-
Indexados em Moeda						
Estrangeira Pré - Euro ⁽³⁾	799.261	95.775	895.036	421.516	52.852	474.368
Certificados de Depósitos						
Interfinanceiros - CDI ⁽⁴⁾	3.326.223	21.209	3.347.432	2.550.113	38.393	2.588.506
Passivo	(5.179.880)	(339.879)	(5.519.759)	(4.281.575)	(261.109)	(4.542.684)
Certificados de Depósitos						
Interfinanceiros - CDI ⁽¹⁾⁽²⁾	(297.821)	(3.520)	(301.341)	(340.943)	(995)	(341.938)
Indexados em Taxa de Juros						
Pré - Reais ⁽¹⁾⁽⁴⁾	(3.357.850)	(155.569)	(3.513.419)	(2.741.145)	(97.473)	(2.838.618)
Indexados em Moeda						
Estrangeira Pré - Euro ⁽¹⁾	(759.419)	(86.917)	(846.336)	(702.328)	(102.998)	(805.326)
Indexados em Moeda						
Estrangeira - Dólar ⁽³⁾	(764.790)	(93.873)	(858.663)	(489.318)	(59.366)	(548.684)
Indexados em Moeda						
Estrangeira - Reais ⁽³⁾	-	-	-	(7.841)	(277)	(8.118)
Banco/Consolidado						
				30/09/2017	31/12/2016	
				Valor de	Valor de	
				Referência	Referência	
Instrumentos de "Hedge"						
Contratos de Futuros				61.626.087	80.149.530	
Operações de Trade Finance ⁽⁵⁾				55.106.710	80.149.530	
Moeda Estrangeira - Dólar				411.840	450.571	
Taxa de Juros (DI1 e DIA)				34.027.069	46.314.644	
Taxa de Juros DD11				20.667.801	33.384.315	
Títulos e Valores Mobiliários ⁽⁶⁾				6.519.377	-	
Taxa de Juros (DI1 e DIA)				6.519.377	-	

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Banco		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Objeto de "Hedge" - Valor da Curva				
Ativo	31.920.442	27.362.050	32.685.195	27.858.924
Operações de Crédito (Nota 8.a)				
Contratos de Financiamento e Crédito à Exportação e Importação ^{(3) (5)}	9.572.953	10.558.755	9.974.654	10.816.781
Operações de Empréstimos ^{(3) (5)}	12.452.263	13.632.049	12.815.315	13.870.897
Outros Créditos ⁽⁵⁾	-	529.997	-	529.997
Títulos e Valores Mobiliários				
Disponíveis para Venda - Notas Promissórias - NP (Nota 6.a.III) ^{(2) (5)}	490.727	1.939.949	490.727	1.939.949
Disponíveis para Venda - Títulos Públicos - Letras Financeiras do Tesouro - LFT (Nota 6.a.III) ⁽⁶⁾	8.646.460	-	8.646.460	-
Mantidos até o Vencimento - Títulos da Dívida Externa Brasileira (Nota 6.a.IV) ⁽¹⁾	758.039	701.300	758.039	701.300
Passivo	-	(1.332.972)	(3.773.664)	(4.223.472)
Captação de Recursos e Obrigações por Empréstimos e Repasses				
Depósitos (Nota 18.a)				
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI ⁽⁴⁾	-	-	(218.145)	(547.556)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (Nota 18.c)				
Recursos de Aceites Cambiais				
Letras de Câmbio - LC ⁽⁴⁾	-	-	(710.209)	(573.596)
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares				
Letras Financeiras - LF ⁽⁴⁾	-	-	(2.845.310)	(1.769.348)
Obrigações por Empréstimos e Repasses (Nota 18.e)				
Obrigações por Empréstimos no Exterior ⁽⁵⁾	-	(1.332.972)	-	(1.332.972)

(1) No Banco e no Consolidado, operação com vencimento em 1 de abril de 2021 (31/12/2016 - operação com vencimento em 1 de abril de 2021), cujos objetos de "hedge" são títulos e valores mobiliários representados por título da dívida externa brasileira.

(2) No Banco e no Consolidado, operação com vencimento em 18 de dezembro de 2017, cujos objetos de "hedge" são títulos e valores mobiliários representados por notas promissórias.

(3) No Consolidado, são operações com vencimentos entre outubro de 2017 a fevereiro de 2018 (31/12/2016 - operações com vencimentos entre março de 2017 a junho de 2021), cujos objetos de "hedge" são contratos de operações de crédito com entidades de crédito.

(4) No Consolidado, são operações com vencimentos entre outubro de 2017 e maio de 2020 (31/12/2016 - operações com vencimento entre maio de 2017 a novembro de 2019), cujos objetos de "hedge" são captações com operações de certificado de depósitos interfinanceiros - CDI, letras de câmbio - LC e letras financeiras - LF.

(5) No Banco e no Consolidado, operações com vencimentos entre outubro de 2017 a novembro de 2026 (31/12/2016 - operações com vencimentos entre janeiro de 2017 a janeiro de 2018) e valor atualizado dos instrumentos de R\$25.682.930 (31/12/2016 - R\$29.164.917) onde as operações são futuros em Dólar e futuros em DI e DDI quando utilizadas em conjunto o cupom cambial faz o "hedge" com as operações de trade finance, cujo objeto de "hedge" são operações de crédito - contratos de financiamento e crédito à exportação e importação, operações de empréstimos, outros créditos, títulos e valores mobiliários representado por notas promissórias e obrigações por empréstimos no exterior.

(6) No Banco e no Consolidado, operação com vencimento entre março de 2021 e março de 2023 e valor atualizado dos instrumentos de R\$8.629.345, cujo objeto de "hedge" são Letras Financeiras do Tesouro - LFT, registrados em títulos e valores mobiliários.

No Banco e no Consolidado, o efeito da marcação a mercado dos contratos de "swap" e futuros corresponde a um débito no valor de R\$149.668 (31/12/2016 - corresponde a um crédito no valor de R\$69.489) e está contabilizado no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

A efetividade destas operações estava de acordo com o estabelecido pela Circular Bacen 3.082/2002, no terceiro trimestre de 2017 foram registrados no resultado uma receita no valor de R\$5.077 e no acumulado do período o valor de R\$13.309 referente a parcela inefetiva.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

VI) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 (atual denominação social da BM&FBovespa) com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta por títulos públicos federais.

	Banco		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	41.455	714.031	713.223	1.556.804
Letras do Tesouro Nacional - LTN	8.095.802	4.636.644	8.095.802	4.636.644
Notas do Tesouro Nacional - NTN	3.579.625	27.598	3.579.625	27.598
Total	11.716.882	5.378.273	12.388.650	6.221.046

VII) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Ativo e Passivo

	Banco		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Ativo				
"Swap" - Diferencial a Receber	6.521.435	9.258.813	17.282.056	15.348.102
Prêmios de Opções a Exercer	704.940	883.474	777.046	935.520
Contratos a Termo e Outros	1.933.646	7.708.703	2.012.489	7.792.334
Total	9.160.021	17.850.990	20.071.591	24.075.956
Passivo				
"Swap" - Diferencial a Pagar	5.038.816	6.097.822	15.925.786	12.375.829
Prêmios de Opções Lançadas	378.685	728.507	449.874	767.053
Contratos a Termo e Outros	2.576.801	6.801.326	2.576.441	6.801.632
Total	7.994.302	13.627.655	18.952.101	19.944.514

c) Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

As novas regras de Basileia III seguem um cronograma de *phase in*, possibilitando assim a aplicação das regras de forma gradual até 2019.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "banking", conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia do Bacen. A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação. A carteira "banking" consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais "hedges". Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e "banking".

O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições do Banco.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira "banking", para cada um dos cenários das carteiras do dia 30 de setembro de 2017.

Carteira Negociação				
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(15.495)	(414.306)	(828.612)
Cupom de Taxa de Juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(1.552)	(25.747)	(51.494)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(2.879)	(19.022)	(38.044)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(5.442)	(11.968)	(23.936)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(16.526)	(413.161)	(826.322)
Eurobond/Treasury/Global	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(5.736)	(31.217)	(62.433)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(1.799)	(26.999)	(53.998)
Ações e Índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(4.208)	(105.200)	(210.400)
Total ⁽¹⁾		(53.637)	(1.047.620)	(2.095.239)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações).

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Carteira "Banking"				
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(78.414)	(1.508.381)	(2.962.074)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(18.868)	(319.959)	(475.588)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(32.885)	(419.829)	(836.446)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(6.505)	(128.165)	(238.314)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(119)	(21.041)	(42.241)
Taxa de Juros Mercado Internacional	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(12.266)	(136.548)	(262.527)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(491)	(12.273)	(24.546)
Total ⁽¹⁾		(149.548)	(2.546.196)	(4.841.736)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas).

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

7. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados representados, basicamente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posição ativa e passiva).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

8. Carteira de Créditos e Provisão para Perdas

a) Carteira de Créditos

	Banco		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Operações de Crédito	171.479.828	172.953.587	218.023.370	212.780.537
Empréstimos e Títulos Descontados ⁽³⁾	87.599.596	90.658.938	97.690.628	98.581.263
Financiamentos ⁽⁴⁾	36.757.344	36.631.187	73.016.680	68.075.722
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	12.065.641	8.958.221	12.065.641	8.958.221
Financiamentos Imobiliários	34.767.311	36.490.536	34.767.311	36.490.536
Financiamentos de Títulos e Valores Mobiliários	128.320	50.303	128.320	50.303
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	161.616	164.402	354.790	624.492
Operações de Arrendamento Mercantil	1	7	2.639.761	2.882.031
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽¹⁾ (Nota 9)	6.343.774	5.101.851	6.343.774	5.101.851
Outros Créditos ⁽²⁾⁽⁵⁾	33.961.840	33.344.087	36.033.136	36.133.837
Total	211.785.443	211.399.532	263.040.041	256.898.256
Circulante	107.153.344	108.886.706	133.409.278	133.425.588
Longo Prazo	104.632.099	102.512.826	129.630.763	123.472.668

(1) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redução de outras obrigações.

(2) Compreende os créditos por avais e fianças honrados, outros créditos - diversos (devedores por compra de valores e bens e títulos e créditos a receber - Nota 12) e rendas a receber sobre contratos de câmbio (Nota 9).

(3) Inclui o valor de R\$253.313 (31/12/2016 - R\$81.697) no Banco e R\$698.496 (31/12/2016 - R\$405.479) no Consolidado de contratos de empréstimos objetos de "hedge" de risco de mercado (Nota 6.b.V.a) e o valor de R\$9.572.953 (31/12/2016 - R\$13.632.049) no Banco e R\$9.974.654 (31/12/2016 - R\$13.870.897) no Consolidado, de contratos de empréstimos objeto de "hedge" de fluxo de caixa (Nota 6.b.V.b).

(4) Inclui o valor de R\$642.230 (31/12/2016 - R\$141.260) no Banco e no Consolidado de contratos de financiamento objetos de "hedge" de risco de mercado (Nota 6.b.V.a), e o valor de R\$12.452.263 (31/12/2016 - R\$10.558.755) no Banco e R\$12.815.315 (31/12/2016 - R\$10.816.781) no Consolidado, de contratos de financiamento objeto de "hedge" de fluxo de caixa (Nota 6.b.V.b).

(5) Em 31 de dezembro de 2016, no Banco e no Consolidado, inclui o valor de R\$529.997 de contratos de crédito objetos de "hedge" de fluxo de caixa (Nota 6.b.V.b).

Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução CMN 3.533/2008 e alterações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1 de janeiro de 2012 a permanecer registradas na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriada ao resultado do período.

(i) Com Transferência Substancial de Riscos e Benefícios

Durante o período de janeiro a setembro de 2017, foram realizadas operações de cessão de créditos sem coobrigação no montante de R\$398.843 (2016 - R\$245.816) no Banco e no Consolidado e estavam representados, substancialmente, por empréstimos e títulos descontados, classificadas no nível de risco H.

(ii) Com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios

A partir de agosto de 2016, no Consolidado o saldo referente à carteira de crédito cedida com coobrigação, passou a incluir as operações provenientes do Banco PSA Finance Brasil S.A. (Banco PSA). Em 30 de setembro de 2017, o valor presente das operações cedidas do Banco PSA é de R\$193.174 (31/12/2016 - R\$460.090).

Em setembro de 2015, o Banco realizou cessão de créditos com coobrigação referente as operações de *Funded Participation (Export)* no montante de R\$201.706 com vencimento em abril de 2019. Em 30 de setembro de 2017, o valor presente das operações cedidas é de R\$161.616 (31/12/2016 - R\$164.402).

Em dezembro de 2011, o Banco realizou cessão de créditos com coobrigação referente à financiamento imobiliário no montante de R\$688.821, cujos vencimentos ocorrerão até outubro de 2041. Em 30 de setembro de 2017, o valor presente das operações cedidas é de R\$133.169 (31/12/2016 - R\$159.745).

Estas operações de cessão foram realizadas com cláusula de coobrigação, sendo prevista a recompra compulsória nas seguintes situações:

- Contratos inadimplentes por um período superior a 90 dias consecutivos;

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

- Contratos objeto de renegociação;
- Contratos objeto de portabilidade, nos termos da Resolução CMN 3.401/2006; e
- Contratos objeto de interveniência.

O valor de recompra compulsória será calculado pelo saldo devedor do crédito devidamente atualizado na data da respectiva recompra.

A partir da data da cessão, os fluxos de caixa das operações cedidas serão pagos diretamente à entidade cessionária.

b) Carteira de Créditos por Vencimento

	Banco		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Vencidas	6.937.595	7.054.119	8.033.677	8.084.332
A Vencer:				
Até 3 Meses	55.828.041	61.524.849	65.323.521	70.650.136
De 3 a 12 Meses	51.325.303	47.361.857	68.085.757	62.775.452
Acima de 12 Meses	97.694.504	95.458.707	121.597.086	115.388.336
Total	211.785.443	211.399.532	263.040.041	256.898.256

c) Carteira de Arrendamento Mercantil

	Banco		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	1	7	3.149.864	3.455.534
Arrendamentos a Receber	1	4	2.110.408	2.339.735
Valores Residuais a Realizar ⁽¹⁾	-	3	1.039.456	1.115.799
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	-	(3)	(2.091.804)	(2.316.599)
Valores Residuais a Balancear	-	(3)	(1.039.456)	(1.115.799)
Imobilizado de Arrendamento	67.076	68.451	6.786.013	7.390.260
Depreciações Acumuladas	(67.076)	(68.451)	(3.583.351)	(3.949.169)
Superveniências de Depreciações	26.258	27.109	1.383.949	1.517.892
Perdas em Arrendamentos a Amortizar	-	-	228.943	247.375
Credores por Antecipação de Valor Residual	(26.258)	(27.103)	(2.196.696)	(2.349.857)
Outros Valores e Bens	-	-	2.299	2.394
Total da Carteira de Arrendamento Mercantil a Valor Presente	1	7	2.639.761	2.882.031

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquido de antecipações.

A receita financeira não realizada de arrendamento mercantil (receita de arrendamento mercantil a apropriar referente aos pagamentos mínimos a receber) no Consolidado é de R\$510.103 (31/12/2016 - R\$573.503).

Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, não existiam acordos ou compromissos de arrendamento mercantil que individualmente sejam considerados relevantes.

Abertura por Vencimento do Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil

	Banco		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Vencidas	1	2	26.680	27.105
A Vencer:				
Até 1 Ano	-	5	1.451.752	1.625.438
De 1 a 5 Anos	-	-	1.662.406	1.794.786
Acima de 5 Anos	-	-	9.026	8.205
Total	1	7	3.149.864	3.455.534



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Abertura por Vencimento da Carteira de Arrendamento Mercantil a Valor Presente

	Banco		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Vencidas	1	2	23.369	24.117
A Vencer:				
Até 1 Ano	-	5	1.354.895	1.518.203
De 1 a 5 Anos	-	-	1.257.028	1.335.895
Acima de 5 Anos	-	-	4.469	3.816
Total	1	7	2.639.761	2.882.031

d) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	Banco		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Setor Privado	211.718.485	211.333.303	262.973.083	256.832.027
Indústria	56.119.000	62.455.022	57.724.667	63.829.839
Comércio	26.286.467	26.864.271	29.649.053	30.357.498
Instituições Financeiras	754.125	1.111.393	757.618	1.116.062
Serviços e Outros ⁽¹⁾	32.853.100	33.607.965	34.685.579	36.071.493
Pessoas Físicas	92.743.599	84.422.338	137.061.234	122.286.564
Cartão de Crédito	21.849.515	20.676.801	21.849.515	20.676.801
Crédito Imobiliário	27.251.150	27.153.241	27.251.150	27.153.241
Crédito Consignado	14.434.646	11.632.735	23.950.172	18.987.060
Financiamento e Leasing de Veículos	1.795.558	1.859.677	34.374.155	30.194.853
Outros ⁽²⁾	27.412.730	23.099.884	29.636.242	25.274.609
Agricultura	2.962.194	2.872.314	3.094.932	3.170.571
Setor Público	66.958	66.229	66.958	66.229
Governo Estadual	32.172	50.647	32.172	50.647
Governo Municipal	34.786	15.582	34.786	15.582
Total	211.785.443	211.399.532	263.040.041	256.898.256

(1) Inclui as atividades de crédito imobiliário à construtoras/incorporadoras (plano empresarial) serviços de transporte, de saúde, pessoais entre outros.

(2) Inclui crédito pessoal, cheque especial entre outros.

e) Carteira de Créditos e da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos			Banco 30/09/2017 Provisão		
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total ⁽³⁾	Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total
AA	-	81.413.543	-	81.413.543	-	-	-
A	0,5%	75.744.469	-	75.744.469	378.722	282.705	661.427
B	1%	14.243.623	1.324.613	15.568.236	155.682	260.447	416.129
C	3%	9.593.513	1.895.824	11.489.337	344.680	760.938	1.105.618
D	10%	8.459.924	2.708.983	11.168.907	1.116.891	1.208.404	2.325.295
E	30%	2.481.965	1.908.701	4.390.666	1.317.200	-	1.317.200
F	50%	1.641.475	1.181.437	2.822.912	1.411.456	-	1.411.456
G	70%	1.087.807	903.503	1.991.310	1.393.917	-	1.393.917
H	100%	2.694.528	4.426.194	7.120.722	7.120.722	-	7.120.722
Total		197.360.847	14.349.255	211.710.102	13.239.270	2.512.494	15.751.764

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

								Banco
								31/12/2016
								Provisão
Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos			Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total	
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total ⁽³⁾				
AA	-	83.304.514	-	83.304.514	-	-	-	
A	0,5%	73.169.632	-	73.169.632	365.848	275.044	640.892	
B	1%	14.214.859	1.097.714	15.312.573	153.126	248.731	401.857	
C	3%	9.333.702	2.139.320	11.473.022	344.191	744.383	1.088.574	
D	10%	8.000.687	2.482.841	10.483.528	1.048.353	577.450	1.625.803	
E	30%	2.009.675	1.451.340	3.461.015	1.038.304	-	1.038.304	
F	50%	1.859.835	1.201.808	3.061.643	1.530.821	-	1.530.821	
G	70%	1.273.196	956.548	2.229.744	1.560.821	-	1.560.821	
H	100%	3.122.836	5.770.548	8.893.384	8.893.384	-	8.893.384	
Total		196.288.936	15.100.119	211.389.055	14.934.848	1.845.608	16.780.456	

								Consolidado
								30/09/2017
								Provisão
Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos			Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total	
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total ⁽³⁾				
AA	-	97.936.620	-	97.936.620	-	-	-	
A	0,5%	101.593.008	-	101.593.008	507.966	304.077	812.043	
B	1%	17.441.651	2.582.315	20.023.966	200.240	260.447	460.687	
C	3%	10.545.856	3.064.595	13.610.451	408.314	760.938	1.169.252	
D	10%	8.636.370	3.152.478	11.788.848	1.178.885	1.208.404	2.387.289	
E	30%	2.578.806	2.172.609	4.751.415	1.425.425	-	1.425.425	
F	50%	1.658.662	1.372.382	3.031.044	1.515.522	-	1.515.522	
G	70%	1.205.544	1.037.558	2.243.102	1.570.171	-	1.570.171	
H	100%	2.735.282	5.250.964	7.986.246	7.986.246	-	7.986.246	
Total		244.331.799	18.632.901	262.964.700	14.792.769	2.533.866	17.326.635	

								Consolidado
								31/12/2016
								Provisão
Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos			Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total	
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total ⁽³⁾				
AA	-	97.759.855	-	97.759.855	-	-	-	
A	0,5%	95.665.266	-	95.665.266	478.326	296.236	774.562	
B	1%	17.462.836	2.328.983	19.791.819	197.918	248.732	446.650	
C	3%	10.160.710	3.188.136	13.348.846	400.465	744.383	1.144.848	
D	10%	8.128.531	2.873.991	11.002.522	1.100.252	577.450	1.677.702	
E	30%	2.066.273	1.696.249	3.762.522	1.128.757	-	1.128.757	
F	50%	1.877.166	1.407.104	3.284.270	1.642.135	-	1.642.135	
G	70%	1.392.106	1.107.260	2.499.366	1.749.556	-	1.749.556	
H	100%	3.240.086	6.528.416	9.768.502	9.768.502	-	9.768.502	
Total		237.752.829	19.130.139	256.882.968	16.465.911	1.866.801	18.332.712	

(1) Inclui parcelas vincendas e vencidas.

(2) A provisão adicional é constituída com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente.

(3) O total da carteira de créditos inclui o valor de R\$75.341 (31/12/2016 - R\$10.477) no Banco e R\$75.341 (31/12/2016 - R\$15.288) no Consolidado, referente ao ajuste a valor de mercado das operações de crédito que são objeto de proteção, registrados de acordo com o artigo 5 da Carta Circular 3.624 do Bacen de 26 de dezembro de 2013 e que não estão contemplados na nota dos níveis de riscos (Nota 6.b.V.a).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

f) Movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2016
Saldo Inicial	16.780.456	15.593.565	18.332.712	16.832.226
Constituições Líquidas das Reversões	7.812.326	8.147.615	8.974.102	9.332.439
Baixas	(8.841.018)	(7.879.605)	(9.980.179)	(8.884.194)
Saldo Final	15.751.764	15.861.575	17.326.635	17.280.471
Circulante	4.161.548	3.920.141	4.810.227	4.555.999
Longo Prazo	11.590.216	11.941.434	12.516.408	12.724.472
Créditos Recuperados ⁽¹⁾	1.854.484	1.992.765	1.957.587	2.126.377

(1) Registrados como receita da intermediação financeira nas rubricas: operações de crédito e operações de arrendamento mercantil. Inclui resultado da cessão de créditos sem coobrigação relativa a operações anteriormente baixadas a prejuízo no valor de R\$107.554 (2016 - R\$119.542) no Banco e R\$70.550 (2016 - R\$134.451) no Consolidado.

g) Créditos Renegociados

	Banco		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Créditos Renegociados	13.153.950	13.327.164	13.600.985	13.497.388
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(7.509.556)	(7.785.193)	(7.647.209)	(7.851.068)
Percentual de Cobertura sobre a Carteira de Renegociação	57,1%	58,4%	56,2%	58,2%

h) Concentração de Crédito

Carteira de Crédito com Avais e Fianças ⁽¹⁾ , Títulos e Valores Mobiliários ⁽²⁾ e Instrumentos Financeiros Derivativos ⁽³⁾	30/09/2017		Consolidado 31/12/2016	
	Risco	%	Risco	%
Maior Devedor	5.174.356	1,5%	6.446.102	1,9%
10 Maiores	29.753.403	8,9%	31.490.745	9,5%
20 Maiores	45.141.264	13,5%	45.622.490	13,8%
50 Maiores	70.991.535	21,2%	71.551.505	21,6%
100 Maiores	93.213.997	27,9%	93.949.486	28,4%

(1) Inclui as parcelas de crédito a liberar para construtoras/incorporadoras (plano empresário).

(2) Refere-se à posição de debêntures, notas promissórias e certificados de recebíveis imobiliários - CRI.

(3) Refere-se ao risco de crédito de derivativos.



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

9. Carteira de Câmbio

	Banco/Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016
Ativo		
Direitos sobre Venda de Câmbio	18.409.423	53.657.710
Câmbio Comprado a Liquidar	34.374.826	38.480.488
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(575.945)	(123.953)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos e Importações Financiadas (Nota 8.a)	90.437	100.205
Cambiais e Documentos a Prazo em Moedas Estrangeiras	48.780	31.678
Total	52.347.521	92.146.128
Circulante	50.915.496	89.829.757
Longo Prazo	1.432.025	2.316.371
Passivo		
Câmbio Vendido a Liquidar	27.994.162	54.316.838
Obrigações por Compra de Câmbio	24.775.175	37.538.056
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 8.a)	(6.343.774)	(5.101.851)
Outros	58	58
Total	46.425.621	86.753.101
Circulante	45.129.566	84.631.442
Longo Prazo	1.296.055	2.121.659
Contas de Compensação		
Créditos Abertos para Importação	1.059.135	635.055
Créditos de Exportação Confirmados	337.583	498.197

10. Negociação e Intermediação de Valores

	Banco		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Ativo				
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	383.347	1.350.035	385.881	1.350.344
Caixas de Registro e Liquidação	-	196	7.068	26.296
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	60.522	13.296	281.815	155.106
Bolsas - Depósitos em Garantia	80.599	14.145	80.599	14.145
Outros ⁽¹⁾	923.102	149.506	923.102	149.506
Total	1.447.570	1.527.178	1.678.465	1.695.397
Circulante	1.447.570	1.527.178	1.678.465	1.695.397
Passivo				
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	143.580	902.393	163.588	920.248
Credores - Conta Liquidações Pendentes	4.392	4.392	235.367	137.986
Credores por Empréstimos de Ações	62.761	61.845	294.325	168.013
Caixas de Registro e Liquidação	1	-	2.403	3.708
Comissões e Corretagens a Pagar	1.964	2.594	3.682	3.928
Aquisição e Subscrição de Títulos Decorrentes de Lançamento	-	-	-	1.274
Outros	919	2.151	922	2.288
Total	213.617	973.375	700.287	1.237.445
Circulante	212.884	971.989	699.554	1.236.059
Longo Prazo	733	1.386	733	1.386

(1) Refere-se aos depósitos efetuados em garantia às operações de derivativos realizadas com clientes no mercado de balcão.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

11. Créditos Tributários
a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realização	Banco Saldo em 30/09/2017
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	11.226.152	3.314.714	(3.227.081)	11.313.785
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	783.276	162.202	(46.053)	899.425
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	1.380.786	176.213	(9.107)	1.547.892
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	1.060.611	465.697	(145.538)	1.380.770
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	3.719.237	1.047.676	(2.441.733)	2.325.180
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	545.119	90.795	-	635.914
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria ⁽²⁾	884.543	376.638	-	1.261.181
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	363.200	469.126	(529.088)	303.238
Outras Provisões Temporárias ⁽³⁾	3.178.827	345.916	-	3.524.743
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	23.141.751	6.448.977	(6.398.600)	23.192.128
Contribuição Social - Medida Provisória (MP) 2.158/2001	641.213	-	(119.460)	521.753
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	23.782.964	6.448.977	(6.518.060)	23.713.881
Circulante	8.234.581			5.959.436
Longo Prazo	15.548.383			17.754.445

	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Realização	Banco Saldo em 30/09/2016
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	11.129.702	3.209.515	(3.199.691)	11.139.526
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	777.079	188.344	(52.812)	912.611
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	1.627.384	209.321	(350.445)	1.486.260
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	875.489	257.033	(195.131)	937.391
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	9.913.918	262.188	(5.239.708)	4.936.398
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	2.486.103	-	(1.642.569)	843.534
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria ⁽²⁾	874.253	96.241	(31.567)	938.927
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	373.329	399.612	(383.746)	389.195
Outras Provisões Temporárias ⁽³⁾	2.432.406	285.217	-	2.717.623
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	30.489.663	4.907.471	(11.095.669)	24.301.465
Contribuição Social - MP 2.158/2001	641.213	-	-	641.213
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	31.130.876	4.907.471	(11.095.669)	24.942.678
Circulante	8.063.063			8.135.671
Longo Prazo	23.067.813			16.807.007

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Saldo em 31/12/2016	Mudança no Escopo de Consolidação			Consolidado Saldo em 30/09/2017
		(Nota 15)	Constituição	Realização	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	12.321.090	(181)	3.802.457	(3.518.235)	12.605.131
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	868.273	-	211.710	(70.015)	1.009.968
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	2.266.355	(404)	263.358	(30.591)	2.498.718
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	1.124.992	4.038	495.599	(161.008)	1.463.621
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	3.745.880	-	1.047.681	(2.455.605)	2.337.956
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	569.194	-	132.143	(1.331)	700.006
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria ⁽²⁾	886.535	-	377.850	-	1.264.385
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	386.483	(48)	497.405	(556.817)	327.023
Outras Provisões Temporárias ⁽³⁾	3.434.482	(6.018)	403.201	(71.998)	3.759.667
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	25.603.284	(2.613)	7.231.404	(6.865.600)	25.966.475
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	508.045	-	51.840	(147.636)	412.249
Contribuição Social - MP 2.158/2001	655.359	-	-	(119.460)	535.899
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	26.766.688	(2.613)	7.283.244	(7.132.696)	26.914.623
Circulante	9.102.267				6.940.683
Longo Prazo	17.664.421				19.973.940

	Saldo em 31/12/2015	Mudança no Escopo de Consolidação			Consolidado Saldo em 30/09/2016
		(Nota 15)	Constituição	Realização	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	12.013.011	-	3.733.636	(3.442.430)	12.304.217
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	847.544	-	199.491	(67.243)	979.792
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	2.500.587	-	317.519	(389.946)	2.428.160
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	909.010	-	267.550	(198.034)	978.526
Ágio Amortizado	-	-	7.531	-	7.531
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	10.006.970	-	298.053	(5.330.435)	4.974.588
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	2.609.682	-	520	(1.759.959)	850.243
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria ⁽²⁾	874.347	-	96.282	(31.656)	938.973
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	399.358	-	422.842	(411.847)	410.353
Outras Provisões Temporárias ⁽³⁾	2.635.520	107.136	346.950	(114.359)	2.975.247
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	32.796.029	107.136	5.690.374	(11.745.909)	26.847.630
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	537.037	-	19.701	(232.215)	324.523
Contribuição Social - MP 2.158/2001	655.359	-	-	-	655.359
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	33.988.425	107.136	5.710.075	(11.978.124)	27.827.512
Circulante	8.786.456				9.105.853
Longo Prazo	25.201.969				18.721.659

(1) Inclui crédito tributário de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

 (2) Inclui crédito tributário de IRPJ e CSLL, sobre os ajustes do plano de benefícios a funcionários conforme mencionado na Nota 3.n.
 Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - 30 de Setembro de 2017

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

(3) Composto principalmente por provisões de natureza administrativas e depósitos judiciais.

O Banco Santander possui créditos tributários não ativados no valor total de R\$374.708 (31/12/2016 - R\$1.084.230) e no Consolidado o valor de R\$375.622 (31/12/2016 - R\$1.085.272).

Conforme previsto na Resolução CMN 3.059/2002, com as alterações promovidas pela Resolução CMN 4.441/2015, o Santander Brasil apresentou as justificativas e fundamentações para suportar o registro contábil dos créditos tributários nas suas demonstrações contábeis. Em 22 de fevereiro de 2016, o pedido para manutenção e os procedimentos para registro dos créditos tributários do Banco foi deferido pelo Bacen.

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Ano	IRPJ	Diferenças Temporárias			CSLL 18%	Banco
		CSLL	PIS/Cofins	CSLL 18%		30/09/2017
						Total Registrados
2017	704.047	566.578	39.932	521.753		1.832.310
2018	2.978.412	2.391.462	132.961	-		5.502.835
2019	4.306.249	2.543.410	49.224	-		6.898.883
2020	3.058.089	1.845.219	38.925	-		4.942.233
2021	1.876.241	1.133.242	30.812	-		3.040.295
2022 a 2024	446.419	267.851	11.325	-		725.595
2025 a 2026	468.518	303.212	-	-		771.730
Total	13.837.975	9.050.974	303.179	521.753		23.713.881

Ano	IRPJ	Diferenças Temporárias			Prejuízos		Total Registrados
		CSLL	PIS/Cofins	Fiscais - Base Negativa	CSLL 18%		
2017	827.107	662.145	40.434	43.808	525.158	2.098.652	
2018	3.474.106	2.777.221	134.967	68.690	1.057	6.456.041	
2019	4.990.802	2.930.340	51.061	56.194	7.227	8.035.624	
2020	3.266.123	1.973.082	40.257	94.404	2.457	5.376.323	
2021	2.013.530	1.215.967	32.143	78.074	-	3.339.714	
2022 a 2024	457.832	272.623	12.401	49.684	-	792.540	
2025 a 2026	483.253	310.841	-	21.395	-	815.489	
2027	172	68	-	-	-	240	
Total	15.512.925	10.142.287	311.263	412.249	535.899	26.914.623	

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos resultados futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente dos créditos tributários registrados é de R\$20.290.696 (31/12/2016 - R\$20.525.234) no Banco e R\$23.115.194 (31/12/2016 - R\$23.117.101) no Consolidado, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL, Contribuição Social 18% - MP 2.158/2001 e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

12. Outros Créditos - Diversos

	Banco		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Títulos e Créditos a Receber (Nota 8.a)				
Cartões de Crédito	17.890.634	16.757.154	18.107.717	16.809.107
Direitos Creditórios ⁽¹⁾	15.366.136	16.305.283	17.220.349	18.801.078
Cédula de Produto Rural (CPR)	-	42.793	-	42.793
Outros	-	-	-	241.758
Devedores por Depósitos em Garantia				
Para Interposição de Recursos Fiscais	4.881.824	4.721.942	7.136.902	6.894.499
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	1.759.072	1.643.978	1.834.817	1.707.724
Outros	1.085.496	1.050.112	1.271.802	1.427.416
Garantias Contratuais de Ex-Controladores (Nota 23.i)	620.477	724.116	701.316	814.925
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar	1.999.065	3.684.562	2.694.671	4.332.304
Créditos a Receber - Serviços Adquirente (Nota 22 e 26.e) ^{(2) (3)}	5.974.067	15.258.438	16.567.692	15.152.967
Pagamentos a Ressarcir	191.887	146.131	210.865	167.429
Adiantamentos Salariais/Outros	181.614	64.883	241.424	111.513
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 35)	141.454	130.462	165.660	153.661
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 8.a)	155.472	84.066	155.472	84.310
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 26.e)	701.401	853.930	682.226	862.893
Outros	1.226.242	958.506	1.968.237	1.624.418
Total	52.174.841	62.426.356	68.959.150	69.228.795
Circulante	30.179.105	31.949.644	43.588.702	35.349.654
Longo Prazo	21.995.736	30.476.712	25.370.448	33.879.141

(1) Consiste em operações com características de cessão de crédito, substancialmente, composta por operações de "Confirming" com pessoas jurídicas sujeitas ao risco de crédito e análise de perda de créditos de liquidação duvidosa por segmento, de acordo com as políticas de risco do Banco.

(2) No Banco Santander, inclui o valor de R\$5.960.707 (31/12/2016 - R\$15.246.008) a receber relacionado a Adquirência de sua controlada Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Getnet S.A.).

(3) Em setembro de 2017, a Getnet S.A. implementou os procedimentos operacionais para realizar as liquidações financeiras junto a estabelecimentos comerciais (processo iniciado com a aprovação como Instituição de Pagamento pelo Bacen). Com esse procedimento, os ativos e passivos relacionados às operações com estabelecimentos comerciais passaram a ser registrados pela Getnet S.A. Essa mudança está alinhada ao plano de negócios do Banco Santander no Brasil e não gerou impacto em suas Demonstrações Consolidadas do Resultado.

13. Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda

Em 30 de setembro de 2017, é composto pela aquisição ocorrida no dia 20 de abril de 2017 junto ao Grupo WTorre, de ações correspondentes a 94,60% do capital social da Real TJK Empreendimento Imobiliário S.A. (atualmente denominada Rojo Entretenimento S.A.), sociedade detentora do Teatro Santander, em decorrência de uma reestruturação de dívida. A participação neste investimento tem caráter provisório. O valor registrado é de R\$130.713 no Banco e Consolidado.

14. Informações das Dependências e da Subsidiária no Exterior

Dependências:

Cayman

A Agência Grand Cayman é uma filial do Banco Santander e não é uma sociedade jurídica constituída separadamente. Opera nas Ilhas Cayman sob a Categoria "B" licença bancária. No curso normal dos negócios, a Sucursal tem operações significativas com a matriz e suas controladas. Todas as transações são assumidas e registradas sob a direção do Escritório Central da sucursal, que é economicamente dependente.

A Agência Grand Cayman é licenciada pela Lei de Bancos e Companhias Fiduciárias, ou "Lei de Bancos e Companhias Fiduciárias", e está devidamente registrada como uma Companhia Estrangeira junto ao Oficial de Registro de Sociedades em Grand Cayman, nas Ilhas Cayman. A agência, portanto, está devidamente autorizada a executar negócios bancários nas Ilhas Cayman, estando atualmente envolvida nos negócios de captação de recursos no mercado bancário e de capitais internacional para prover linhas de crédito para o Banco Santander, que são então estendidas aos clientes do Banco Santander para financiamentos de capital de giro e comércio exterior. Ela também recebe depósitos em moeda estrangeira de clientes corporativos e pessoas físicas e concede crédito a clientes brasileiros e estrangeiros, fundamentalmente para apoiar operações comerciais com o Brasil.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Luxemburgo

Em 9 de junho de 2017, o Banco Santander obteve autorização do Bacen para instalação de uma agência em Luxemburgo, com capital destacado de US\$1 bilhão, com o objetivo de complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica (grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior) e oferecer produtos e serviços financeiros por meio de uma entidade offshore que não esteja estabelecida em uma jurisdição com tributação favorecida e que possibilite a ampliação da capacidade de captação.

A abertura da agência ainda depende de autorização da autoridade do sistema financeiro de Luxemburgo.

Subsidiária:

O Banco Santander detém uma subsidiária independente na Espanha, Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A. (Santander Brasil EFC), para complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica (grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior) e oferecer produtos e serviços financeiros por meio de uma entidade offshore que não esteja estabelecida em uma jurisdição com tributação favorecida.

As posições financeiras resumidas da dependência e subsidiária no exterior, convertidas à taxa de câmbio vigente na data do balanço incluídas nas demonstrações financeiras compreendem as seguintes posições (sem eliminação das transações com ligadas):

	Agência Grand Cayman		Santander Brasil EFC	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Ativo	87.285.545	81.192.782	3.014.268	2.810.242
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	87.285.545	81.192.780	3.014.268	2.810.164
Disponibilidades	2.291.583	544.468	241.991	182.366
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	12.361.418	13.467.647	1.310.050	1.323.784
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	35.657.573	34.721.940	128.013	4.606
Operações de Crédito ⁽¹⁾	18.665.079	22.770.598	1.311.291	1.094.243
Carteira de Câmbio	16.432.523	8.466.560	-	-
Outros	1.877.369	1.221.567	22.923	205.165
Ativo Permanente	-	2	-	78
Passivo	87.285.545	81.192.782	3.014.268	2.810.242
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	49.162.342	44.495.525	185.741	240.053
Depósitos e Captações no Mercado Aberto	9.524.765	5.026.564	56.381	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	2.329.105	7.434.693	-	-
Obrigações por Empréstimos ⁽²⁾	18.358.953	21.081.194	-	-
Carteira de Câmbio	16.445.938	8.351.718	-	-
Outros	2.503.581	2.601.356	129.360	240.053
Resultados de Exercícios Futuros	88	107	17.024	17.563
Patrimônio Líquido	38.123.115	36.697.150	2.811.503	2.552.626
	2017	2016	2017	2016
Lucro Líquido no Período de 1 de Julho a 30 de Setembro	760.329	156.074	2.698	13.107
Lucro Líquido no Período de 1 de Janeiro a 30 de Setembro	1.984.361	409.325	21.274	(52.901)

(1) Refere-se, principalmente, a operações de empréstimos e de financiamento à exportação.

(2) Obrigações por empréstimos no exterior referentes às linhas de financiamento à exportação e importação e outras linhas de crédito.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

15. Participações em Coligadas e Controladas

Investimentos	Atividade	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas		30/09/2017	
		Direta ou Indiretamente (Mil)		Participação Direta	Participação Direta e Indireta
		Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais		
Controladas do Banco Santander					
Santander Leasing	Leasing	11.043.798	-	78,57%	99,99%
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (Santander Brasil Consórcio)	Consórcio	95.349	-	100,00%	100,00%
Banco Bandepe S.A. (Banco Bandepe)	Banco	2.184	-	100,00%	100,00%
Banco RCI Brasil S.A.	Banco	81	81	39,89%	39,89%
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI)	Financeira	287.706.670	-	100,00%	100,00%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM)	Corretora	14.067.673	14.067.673	99,99%	100,00%
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. (Santander Corretora de Seguros) (Atual denominação Social da Santander Participações S.A.) ^{(14) (22) (23)}	Outras Atividades	4.687	-	100,00%	100,00%
Getnet S.A.	Instituição de Pagamento	61.565	-	88,50%	88,50%
Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap)	Holding	12.728.211	-	100,00%	100,00%
Santander S.A. Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros (Santander Serviços)	Corretora de Seguros	174.360.451	-	60,65%	60,65%
Santander Brasil EFC	Financeira	75	-	100,00%	100,00%
Atual Securitizadora ⁽²¹⁾	Securitizadora	120.000	-	100,00%	100,00%
Controladas da Aymoré CFI					
Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. (Super Pagamentos) ^{(15) (17)}	Instituição de Pagamento	90.724	-	-	100,00%
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. (Olé Consignado) ⁽³⁾	Banco	227.106	-	-	60,00%
Banco PSA	Banco	105	-	-	50,00%
Controlada da Santander Leasing					
Santander Finance Arrendamento Mercantil S.A. (Atual denominação Social da PSA Finance Arrendamento Mercantil S.A. (Santander Finance Arrendamento Mercantil)) ⁽⁵⁾	Leasing	182	-	-	100,00%
Controladas da Sancap					
Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização)	Capitalização	64.615	-	-	100,00%
Evidence	Previdência	12.591.172	-	-	100,00%
Controlada da Santander Corretora de Seguros (Atual denominação Social da Santander Participações S.A.) ^{(14) (22) (23)}					
BW Guirapá I S.A. ^{(7) (18)}	Holding	848	-	-	86,81%

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

		Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas Direta ou Indiretamente (Mil)		30/09/2017	
Investimentos	Atividade	Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais	Participação Direta	Participação Direta e Indireta
Controlada da Santander Serviços					
Webcasas S.A.	Outras Atividades	24.500	-	-	100,00%
Controladas em Conjunto do Banco Santander ⁽¹³⁾					
Cibrasec Companhia Brasileira de Securitização (Cibrasec) ⁽¹⁾	Securitização	4	-	9,72%	9,72%
Norchem Participações e Consultoria S.A. (Norchem Participações)	Outras Atividades	950	-	50,00%	50,00%
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP (EBP) ⁽¹⁾	Outras Atividades	3.859	2.953	11,11%	11,11%
Gestora de Inteligência de Crédito S.A. (Gestora de Crédito) ^{(13) (16)}	Birô de Crédito	658	658	20,00%	20,00%
Campo Grande Empreendimentos	Outras Atividades	255	-	25,32%	25,32%
Controladas em Conjunto da Santander Serviços ⁽¹³⁾					
Webmotors S.A. ^{(2) (8)}	Outras Atividades	366.182.676	-	-	70,00%
TecBan - Tecnologia Bancária S.A. (TecBan)	Outras Atividades	743.944	-	-	19,81%
Controlada em Conjunto da Santander Corretora de Seguros (Atual denominação Social da Santander Participações S.A.) ^{(13) (14) (22) (23)}					
PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda. (PSA Corretora de Seguros) ⁽⁶⁾	Corretora de Seguros	250	-	-	50,00%
Controladas da Getnet S.A.					
Auttar HUT Processamento de Dados Ltda. (Auttar HUT)	Outras Atividades	3.865	-	-	100,00%
Integry Tecnologia e Serviços A.H.U Ltda. (Integry Tecnologia) ⁽¹²⁾	Outras Atividades	76.276	-	-	100,00%
Toque Fale Serviços de Telemarketing Ltda. (Toque Fale)	Outras Atividades	6.050	-	-	100,00%
Controlada da TecBan ⁽¹³⁾					
Tbnet Comércio, Locação e Administração Ltda. (Tbnet) ⁽⁹⁾	Outras Atividades	186.695	-	-	100,00%
Controlada da Tbnet ⁽¹³⁾					
Tbforte Segurança e Transporte de Valores Ltda. (Tbforte) ⁽¹⁰⁾	Outras Atividades	179.396	-	-	100,00%
Controladas Olé Consignado ⁽³⁾					
BPV Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	Outras Atividades	6.950	-	-	100,00%
Bonsucesso Tecnologia Ltda.	Outras Atividades	450	-	-	100,00%
Controladas da BW Guirapá I S.A. ^{(7) (18)}					
Central Eólica Angical S.A. (Angical) ⁽⁷⁾	Eólica	717	-	-	100,00%
Central Eólica Caititu S.A. (Caititu)	Eólica	935	-	-	100,00%
Central Eólica Coqueirinho S.A. (Coqueirinho) ^{(7) (18)}	Eólica	983	-	-	100,00%
Central Eólica Corrupião S.A. (Corrupião) ⁽⁷⁾	Eólica	712	-	-	100,00%
Central Eólica Inhambu S.A. (Inhambu) ⁽⁷⁾	Eólica	918	-	-	100,00%
Central Eólica Tamanduá Mirim S.A. (Tamanduá Mirim) ^{(7) (18)}	Eólica	1.033	-	-	100,00%
Central Eólica Teiu S.A. (Teiu) ⁽⁷⁾	Eólica	746	-	-	100,00%
Coligada					
Norchem Holdings e Negócios S.A. (Norchem Holdings)	Outras Atividades	1.679	-	21,75%	21,75%

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Patrimônio		Lucro Líquido		Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial		
	Líquido		(Prejuízo) Ajustado						
	Ajustado	01/07 a	01/01 a	30/09/2017	31/12/2016	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a
	30/09/2017	30/09/2017	30/09/2017	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2016
Controladas do Banco Santander									
Santander Leasing	6.016.864	91.638	263.849	4.727.693	4.478.155	72.004	207.317	71.821	210.668
Santander Brasil Consórcio	209.410	29.044	72.795	209.410	136.615	29.044	72.795	7.067	17.724
Banco Bandepe	3.241.237	45.991	143.144	3.241.237	3.086.221	45.991	143.144	58.747	165.355
Banco RCI Brasil S.A.	1.054.845	58.206	136.904	420.787	529.562	23.218	54.612	6.859	(1.412)
Aymoré CFI	1.734.673	117.861	355.579	1.734.673	1.364.514	117.861	355.579	39.966	118.603
Santander CCVM	564.863	5.479	7.556	564.862	557.736	5.479	7.556	71.983	83.629
Santander Microcrédito Assessoria Financeira S.A. (Santander Microcrédito) ⁽¹⁹⁾	-	(335)	-	-	17.317	(335)	-	(1.075)	(894)
Santander Brasil Advisory Services S.A. (Santander Brasil Advisory) ⁽²⁰⁾	-	(1.941)	(2.319)	-	14.698	(1.941)	(2.319)	250	743
Santander Corretora de Seguros (Atual denominação Social da Santander Participações S.A.) ^{(14) (22)}	1.607.378	9.659	34.508	1.607.043	1.542.410	9.659	34.508	4.776	(808)
Getnet S.A.	1.738.575	116.117	318.200	1.538.639	1.299.508	102.763	281.607	67.581	164.876
Sancap	519.815	72.178	103.790	519.815	362.233	72.178	103.790	12.456	66.154
Santander Serviços	643.466	69.806	202.375	390.284	478.039	42.339	122.747	45.592	92.356
Santander Brasil EFC	2.811.503	2.698	21.274	2.811.503	2.552.626	2.698	21.274	13.107	(52.901)
Atual Securitizadora ⁽²¹⁾	120.532	532	532	120.532	-	532	532	-	-
Mantiq Investimentos Ltda. (Mantiq) ⁽⁴⁾	-	-	-	-	-	-	-	-	3.277
Controladas da Aymoré CFI									
Super Pagamentos ^{(15) (17)}	36.246	(1.799)	(3.406)	-	-	-	-	-	-
Olé Consignado ⁽³⁾	738.354	31.898	65.485	-	-	-	-	-	-
Banco PSA	302.548	10.094	32.726	-	-	-	-	-	-
Controlada da Santander Leasing									
Santander Finance Arrendamento Mercantil (Atual denominação Social da PSA Finance Arrendamento Mercantil S.A.) ⁽⁵⁾	387.074	3.605	15.815	-	-	-	-	-	-
Controladas da Sancap									
Santander Capitalização	194.708	24.618	77.958	-	-	-	-	-	-
Evidence	305.474	47.309	24.909	-	-	-	-	-	-
Controlada da Santander Corretora de Seguros (Atual denominação Social da Santander Participações S.A.) ^{(14) (22) (23)}									
BW Guirapá I S.A. ^{(7) (18)}	514.366	(3.417)	(6.342)	-	-	-	-	-	-

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Patrimônio		Lucro Líquido		Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial			
	Líquido Ajustado	(Prejuízo) Ajustado								
		01/07 a 30/09/2017	01/07 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2017	30/09/2017	31/12/2016	01/07 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2017	01/07 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2016
Controlada da Santander Serviços										
Webcasas S.A.	23.633	327	975	-	-	-	-	-	-	-
Controladas em Conjunto do Banco Santander ⁽¹³⁾										
Cibrasec ⁽¹⁾	76.116	1.199	6.633	7.402	7.432	212	854	308	817	
Norchem Participações	51.191	807	2.756	25.596	26.302	404	1.378	541	1.448	
EBP ⁽¹⁾	42.466	(11)	(13.935)	4.718	6.266	(1)	(1.548)	31	(442)	
Gestora de Crédito ^{(13) (16)}	64.693	(1.130)	(1.130)	12.939	-	(226)	(226)	-	-	
Controladas da Getnet S.A.										
Auttar HUT	12.443	298	13	-	-	-	-	-	-	
Integry Tecnologia ⁽¹²⁾	75.618	(14)	943	-	-	-	-	-	-	
Toque Fale	4.077	212	1.875	-	-	-	-	-	-	
Controladas da Olé Consignado ⁽⁹⁾										
BPV Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	11.756	2.025	4.806	-	-	-	-	-	-	
Bonsucesso Tecnologia Ltda.	3.056	737	2.606	-	-	-	-	-	-	
Controladas da BW Guirapá I S.A. ^{(7) (18)}										
Angical ⁽⁷⁾	39.809	(123)	(240)	-	-	-	-	-	-	
Caititu	64.913	(242)	(384)	-	-	-	-	-	-	
Coqueirinho ^{(7) (18)}	80.948	(758)	(1.105)	-	-	-	-	-	-	
Corrupião ⁽⁷⁾	75.258	(239)	(737)	-	-	-	-	-	-	
Inhambu ⁽⁷⁾	90.976	(670)	(2.018)	-	-	-	-	-	-	
Tamanduá Mirim ^{(7) (18)}	86.014	(844)	(1.513)	-	-	-	-	-	-	
Teiu ⁽⁷⁾	51.510	115	301	-	-	-	-	-	-	

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Patrimônio		Lucro Líquido		Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial		
	Líquido		(Prejuízo) Ajustado						
	Ajustado	01/07 a	01/01 a		31/12/2016	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a
	30/09/2017	30/09/2017	30/09/2017	30/09/2017		30/09/2017	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2016
Coligadas									
Norchem Holdings	94.981	1.421	4.669	20.658	20.981	309	1.015	386	1.056
Outras				255	225	99	316	(871)	15.677
Total Banco				17.958.046	16.480.840	522.287	1.404.931	399.525	885.926
Controladas em Conjunto do Banco Santander ⁽¹³⁾									
Cibrasec ⁽¹⁾	76.116	1.199	6.633	7.402	-	212	854	-	-
Norchem Participações	51.191	807	2.756	25.596	-	404	1.378	-	-
EBP ⁽¹⁾	42.466	(11)	(13.935)	4.718	-	(1)	(1.548)	-	-
Gestora de Crédito ^{(13) (16)}	64.693	(1.130)	(1.130)	12.939	-	(226)	(226)	-	-
Controladas em Conjunto Direta e Indiretamente da Santander Serviços ⁽¹³⁾									
Webmotors S.A. ^{(2) (8)}	130.567	7.394	20.299	73.520	-	4.911	13.859	-	-
TecBan	457.445	22.116	52.330	90.620	-	4.381	10.340	-	-
Controlada da TecBan									
Tbnet ⁽⁹⁾	79.635	(5.072)	(28.072)	-	-	-	-	-	-
Controlada da Tbnet									
Tbforte ⁽¹⁰⁾	74.671	(5.021)	(29.567)	-	-	-	-	-	-
Controlada em Conjunto da Santander Corretora de Seguros (Atual denominação Social da Santander Participações S.A.) ^{(13) (14) (22) (23)}									
PSA Corretora de Seguros ⁽⁶⁾	2.443	474	1.127	1.222	-	236	563	-	-
Coligadas									
Norchem Holdings	94.981	1.421	4.669	20.658	20.981	309	1.015	386	1.056
Outras ⁽¹¹⁾				135.176	137.567	-	-	-	-
Total Consolidado				371.851	158.548	10.226	26.235	386	1.056

(1) Embora a participação seja inferior a 20%, o Banco exerce o controle em conjunto na entidade com os demais acionistas majoritários, através de acordo de acionistas onde nenhuma decisão de negócio pode ser tomada por um único acionista.

(2) Embora a participação seja superior a 50%, em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado pela Santander Serviços e a Carsales.com Investments PTY LTD. (Carsales).

(3) Na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 1 de novembro de 2016, foi aprovado o aumento do capital social do Olé Consignado no valor de R\$50.000, passando o capital social dos atuais R\$350.000 para R\$400.000, mediante a emissão de 28.509.708 (vinte e oito milhões, quinhentos e nove mil e setecentos e oito) novas ações ordinária nominativas, sem valor nominal. O processo da alteração do capital social foi aprovado pelo Bacen em 22 de novembro de 2016.

(4) Investimento alienado em 14 de julho de 2016.

(5) Na AGE realizada em 1 de agosto de 2016, foi aprovada a alteração da denominação social da PSA Finance Arrendamento Mercantil S.A. para Santander Finance Arrendamento Mercantil S.A., cujo processo foi aprovado pelo Bacen em 12 de dezembro de 2016.

(6) Em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado pela Santander Corretora de Seguros (Atual denominação Social da Santander Participações S.A.) e a PSA Services LTD.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

- (7) Em AGEs realizadas no dia 31 de outubro de 2016, foram aprovados aumento de capital social pela BW Guirapá I S.A. para as Eólicas: Angical no valor de R\$600, mediante a emissão de 10.200 (dez mil e duzentas) novas ações ordinárias, Coqueirinho no valor de R\$1.300, mediante a emissão de 13.900 (treze mil e novecentas) novas ações ordinárias, Corrupião no valor de R\$2.501, mediante a emissão de 22.125 (vinte e dois mil, cento e vinte e cinco) novas ações ordinárias, Inhambu no valor de R\$2.102 mediante a emissão de 19.175 (dezenove mil, cento e setenta e cinco) novas ações ordinárias, Tamanduá Mirim no valor de R\$306, mediante a emissão de 3.300 (três mil e trezentas) novas ações ordinárias e para a Teiu no valor de R\$1.405, mediante a emissão de 19.600 (dezenove mil e seiscentas) novas ações ordinárias, as ações subscritas pela BW Guirapá I S.A., serão integralizadas em moeda corrente nacional em até 365 dias, vencendo em 1 de novembro de 2017.
- (8) Em 30 de dezembro de 2016, a Virtual Motors Páginas Eletrônicas Ltda. - ME (Virtual Motors) foi incorporada pela Webmotors S.A (Nota 37.d).
- (9) Em Reuniões dos sócios realizadas no período de janeiro a setembro de 2017, foram aprovados aumentos de capital no valor de R\$44.600, passando o capital social dos atuais R\$142.095 para R\$186.695, com a emissão de 44.600 mil novas quotas, no valor nominal de R\$1,00 (um Real) cada uma, cujos aumentos foram integralizados em moeda corrente do país na mesma data em que se deu à aprovação pelos sócios.
- (10) Em Reuniões dos sócios realizadas no período de janeiro a setembro de 2017, foram aprovados aumentos de capital no valor de R\$43.130, passando o capital social dos atuais R\$136.266 para R\$179.396, com a emissão de 43.130 mil novas quotas, no valor nominal de R\$1,00 (um Real) cada uma, cujos aumentos foram integralizados em moeda corrente do país na mesma data em que se deu à aprovação pelos sócios.
- (11) Inclui o valor líquido da amortização de R\$21.044 (31/12/2016 - R\$25.735) referente a conclusão do estudo da alocação do preço de compra (*Purchase Price Allocation - PPA*) sobre a aquisição do Bonsucesso pela Aymoré CFI, R\$81.642 (31/12/2016 - R\$90.094) referente ao ágio na aquisição das ações representativas dos 50% remanescentes do capital social votante da Super, R\$20.646 (31/12/2016 - R\$21.762) referente ao ágio registrado na BW Guirapá I S.A. relativo aquisição das Sociedades de Propósito Específico (SPE) de Parques Eólicos e R\$11.588 referente ao valor final de ajuste no preço na aquisição do Banco PSA.
- (12) Em 9 de março de 2017, em alteração contratual, resolvem de comum acordo, aumentar o capital social da Integrity Tecnologia no valor de R\$75.000, passando dos atuais R\$1.276 para R\$76.276, mediante a distribuição de 75.000.000 (setenta e cinco milhões) de novas cotas com valor nominal de R\$1,00 cada uma.
- (13) A partir de 1 de janeiro de 2017, entrou em vigor a Resolução do CMN 4.517 de 24 de agosto de 2016, que estabelece que as participações societárias em sociedades controladas em conjunto devem ser avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (Nota 2).
- (14) Na AGE de 8 de maio de 2017, foi aprovada a alteração da denominação social da Santander Participações S.A. para Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. Nesta mesma AGE, foi aprovada a alteração do objeto social da Companhia.
- (15) Em maio de 2017, foi aprovado pelo Bacen o processo de autorização para funcionamento da Sociedade como Instituição de Pagamento.
- (16) Empresa constituída em abril de 2017 e se encontra em fase pré operacional. Em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado entre os acionistas que detêm 20% do seu capital social cada (Nota 37.b). Na AGE realizada em 6 de julho de 2017, foi aprovado o aumento do capital social da Gestora de Crédito no valor total de R\$65.822, de forma que o capital social passou de R\$1 para R\$65.823, mediante a emissão de 6.582.200 (seis milhões, quinhentos e oitenta e duas mil e duzentas) novas ações, sendo 3.291.100 (três milhões, duzentas e noventa e um mil e cem) ações ordinárias, 1.316.440 (um milhão, trezentas e dezesseis mil, quatrocentas e quarenta) ações preferencias Classe A, 1.316.440 (um milhão, trezentas e dezesseis mil, quatrocentas e quarenta) de ações preferenciais Classe B e 658.220 (seiscentos e cinquenta e oito mil, duzentas e vinte) ações preferenciais Classe C, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$10,00, correspondente ao valor patrimonial das ações. As ações emitidas no aumento de capital foram totalmente subscritas nesta mesma data pelos acionistas na proporção de 20% do seu capital social cada.
- (17) Na AGE de 21 de julho de 2017, foi aprovado o aumento do capital social da Super Pagamentos no valor de R\$20.000, passando o capital social dos atuais R\$49.451 para R\$69.451, mediante a emissão de 50.724.086 (cinquenta milhões, setecentos e vinte e quatro mil e oitenta e seis) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, em tudo idênticas às anteriormente existentes, ao preço aproximado de emissão de R\$394,29 por lote de mil ações ao valor patrimonial contábil da Super Pagamentos em 30 de junho de 2017. As ações emitidas foram totalmente subscritas e integralizadas nesta mesma data pela Aymoré CFI.
- (18) Na AGE realizada em 31 de julho de 2017, foram aprovados aumento de capital social pela BW Guirapá I S.A. para as Eólicas: Coqueirinho no valor de R\$3.800, mediante a emissão de 39.561 (trinta e nove mil, quinhentas e sessenta e uma) novas ações ordinárias e para a Tamanduá Mirim no valor de R\$3.100, mediante a emissão de 32.466 (trinta e duas mil, quatrocentas e sessenta e seis) novas ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal.
- (19) Em 31 de agosto de 2017, a Santander Microcrédito foi incorporada pela Santander Corretora de Seguros (Atual denominação Social da Santander Participações S.A.) (Nota 37.d).
- (20) Em 29 de setembro de 2017, a Santander Brasil Advisory foi incorporada pela Santander Corretora de Seguros (Atual denominação Social da Santander Participações S.A.) (Nota 37.d).
- (21) Na AGE realizada em 11 de setembro de 2017, foi aprovado um aumento de capital social no valor de R\$120.000, mediante a emissão de 120.000.000 (cento e vinte milhões) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o capital social de R\$100,00 (cem reais) para R\$120.000. As ações emitidas em razão do aumento do capital foram integralmente subscritas pelo acionista Banco Santander.
- (22) Na AGE realizada em 31 de agosto de 2017, foi aprovado o aumento de capital social no valor de R\$17.652, face a versão do acervo líquido da Santander Microcrédito (Nota 37.d) apurado com base no seu valor contábil na data-base de 30 de junho de 2017, inteiramente destinado à conta de capital social da Santander Corretora de Seguros, passando o capital social dos atuais R\$1.700.000 para R\$1.717.652, mediante a emissão de um total de 51.776 (cinquenta e um mil, setecentos e setenta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal que foram subscritas e integralizadas nesta data pelo Banco Santander, o preço da emissão foi fixado em R\$340,93 por ação, calculado com base nos seus respectivos valores contábeis, na data-base de 30 de junho de 2017.
- (23) Na AGE realizada em 29 de setembro de 2017, foi aprovado o aumento do patrimônio líquido da Santander Corretora de Seguros no valor de R\$12.900, face a versão do acervo líquido da Santander Brasil Advisory apurado com base no seu valor contábil na data-base de 31 de agosto de 2017 (Nota 37.d), sendo que o montante de R\$8.463, foi destinado à conta de capital social da Santander Corretora de Seguros, passando o capital social dos atuais R\$1.717.652 para R\$1.726.115, mediante a emissão de um total de 37.554 (trinta e sete mil, quinhentos e cinquenta e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal que foram subscritas e integralizadas nesta data pelo Banco Santander, o preço da emissão foi fixado em R\$343,50 por ação, calculado com base nos seus respectivos valores contábeis, na data-base de 31 de agosto de 2017.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

16. Imobilizado de Uso

	Custo	Depreciação	Banco	
			30/09/2017 Residual	31/12/2016 Residual
Imóveis de Uso	2.502.281	(662.106)	1.840.175	1.893.845
Terrenos	664.640	-	664.640	668.141
Edificações	1.837.641	(662.106)	1.175.535	1.225.704
Outras Imobilizações de Uso	11.279.873	(7.433.537)	3.846.336	4.149.313
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	3.186.514	(1.749.498)	1.437.016	1.449.269
Sistemas de Processamento de Dados	3.344.167	(2.777.091)	567.076	748.818
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	3.705.946	(2.154.103)	1.551.843	1.624.277
Sistemas de Segurança e Comunicações	753.799	(495.125)	258.674	277.607
Outras	289.447	(257.720)	31.727	49.342
Total	13.782.154	(8.095.643)	5.686.511	6.043.158

	Custo	Depreciação	Consolidado	
			30/09/2017 Residual	31/12/2016 Residual
Imóveis de Uso	2.816.238	(692.598)	2.123.640	2.187.136
Terrenos	698.208	-	698.208	702.032
Edificações	2.118.030	(692.598)	1.425.432	1.485.104
Outras Imobilizações de Uso	13.096.791	(8.160.792)	4.935.999	5.363.607
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	3.883.099	(1.811.390)	2.071.709	2.168.242
Sistemas de Processamento de Dados	3.600.914	(2.858.010)	742.904	958.214
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	3.770.547	(2.195.904)	1.574.643	1.651.786
Sistemas de Segurança e Comunicações	1.524.046	(1.035.503)	488.543	486.797
Outras	318.185	(259.985)	58.200	98.568
Total	15.913.029	(8.853.390)	7.059.639	7.550.743

17. Intangível

	Custo	Amortização	Banco	
			30/09/2017 Líquido	31/12/2016 Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	26.120.037	(25.968.652)	151.385	1.368.177
Outros Ativos Intangíveis	8.860.000	(5.503.504)	3.356.496	2.895.815
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	6.230.807	(4.411.621)	1.819.186	1.633.443
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	2.307.713	(828.627)	1.479.086	1.197.278
Outros	321.480	(263.256)	58.224	65.094
Total	34.980.037	(31.472.156)	3.507.881	4.263.992

	Custo	Amortização	Consolidado	
			30/09/2017 Líquido	31/12/2016 Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	27.459.096	(26.664.040)	795.056	2.173.901
Outros Ativos Intangíveis	9.377.043	(5.838.046)	3.538.997	3.128.640
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	6.672.160	(4.686.619)	1.985.541	1.840.289
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	2.307.713	(828.627)	1.479.086	1.197.278
Outros	397.170	(322.800)	74.370	91.073
Total	36.836.139	(32.502.086)	4.334.053	5.302.541

A base utilizada para o teste de recuperabilidade do ágio na aquisição de sociedades controladas é o valor em uso e, para este efeito, é estimado o fluxo de caixa para um período de 5 anos. O fluxo de caixa foi preparado considerando vários fatores, como: (i) projeções macro-econômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade, conforme demonstrado no quadro abaixo. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente. A estimativa do fluxo de caixa é baseada em avaliação preparada por empresa especializada independente, anualmente ou sempre que houver indícios de redução ao seu valor de recuperação, a qual é revisada e aprovada pela Administração.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Banco Comercial
 31/12/2016

Principais Premissas:

Bases para Determinação do Valor Recuperável	Valor em Uso: Fluxos de Caixa
Período das Projeções dos Fluxos de Caixa ⁽¹⁾	5 Anos
Taxa de Crescimento	8,0%
Taxa de Desconto ⁽²⁾	15,2%

(1) As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da Administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação.

(2) A taxa de desconto é calculada com base no modelo de precificação de ativos de capital (CAPM). A taxa de desconto antes de impostos é de 20,23%.

Baseado nas premissas descritas acima, não foi identificada perda do valor recuperável do ágio.

18. Captação de Recursos e Obrigações por Empréstimos e Repasses
a) Depósitos

					Banco	
					30/09/2017	31/12/2016
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos à Vista	15.911.466	-	-	-	15.911.466	16.016.316
Depósitos de Poupança	38.570.220	-	-	-	38.570.220	36.051.476
Depósitos Interfinanceiros	-	5.479.721	24.466.889	2.848.838	32.795.448	65.097.094
Depósitos a Prazo ^{(1) (2)}	94.976	35.724.609	53.266.079	59.915.164	149.000.828	91.694.767
Total	54.576.662	41.204.330	77.732.968	62.764.002	236.277.962	208.859.653
Circulante					173.513.960	158.705.975
Longo Prazo					62.764.002	50.153.678

					Consolidado	
					30/09/2017	31/12/2016
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos à Vista	15.979.746	-	-	-	15.979.746	16.006.319
Depósitos de Poupança	38.570.220	-	-	-	38.570.220	36.051.476
Depósitos Interfinanceiros ⁽¹⁾	-	777.336	1.472.986	450.229	2.700.551	3.122.438
Depósitos a Prazo ^{(1) (2)}	94.976	35.074.219	53.045.478	58.652.546	146.867.219	90.524.841
Outros Depósitos	158	-	-	-	158	89
Total	54.645.100	35.851.555	54.518.464	59.102.775	204.117.894	145.705.163
Circulante					145.015.119	97.394.726
Longo Prazo					59.102.775	48.310.437

(1) Incluí o valor de R\$218.145 (31/12/2016 - R\$547.556) de Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI, objetos de "hedge" fluxo de caixa (Nota 6.b.V.b).

(2) Consideram os vencimentos estabelecidos nas respectivas aplicações, existe a possibilidade de saque imediato, de forma antecipada ao seu vencimento.

b) Captações no Mercado Aberto

				Banco	
				30/09/2017	31/12/2016
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Carteira Própria	90.858.039	18.587.185	2.162.138	111.607.362	125.213.506
Títulos Públicos	78.036.155	37.411	-	78.073.566	65.419.749
Outros	12.821.884	18.549.774	2.162.138	33.533.796	59.793.757
Carteira de Terceiros	8.456.869	-	-	8.456.869	14.799.595
Carteira de Livre Movimentação	-	4.044.848	30.416.592	34.461.440	31.550.621
Total	99.314.908	22.632.033	32.578.730	154.525.671	171.563.722
Circulante				121.946.941	132.400.766
Longo Prazo				32.578.730	39.162.956

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

				30/09/2017	Consolidado 31/12/2016
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Carteira Própria	83.862.828	18.582.339	2.162.138	104.607.305	123.578.123
Títulos Públicos	71.040.944	37.411	-	71.078.355	64.116.094
Títulos de Emissão Própria	6.968.668	18.464.296	2.149.047	27.582.011	54.125.777
Outros	5.853.216	80.632	13.091	5.946.939	5.336.252
Carteira de Terceiros	2.457.352	-	-	2.457.352	5.794.993
Carteira de Livre Movimentação	-	4.044.848	30.416.592	34.461.440	31.550.621
Total	86.320.180	22.627.187	32.578.730	141.526.097	160.923.737
Circulante				108.947.367	121.760.781
Longo Prazo				32.578.730	39.162.956

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

				30/09/2017	Banco 31/12/2016
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	24.303.123	37.011.830	7.922.360	69.237.313	92.103.855
Letras de Crédito Imobiliário - LCI ⁽¹⁾	8.052.752	14.598.265	4.149.407	26.800.424	23.983.429
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA ⁽²⁾	3.149.197	5.067.885	184.464	8.401.546	6.980.844
Letras Financeiras - LF ⁽³⁾	13.101.174	17.345.680	3.588.489	34.035.343	61.139.582
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	1.555.553	627.438	517.013	2.700.004	7.722.202
Eurobonds	1.555.553	627.438	517.013	2.700.004	7.722.202
Certificados de Operações Estruturadas	152.672	685.910	700.919	1.539.501	1.235.591
Total	26.011.348	38.325.178	9.140.292	73.476.818	101.061.648
Circulante				64.336.526	79.435.491
Longo Prazo				9.140.292	21.626.157

				30/09/2017	Consolidado 31/12/2016
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Recursos de Aceites Cambiais ⁽⁵⁾	245.569	369.298	530.473	1.145.340	1.090.255
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	24.928.584	37.506.489	10.322.881	72.757.954	95.122.026
Letras de Crédito Imobiliário - LCI ⁽¹⁾	8.052.752	14.598.265	4.149.407	26.800.424	23.983.429
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA ⁽²⁾	3.149.197	5.067.885	184.464	8.401.546	6.980.844
Letras Financeiras - LF ^{(3) (4)}	13.726.635	17.840.339	5.989.010	37.555.984	64.157.753
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	1.555.553	627.438	517.013	2.700.004	7.722.202
Eurobonds	1.555.553	627.438	517.013	2.700.004	7.722.202
Certificados de Operações Estruturadas	152.672	685.910	700.919	1.539.501	1.235.591
Total	26.882.378	39.189.135	12.071.286	78.142.799	105.170.074
Circulante				66.071.513	81.262.272
Longo Prazo				12.071.286	23.907.802

(1) Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 30 de setembro de 2017, possuem prazo de vencimento entre 2017 a 2022 (31/12/2016 - com prazo de vencimento entre 2017 a 2026).

(2) Letras de crédito do agronegócio são títulos de renda fixa em que os recursos são destinados ao fomento do agronegócio, indexada entre 86,0% a 94,0% do CDI. Em 30 de setembro de 2017, possuem prazo de vencimento entre 2017 a 2019 (31/12/2016 - com prazo de vencimento entre 2017 a 2018).

(3) As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R\$300 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 30 de setembro de 2017, possuem prazo de vencimento entre 2017 a 2025 (31/12/2016 - com prazo de vencimento entre 2017 a 2025).

(4) Incluí o valor de R\$2.845.310 (31/12/2016 - R\$1.769.348) de Letras Financeiras - LF, objeto de "hedge" fluxo de caixa (Nota 6.b.v.b).

(5) Incluí o valor de R\$710.209 (31/12/2016 - R\$573.596) de Letras de Câmbio - LC, objeto de "hedge" fluxo de caixa (Nota 6.b.v.b).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Eurobonds	Emissão	Vencimento	Moeda	Taxa de Juros (a.a.)	Banco/Consolidado	
					30/09/2017	31/12/2016
					Total	Total
Eurobonds	outubro-16	outubro-17	US\$	2,2%	246.208	249.214
Eurobonds	dezembro-16	dezembro-17	US\$	2,0%	193.206	195.796
Eurobonds	novembro-16	novembro-17	US\$	1,8%	136.557	138.605
Eurobonds	novembro-16	novembro-17	US\$	2,0%	129.057	130.791
Eurobonds	novembro-16	novembro-17	US\$	2,1%	80.594	81.645
Eurobonds	dezembro-16	dezembro-17	US\$	2,3%	27.976	28.313
Eurobonds	dezembro-16	dezembro-17	US\$	1,8%	47.718	48.448
Eurobonds	outubro-16	outubro-17	US\$	1,8%	47.110	47.832
Eurobonds	fevereiro-15	fevereiro-18	US\$	2,2%	38.435	39.727
Eurobonds	outubro-16	outubro-17	EUR	0,4%	40.944	37.507
Eurobonds	julho-15	julho-20	US\$	3,0%	10.133	10.206
Eurobonds	fevereiro-17	fevereiro-18	US\$	2,0%	72.640	-
Eurobonds	fevereiro-17	janeiro-18	US\$	2,3%	53.446	-
Eurobonds	março-17	fevereiro-18	US\$	2,4%	32.102	-
Eurobonds	março-17	março-18	US\$	2,1%	32.051	-
Eurobonds	fevereiro-17	fevereiro-18	US\$	1,8%	20.119	-
Eurobonds	julho-17	julho-18	US\$	1,8%	70.019	-
Eurobonds	julho-17	julho-18	US\$	2,2%	44.552	-
Eurobonds	julho-17	setembro-18	US\$	Zero Coupon	33.544	-
Eurobonds	agosto-17	agosto-18	US\$	1,8%	38.760	-
Eurobonds	setembro-17	julho-24	US\$	10,0%	127.603	-
Eurobonds	setembro-17	julho-24	US\$	6,9%	381.187	-
Eurobonds	junho-17	dezembro-17	US\$	1,6%	159.069	-
Eurobonds	abril-17	outubro-17	EUR	0,2%	187.332	-
Eurobonds	maio-17	maio-18	US\$	2,4%	45.405	-
Eurobonds	fevereiro e setembro-12	fevereiro-17	US\$	4,6%	-	4.116.309
Eurobonds	junho-16	junho-17	US\$	2,0%	-	475.424
Eurobonds	abril-16	abril-17	US\$	2,1%	-	87.887
Eurobonds	abril-16	abril-17	US\$	2,3%	-	23.172
Eurobonds	fevereiro-16	março-17	US\$	2,5%	-	39.940
Eurobonds	setembro-16	março-17	US\$	1,4%	-	50.045
Eurobonds	outubro-16	janeiro-17	US\$	0,9%	-	32.422
Eurobonds	novembro-16	fevereiro-17	US\$	0,9%	-	93.498
Eurobonds	dezembro-16	março-17	US\$	0,9%	-	62.219
Eurobonds	dezembro-16	junho-17	US\$	1,4%	-	62.105
Eurobonds	novembro-16	maio-17	US\$	1,4%	-	34.720
Eurobonds	outubro-16	abril-17	US\$	1,4%	-	30.753
Eurobonds	julho-16	julho-17	US\$	2,0%	-	761.129
Eurobonds	setembro-16	setembro-17	US\$	2,0%	-	195.206
Eurobonds	agosto-16	agosto-17	US\$	2,0%	-	185.533
Eurobonds	setembro-16	setembro-17	US\$	2,1%	-	35.562
Eurobonds	setembro-16	setembro-17	EUR	0,8%	-	20.821
Outros					404.237	407.373
Total					2.700.004	7.722.202

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

d) Despesas de Captação no Mercado

	Banco			
	01/07 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2017	01/07 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2016
Depósitos a Prazo ⁽¹⁾	1.920.404	6.823.241	2.735.726	4.852.609
Depósitos de Poupança	584.189	1.814.894	696.685	2.042.968
Depósitos Interfinanceiros	869.877	4.119.778	2.462.842	6.729.157
Captação no Mercado Aberto	4.542.598	14.046.517	6.035.222	18.152.368
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	2.029.643	6.080.237	3.343.311	14.052.098
Outras	130.798	371.085	239.766	1.001.302
Total	10.077.509	33.255.752	15.513.552	46.830.502

	Consolidado			
	01/07 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2017	01/07 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2016
Depósitos a Prazo ⁽¹⁾	1.907.034	6.772.842	2.709.614	4.774.946
Depósitos de Poupança	584.189	1.814.894	696.685	2.042.968
Depósitos Interfinanceiros	73.659	223.867	103.683	307.121
Captação no Mercado Aberto	4.254.377	13.126.120	5.320.924	16.222.017
Atualização e Juros de Provisões de Previdência e de Capitalização	27.459	86.241	32.973	96.714
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	2.133.162	6.412.320	3.502.018	14.516.457
Outras	131.510	373.009	240.407	1.003.840
Total	9.111.390	28.809.293	12.606.304	38.964.063

(1) No Banco e no Consolidado, no trimestre findo em 30 de setembro de 2017, inclui o registro de juros no valor de R\$122.341 (2016 - R\$123.966) e no acumulado do período de R\$368.710 (2016 - R\$376.452), referente a emissão de Instrumento de Dívida Elegível a Capital Nível I e II (Nota 21).

e) Obrigações por Empréstimos e Repasses

	Banco				
				30/09/2017	31/12/2016
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Obrigações por Empréstimos no Exterior	10.744.588	15.638.105	676.905	27.059.598	31.477.516
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	8.179.689	14.414.879	138.025	22.732.593	14.556.516
Outras Linhas de Crédito ⁽¹⁾	2.564.899	1.223.226	538.880	4.327.005	16.921.000
Obrigações por Repasses do País	1.269.989	4.791.400	10.872.486	16.933.875	16.802.645
Total	12.014.577	20.429.505	11.549.391	43.993.473	48.280.161
Circulante				32.444.082	34.820.450
Longo Prazo				11.549.391	13.459.711

	Consolidado				
				30/09/2017	31/12/2016
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Obrigações por Empréstimos no País	8.956	26.868	449.589	485.413	445.900
Obrigações por Empréstimos no Exterior	9.435.063	15.638.105	676.905	25.750.073	30.154.117
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	8.179.689	14.414.879	138.025	22.732.593	13.233.117
Outras Linhas de Crédito ⁽¹⁾	1.255.374	1.223.226	538.880	3.017.480	16.921.000
Obrigações por Repasses do País	1.269.989	4.791.400	10.872.486	16.933.875	16.802.645
Total	10.714.008	20.456.373	11.998.980	43.169.361	47.402.662
Circulante				31.170.381	33.538.718
Longo Prazo				11.998.980	13.863.944

(1) Em 31 de dezembro de 2016, inclui R\$816.759, de obrigações objeto de "hedge" risco de mercado (Nota 6.b.V.a) e o valor de R\$1.332.972 de obrigações objeto de "hedge" de fluxo de caixa (Nota 6.b.V.b).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

No Banco e no Consolidado, as linhas de financiamento à exportação e importação são recursos captados junto a instituições financeiras no exterior, destinados à aplicação em operações comerciais de câmbio, relativas a desconto de letras de exportação e pré-financiamento à exportação e importação, cujos vencimentos vão até o ano de 2022 (31/12/2016 - até o ano de 2019) e estão sujeitas a encargos financeiros, correspondentes à variação cambial acrescida de juros que variam de 0,6% a.a. a 14,3% a.a. (31/12/2016 - 0,6% a.a. a 32,4% a.a.).

As obrigações por repasses do país - instituições oficiais têm incidência de encargos financeiros correspondentes a TJLP, variação cambial da cesta de moedas do BNDES ou a variação cambial do Dólar americano, acrescidos de juros, de acordo com as políticas operacionais do Sistema BNDES.

19. Fiscais e Previdenciárias

	30/09/2017	Banco 31/12/2016	30/09/2017	Consolidado 31/12/2016
Passivos Tributários Diferidos	2.912.013	1.809.299	3.491.147	2.265.591
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	118.809	-	701.469	33.113
Impostos e Contribuições a Pagar	812.700	1.064.799	992.234	1.404.210
Total	3.843.522	2.874.098	5.184.850	3.702.914
Circulante	1.613.051	1.891.028	2.560.655	2.442.614
Longo Prazo	2.230.471	983.070	2.624.195	1.260.300

a) Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos

	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realização	Banco Saldo em 30/09/2017
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	965.750	-	(35.474)	930.276
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	836.197	1.081.819	-	1.918.016
Superveniência de Arrendamento Mercantil	6.777	-	(213)	6.564
Outros	575	56.582	-	57.157
Total	1.809.299	1.138.401	(35.687)	2.912.013

	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Realização	Banco Saldo em 30/09/2016
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	999.137	-	(43.820)	955.317
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	61.270	781.525	-	842.795
Superveniência de Arrendamento Mercantil	7.188	-	(361)	6.827
Outros	25.364	-	(24.789)	575
Total	1.092.959	781.525	(68.970)	1.805.514

	Saldo em 31/12/2016	Mudança no Escopo de Consolidação (Nota 15)	Constituição	Realização	Consolidado Saldo em 30/09/2017
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	969.321	-	42.640	(35.908)	976.053
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	892.971	-	1.177.613	(992)	2.069.592
Superveniência de Arrendamento Mercantil	385.127	-	-	(39.133)	345.994
Outros	18.172	(824)	82.248	(88)	99.508
Total	2.265.591	(824)	1.302.501	(76.121)	3.491.147

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Saldo em 31/12/2015	Mudança no Escopo de Consolidação (Nota 15)	Constituição	Realização	Consolidado Saldo em 30/09/2016
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	1.057.929	-	57.674	(100.041)	1.015.562
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	65.740	-	804.622	(1.598)	868.764
Superveniência de Arrendamento Mercantil	485.278	800	1.277	(79.519)	407.836
Outros	33.872	-	4.444	(25.100)	13.216
Total	1.642.819	800	868.017	(206.258)	2.305.378

(1) Inclui IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

b) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Tributários Diferidos

Ano	Diferenças Temporárias			Banco 30/09/2017
	IRPJ	CSLL	PIS/Cofins	Total
2017	85.676	68.103	16.606	170.385
2018	342.705	272.413	66.425	681.543
2019	326.867	194.808	63.336	585.011
2020	283.922	169.349	54.067	507.338
2021	250.981	150.568	47.962	449.511
2022 a 2024	281.280	168.709	51.878	501.867
2025 a 2026	10.225	6.133	-	16.358
Total	1.581.656	1.030.083	300.274	2.912.013

Ano	Diferenças Temporárias			Consolidado 30/09/2017
	IRPJ	CSLL	PIS/Cofins	Total
2017	176.219	92.026	17.141	285.386
2018	434.886	288.482	68.566	791.934
2019	390.977	206.944	65.476	663.397
2020	347.438	181.192	56.208	584.838
2021	310.998	160.505	50.102	521.605
2022 a 2024	388.821	180.977	55.624	625.422
2025 a 2026	11.364	6.599	-	17.963
2027	427	175	-	602
Total	2.061.130	1.116.900	313.117	3.491.147

20. Dívidas Subordinadas

Estão representadas por títulos emitidos de acordo com as normas do Bacen. Para a apuração dos limites operacionais, estes integram o Nível II do Patrimônio de Referência (PR) de acordo com a natureza e proporcionalidade definidas nas Resoluções CMN 4.192 de 1 de março de 2013 e alterações pela Resolução CMN 4.278 de 31 de outubro de 2013.

CDB Subordinado	Emissão	Vencimento ⁽¹⁾	Valor de Emissão (em Milhões)	Taxa de Juros (a.a.)	Banco/Consolidado	
					30/09/2017	31/12/2016
CDB Subordinado	maio-08	maio-15 a maio-18	R\$283	CDI ⁽²⁾	107.372	98.378
CDB Subordinado	maio-08 a junho-08	maio-15 a junho-18	R\$268	IPCA ⁽³⁾	398.018	367.868
Total					505.390	466.246
Circulante					505.390	-
Longo Prazo					-	466.246

(1) CDBs subordinados possuem remuneração paga ao final do prazo juntamente com o principal.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

(2) Indexado entre 100% e 112% do CDI.

(3) Indexado ao IPCA, acrescido de juros de 8,3% a.a. a 8,4% a.a.

21. Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Os detalhes do saldo do item Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital referente a emissão de instrumentos de capital para compor o Nível I e Nível II do PR devido ao Plano de Otimização do Capital, são os seguintes:

Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão (em Milhões)	Taxa de Juros (a.a.) ⁽³⁾	Banco/Consolidado	
					30/09/2017	31/12/2016
					Total	Total
Nível I ⁽¹⁾	janeiro-14	Sem Prazo (Perpétuo)	R\$3.000	7,375%	4.010.866	4.127.184
Nível II ⁽²⁾	janeiro-14	janeiro-24	R\$3.000	6,000%	4.000.031	4.187.615
Total					8.010.897	8.314.799
Circulante					67.990	114.104
Longo Prazo					7.942.907	8.200.695

(1) Juros pagos trimestralmente a partir de 29 de abril de 2014.

(2) Juros pagos semestralmente a partir de 29 de julho de 2014.

(3) A taxa efetiva de juros, considerando o Imposto de Renda na Fonte assumido pelo emissor, é de 8,676% e 7,059% para os instrumentos Nível I e Nível II, respectivamente.

22. Outras Obrigações - Diversas

	Banco		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Provisão Técnica para Operações de Previdência e de Capitalização	-	-	1.815.751	1.681.252
Obrigações com Cartões de Crédito (Nota 12)	16.985.230	24.446.860	26.774.577	24.651.578
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 23.b) ⁽²⁾	4.689.480	4.522.224	7.378.645	7.080.310
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 23.b)	5.451.778	4.653.511	5.923.220	5.014.004
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	279.547	-	279.547	-
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 35)	3.623.673	2.696.848	3.634.230	2.710.626
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	20.786	22.588	20.786	22.588
Provisão para Riscos Fiscais - Responsabilidade de Ex-Controladores (Nota 23.i) ⁽²⁾	611.968	719.574	692.807	810.383
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Responsabilidade de Ex-Controladores (Nota 23.i)	8.509	4.542	8.509	4.542
Provisão para Pagamentos a Efetuar				
Despesas de Pessoal	1.686.648	1.432.366	1.817.906	1.564.155
Despesas Administrativas	411.326	301.877	521.672	422.133
Outros Pagamentos	55.300	35.135	202.345	159.652
Credores por Recursos a Liberar	619.832	482.091	619.832	482.091
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento	404.992	460.432	404.992	460.432
Fornecedores	418.259	290.281	1.053.043	922.082
Outras ⁽¹⁾	3.702.418	3.365.507	6.475.907	6.433.165
Total	38.969.746	43.433.836	57.623.769	52.418.993
Circulante	24.451.460	32.547.860	39.136.903	38.143.523
Longo Prazo	14.518.286	10.885.976	18.486.866	14.275.470

(1) No Consolidado, inclui a obrigação referente à transferência da Carteira do Fundo Garantidor de Benefícios (FGB) da sociedade Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. para a Evidence, os ativos e reservas da referida Carteira passaram a ser geridos pela Evidence a partir de 2 de fevereiro de 2015.

(2) Conforme Carta Circular Bacen 3.782/2016, a rubrica provisões para riscos fiscais foi reclassificada de obrigação fiscais e previdenciárias para outras obrigações - diversas.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

A provisão para cobertura das perdas associadas às garantias financeiras prestadas são fundamentadas nas análises das operações de acordo com a tipologia da obrigação prestada, na experiência passada, expectativas futuras e na política de avaliação de risco da administração. São revisadas periodicamente, conforme estabelecido pela Resolução CMN 4.512/2016.

Tipo de Garantia Financeira	Banco/Consolidado 30/09/2017	
	Saldo Garantias Prestadas	Provisão
Vinculadas ao Comércio Internacional de Mercadorias	273.409	7.987
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	3.145.591	13.319
Vinculadas ao Fornecimento de Mercadorias	1.551.950	4.193
Vinculadas à Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários por Oferta Pública	3.173.337	-
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	11.406.650	104.827
Outros Avais	1.470	7
Outras Fianças Bancárias	15.802.301	132.175
Outras Garantias Financeiras Prestadas	2.369.244	17.039
Total	37.723.952	279.547

Movimentação da Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

	Banco/Consolidado	
	01/07 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2017
Saldo Inicial (Registrado em Lucros Acumulados Líquidos dos Efeitos Tributários - Adoção Inicial - Resolução CMN 4.512)	277.289	325.957
Constituição (Nota 31)	42.780	133.956
Reversão ⁽¹⁾ (Nota 31)	(40.522)	(180.366)
Saldo Final	279.547	279.547

(1) Corresponde a fiança honrada, mudança de rating e provisão constituída na linha de provisão para devedores duvidosos.

23. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias
a) Ativos Contingentes

No Banco e no Consolidado, em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.q).

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	Banco		Consolidado	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 22)	4.689.480	4.522.224	7.378.645	7.080.310
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 22)	5.451.778	4.653.511	5.923.220	5.014.004
Ações Trabalhistas	3.481.131	2.988.869	3.682.898	3.146.383
Ações Cíveis	1.970.647	1.664.642	2.240.322	1.867.621
Total	10.141.258	9.175.735	13.301.865	12.094.314

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 30/09/2017			Banco 01/01 a 30/09/2016		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	4.522.224	2.988.869	1.664.642	4.475.644	2.422.387	1.838.658
Constituição Líquida de Reversão ⁽¹⁾	(36.194)	801.921	539.595	(81.897)	829.850	512.957
Atualização Monetária	199.370	444.160	138.143	291.307	220.249	126.443
Baixas por Pagamento	(9.226)	(795.885)	(360.716)	(209.874)	(884.564)	(432.129)
Outros	13.306	42.066	(11.017)	-	(596)	-
Saldo Final	4.689.480	3.481.131	1.970.647	4.475.180	2.587.326	2.045.929
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	1.313.130	563.130	457.258	2.015.588	312.959	398.524
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	20.455	15.550	1.131	25.132	6.000	7.293
Total dos Depósitos em Garantia ⁽²⁾	1.333.585	578.680	458.389	2.040.720	318.959	405.817

	01/01 a 30/09/2017			Consolidado 01/01 a 30/09/2016		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	7.080.310	3.146.383	1.867.621	6.973.763	2.505.553	2.008.716
Constituição Líquida de Reversão ⁽¹⁾	(17.069)	851.393	684.493	(170.784)	873.009	600.828
Atualização Monetária	327.729	464.627	158.662	437.568	229.120	141.134
Baixas por Pagamento	(12.993)	(821.267)	(457.880)	(210.667)	(916.748)	(539.264)
Mudança no Escopo de Consolidação/Aquisição/Incorporação e Reclassificações de Participações Societárias (Nota 15)	(12.638)	(525)	-	-	3.934	6.604
Outros	13.306	42.287	(12.574)	2.586	(782)	2.641
Saldo Final	7.378.645	3.682.898	2.240.322	7.032.466	2.694.086	2.220.659
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	2.687.885	588.291	474.405	3.542.557	321.047	404.535
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	20.483	15.550	1.156	26.364	6.000	7.315
Total dos Depósitos em Garantia ⁽²⁾	2.708.368	603.841	475.561	3.568.921	327.047	411.850

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras receitas operacionais e outras despesas operacionais e IR e CSLL.

(2) Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão de contingência e não contemplam os depósitos em garantia, relativos as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

d) Provisões Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

O Banco Santander e suas controladas são parte integrantes em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

Em agosto de 2017, o Banco e empresas controladas aderiram ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários e previdenciários instituído pela MP 783/2017 e reedições.

A adesão ao programa incluiu processos administrativos relacionados a IRPJ, CSLL e Contribuições Previdenciárias referentes aos períodos base de 1999 a 2005, no total de R\$534.001, após os benefícios do programa de parcelamento, sendo R\$191.897 com pagamento em agosto de 2017 e R\$342.104 até 31 de janeiro de 2018. Como consequência da adesão ao programa, foram registradas despesas no resultado do período no montante de R\$325.834 no Banco e R\$333.996 no Consolidado, após os efeitos tributários.

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias encontram-se descritos a seguir:

PIS e Cofins - R\$R\$1.755.910 no Banco e R\$3.475.989 no Consolidado (31/12/2016 - R\$1.669.219 no Banco e R\$3.303.368 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas ajuizaram medidas judiciais visando afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas e não apenas sobre aquelas decorrentes de prestação de serviços e venda de mercadorias. Em relação ao processo do Banco Santander, em 23 de abril de 2015, foi publicada decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) admitindo o Recurso Extraordinário interposto pela União referente ao PIS e negando o seguimento ao Recurso Extraordinário do Ministério Público Federal referente à Cofins. Ambos recorreram desta decisão, sem qualquer sucesso, de modo que o pleito referente à Cofins está definido, prevalecendo a sentença do Tribunal Regional Federal da 4ª Região de agosto de 2007, favorável ao Banco Santander. Seguem pendentes de julgamento definitivo pelo STF a exigibilidade do PIS do Banco Santander, bem como a exigibilidade do PIS e da Cofins das demais empresas controladas.

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$362.196 no Banco e R\$1.050.366 no Consolidado (31/12/2016 - R\$345.202 no Banco e R\$948.968 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas ajuizaram ações judiciais visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela MP 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

O Banco Santander e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.

Os principais temas discutidos nesses processos são:

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - R\$670.315 no Banco e R\$685.419 no Consolidado (31/12/2016 - R\$607.882 no Banco e R\$621.586 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços.

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - R\$262.472 no Banco e R\$262.480 no Consolidado (31/12/2016 - R\$259.845 no Banco e R\$266.391 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes - R\$710.099 (31/12/2016 - R\$689.987) no Banco e Consolidado: em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração na Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto no Banco Santander Brasil S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, ocorridos durante os anos de 2000, 2001 e 2002. Em junho de 2015, as defesas foram apreciadas com decisões desfavoráveis na esfera administrativa (CARF). Em 3 de julho de 2015, Banco e Produban Serviços de Informática S.A. (atual denominação da Santander DTVM) impetraram ação judicial visando anular ambos os débitos fiscais, que no período findo em 30 de setembro de 2017 totalizaram R\$1.423 milhões. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, foi constituída provisão para fazer face à perda considerada provável na ação judicial.

f) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados à benefícios de aposentadoria.

Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência e de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

g) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

Ações de Caráter Indenizatório - referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Planos Econômicos - ações de cobrança com avaliação coletiva, relativas aos expurgos inflacionários em caderneta de poupança decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II). Referem-se a discussões judiciais promovidas pelos detentores de cadernetas de poupança, questionando o rendimento creditado pelo Banco Santander em razão da instituição de tais planos por entenderem que as modificações legislativas violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários. As ações são provisionadas com base na média histórica de perdas dos processos encerrados.

As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos. O Banco Santander, também, é parte em ações cíveis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. Nesses casos, a constituição de provisão é feita somente após o trânsito em julgado dessas ações, tendo como base os pedidos de execução individual. A jurisprudência do Superior Tribunal da Justiça (STJ) por enquanto é contrária aos Bancos. A questão está ainda sob análise no STF, tendo sido determinada a suspensão de todos os recursos, com exclusão dos processos que ainda não tenham sentença ou em fase de execução definitiva. Entretanto, o julgamento desta questão está paralisado no STF por falta de quórum, considerando que alguns dos seus Ministros se declararam impedidos para julgar a matéria e, por isso, é provável que o julgamento continue paralisado por vários anos ainda. Existe jurisprudência no STF favorável aos Bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tablita).

Contudo, a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre a constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o STJ decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos, mas essa decisão ainda não transitou em julgado. Desta forma, com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, serão julgadas improcedentes, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

h) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R\$18.760 milhões, sendo os principais processos os seguintes:

Perdas em Operações de Crédito - o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 30 de setembro de 2017, o valor relacionado a essa discussão é de aproximadamente R\$431 milhões.

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - o Banco e as empresas controladas estão envolvidas em processos judiciais e administrativos contra as autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 30 de setembro de 2017, os valores relacionados a esses processos totalizavam aproximadamente R\$3.882 milhões.

IRPJ e CSLL - Ganho de Capital - a Secretaria da Receita Federal do Brasil emitiu um auto de infração contra a Santander Seguros (sucessora legal da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao exercício fiscal de 2005. A Receita Federal do Brasil alega que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e da Real Vida e Previdência S.A pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34,0% ao invés de 15,0%. O lançamento foi contestado administrativamente com base no entendimento que o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. O processo administrativo está aguardando julgamento. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 30 de setembro de 2017, o valor relacionado a esse processo era de aproximadamente R\$289 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Real - a Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra o Banco para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes ao período-base de 2009. As Autoridades Fiscais consideraram que o ágio referente à aquisição do Banco Real, amortizado contabilmente antes da sua incorporação, não poderia ser deduzido pelo Banco Santander para fins fiscais. O auto de infração foi devidamente impugnado. Em 14 de julho de 2015, a Delegacia da RFB de Julgamento decidiu favoravelmente ao Banco Santander, o que ensejou a interposição de Recurso (de ofício) por parte da Fazenda. Em 10 de novembro de 2016 o recurso foi provido, ensejando por parte do Banco a interposição de recurso junto ao CARF, o qual aguarda julgamento. Em 30 de setembro de 2017, o valor era de aproximadamente R\$1.318 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Sudameris - as autoridades fiscais lavraram autos de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris, referentes ao período base de 2007 à 2012. O Banco Santander apresentou as respectivas defesas administrativas, as quais estão pendentes de decisão. Em 30 de setembro de 2017, o valor era de aproximadamente R\$601 milhões.

Compensação Não Homologada - o Banco e suas coligadas discutem administrativa e judicialmente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 30 de setembro de 2017, o valor era de aproximadamente R\$2.216 milhões no Consolidado.

As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R\$22 milhões, excluindo os processos abaixo:

Gratificação Semestral ou PLR - ação na esfera trabalhista referente ao pagamento de gratificação semestral ou, alternativamente, PLR aos empregados aposentados do extinto Banco do Estado de São Paulo S.A. - Banespa, admitidos até 22 de maio de 1975, movida por Associação de Aposentados do Banespa. A ação foi julgada pelo Tribunal Superior do Trabalho contra o Banco. O Banco ingressou com os recursos cabíveis no STF que por decisão monocrática indeferiu o apelo do Banco, mantendo a condenação do Tribunal Superior do Trabalho. O Banco ingressou com o Agravo Regimental no STF. O Agravo Regimental é um apelo interno apresentado no STF requerendo que a decisão monocrática seja substituída por uma decisão de cinco ministros. A 1ª Turma do STF deu provimento ao Agravo Regimental do Banco e negou seguimento ao da Afabesp. As matérias do Recurso Extraordinário do Banco seguirão agora para o Pleno do STF para decisão sobre repercussão geral e julgamento. O valor envolvido não é divulgado em razão da atual fase processual do caso e de potencialmente poder afetar o andamento da ação.

Reajuste das Complementações de Aposentadoria do Banesprev pelo IGPD - ação ajuizada em 2002 na Justiça Federal pela Associação de Funcionários Aposentados do Banco do Estado de São Paulo requerendo o reajuste da complementação de aposentadoria pelo IGPD para aposentados do Banespa que tenham sido admitidos até 22 de maio de 1975. A sentença deferiu a correção mas apenas nos períodos em que não houve a aplicação de nenhuma outra forma de reajuste. O Banco e o Banesprev recorreram dessa decisão e embora os recursos ainda não tenham sido julgados, o índice de êxito do Banco com relação a esse tema nos Tribunais Superiores é de cerca de 90%. Em Execução Provisória foram apresentados cálculos pelo Banco e Banesprev com resultado “zero” em razão da exclusão de participantes que, entre outros motivos, constam como autores em outras ações ou já tiveram algum tipo de reajuste. O valor envolvido não é divulgado em razão da atual fase processual do caso e de potencialmente poder afetar o andamento da ação.

Os passivos relacionados a ações cíveis com risco de perda possível totalizaram R\$1.300 milhões, sendo os principais processos os seguintes:

Ação Indenizatória Oriunda do Banco Bandepe - relacionada a contrato de mútuo em fase de recurso pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Ação Indenizatória Referente à de Serviços de Custódia - prestados pelo Banco Santander em fase inicial e ainda sem sentença proferida.

Ação Oriunda de Disputa Contratual - na aquisição do Banco Geral do Comércio S.A. em fase de recurso pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

i) Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Controladores

Referem-se a ações de naturezas fiscais, trabalhistas e cíveis, nos montantes de R\$611.968, R\$1.812 e R\$6.697 (31/12/2016 - R\$719.574, R\$712 e R\$3.830) no Banco e R\$692.807, R\$1.812 e R\$6.697 (31/12/2016 - R\$810.383, R\$712 e R\$3.830) no Consolidado, respectivamente, registrados em outras obrigações - diversas (Nota 22) de responsabilidade dos ex-controladores de Bancos e empresas adquiridas. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-controladores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros créditos - diversos (Nota 12).

24. Patrimônio Líquido
a) Capital Social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 9.090.909.090 (nove bilhões, noventa milhões, novecentos e nove mil e noventa) ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação dos acionistas.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas, escriturais, sem valor nominal.

	Em Milhares de Ações					
	30/09/2017			31/12/2016		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	69.613	95.126	164.739	67.497	92.949	160.446
De Domiciliados no Exterior	3.749.082	3.584.710	7.333.792	3.783.474	3.619.163	7.402.637
Total	3.818.695	3.679.836	7.498.531	3.850.971	3.712.112	7.563.083
(-) Ações em Tesouraria	(1.838)	(1.838)	(3.676)	(25.786)	(25.786)	(51.572)
Total em Circulação	3.816.857	3.677.998	7.494.855	3.825.185	3.686.326	7.511.511

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Os dividendos foram e continuarão a ser calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

	30/09/2017			
	Em Milhares de Reais	Reais por Milhares de Ações/Units		Units
		Ordinárias	Preferenciais	
Juros sobre o Capital Próprio ^{(1) (4)}	500.000	63,3780	69,7158	133,0938
Juros sobre o Capital Próprio ^{(2) (5)}	500.000	63,5280	69,8808	133,4088
Juros sobre o Capital Próprio ^{(3) (6)}	500.000	63,5917	69,9509	133,5427
Total	1.500.000			

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em abril de 2017, ordinárias - R\$53,8713, preferenciais - R\$59,2584 e Units - R\$113,1297 líquidos de impostos.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em julho de 2017, ordinárias - R\$53,9988, preferenciais - R\$59,3987 e Units - R\$113,3975 líquidos de impostos.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em setembro de 2017, ordinárias - R\$54,0530, preferenciais - R\$59,4583 e Units - R\$113,5113 líquidos de impostos.

(4) O valor dos juros sobre capital próprio serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios referente ao exercício de 2017 e foram pagos a partir de 26 de maio de 2017, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(5) O valor dos juros sobre capital próprio serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios referente ao exercício de 2017 e foram pagos a partir de 25 de agosto de 2017, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(6) O valor dos juros sobre capital próprio serão imputados integralmente aos dividendos obrigatórios referente ao exercício de 2017 e serão pagos a partir de 26 de outubro de 2017, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

		30/09/2016		
	Em Milhares	Reais por Milhares de Ações/Units		
	de Reais	Ordinárias	Preferenciais	Units
Juros sobre o Capital Próprio ^{(1) (2)}	500.000	63,4290	69,7719	133,2009
Total	500.000			

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em junho de 2016, ordinárias - R\$53,9146, preferenciais - R\$59,3061 e Units - R\$113,2207 líquidos de impostos.

(2) O valor dos juros sobre capital próprio foram imputados integralmente aos dividendos obrigatórios referente ao exercício de 2016 e foram pagos a partir de 26 de agosto de 2016, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

c) Reservas

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas de Capital

As reservas de capital do Banco são compostas de: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

Reserva para Equalização de Dividendos

Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

d) Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 3 de novembro de 2016, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou em 3 de novembro de 2016, programa de recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrangerá a aquisição de até 38.402.972 Units, representativas de 38.402.972 ações ordinárias e 38.402.972 ações preferenciais, que correspondiam, em 30 de setembro de 2016, a aproximadamente 1,02% do capital social do Banco. Em 30 de setembro de 2016, o Banco Santander possuía 384.029.725 ações ordinárias e 411.834.140 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 365 dias contados a partir de 4 de novembro de 2016, encerrando-se em 3 de novembro de 2017.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Banco/Consolidado		
	Em Milhares de Ações		
	30/09/2017	31/12/2016	
	Quantidade	Quantidade	
	Units	Units	ADRs
Ações em Tesouraria no Início do Período	25.786	7.080	13.138
Cancelamento ^{(1) (2)}	(32.276)	13.138	(13.138)
Aquisições de Ações	12.768	14.284	-
Alienações - Remuneração Baseado em Ações	(4.440)	(8.716)	-
Ações em Tesouraria no Final do Período	1.838	25.786	-
Sub-Total de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 26.158	R\$ 513.889	-
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R\$ 182	R\$ 145	-
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$ 26.340	R\$ 514.034	-
Custo/Valor de Mercado	Units	Units	ADRs
Custo Mínimo	R\$ 7,55	R\$ 7,55	US\$ 4,37
Custo Médio Ponderado	R\$ 25,62	R\$ 19,93	US\$ 6,17
Custo Máximo	R\$ 32,29	R\$ 26,81	US\$ 10,21
Valor de Mercado	R\$ 27,64	R\$ 28,32	US\$ 8,58

(1) Em janeiro de 2016, ocorreu a transformação do total de ADR's que estavam em tesouraria para UNIT's.

(2) Na AGE realizada em 18 de setembro de 2017, foi aprovado o cancelamento das 64.551.366 ações (equivalente a 32.276 mil Units) mantidas em tesouraria em contrapartida a Reservas de Capital e Reservas de Lucros, que representavam a totalidade das ações em tesouraria registradas no livro de registro de ações nominativas naquela data, sem redução do capital social, e conseqüente alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social, a fim de refletir as novas quantidades de ações ordinárias e preferenciais, nominativas e sem valor nominal representativas do capital social do Banco Santander.

Adicionalmente, no período findo em 30 de setembro de 2017, foram negociadas ações em tesouraria que resultaram num ganho de R\$273 (2016 - R\$1.037), registrado diretamente no patrimônio líquido em reservas de capital.

e) Patrimônio Líquido Consolidado - Resultados não Realizados

O patrimônio líquido consolidado está impactado, principalmente, por resultados não realizados/registrados de R\$2.579 (31/12/2016 - R\$16.947). No terceiro trimestre de 2017, foram registrados/realizados resultados no valor de R\$29.586 (2016 - R\$1.499) e no acumulado do período o valor de R\$33.856 (2016 - R\$6.384). Em 2016, inclui valores referente à negociação com terceiros das NTN-C e parte das NTN-F, relacionados à operação de venda realizada pelo Banco Santander à Santander Leasing (Nota 6.a III) registrada, anteriormente, como resultados não realizados no ano de 2012 no valor de R\$514.532.

f) Participação dos Acionistas Minoritários

	Patrimônio Líquido				Resultado	
			01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2016
Banco RCI Brasil S.A. (Nota 15)	634.057	797.963	(34.986)	(82.292)	(10.337)	2.126
Santander Leasing (Nota 15)	466	441	(7)	(20)	(7)	(21)
Getnet S.A. (Nota 15)	199.936	168.863	(13.353)	(36.593)	1.345	(10.236)
Santander Brasil Advisory (Nota 15)	-	529	-	-	(9)	(27)
BW Guirapá I S.A. (Nota 15)	67.850	68.691	419	805	(7.979)	(7.979)
Olé Consignado (Nota 15)	295.342	270.425	(12.759)	(26.194)	(4.055)	(543)
Banco PSA (Nota 15)	151.274	138.057	(5.047)	(13.217)	(580)	(580)
Santander Serviços (Nota 15)	253.155	313.391	(26.625)	(79.628)	(31.218)	(62.139)
FI Direitos Creditórios RCI Brasil I (Nota 2)	344.197	468.656	(11.346)	(37.775)	(31.737)	(63.500)
FI RN Brasil - Financiamento de Veículos (Nota 2)	301.949	298.434	(4.219)	(24.658)	-	-
Outros	19.335	296	(2.013)	(708)	947	1.110
Total	2.267.561	2.525.746	(109.936)	(300.280)	(83.630)	(141.789)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

25. Limites Operacionais

Em julho de 2008, entraram em vigor as regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia II. No ano de 2013 foi emitido um conjunto de Resoluções e Circulares, alinhados com as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia. Estas regras, representadas pelas Resoluções CMN 4.192 e 4.193 entraram em vigor em outubro de 2013 e estabelecem o modelo para apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal. Estas Resoluções determinam que a composição do PR seja feita através do patrimônio líquido, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital.

Conforme estabelecido na Resolução CMN 4.193/2013, a exigência para o PR em 2016 foi de 10,5%, composto de 9,875% de Mínimo de Patrimônio de Referência mais 0,625% de Adicional de Conservação de Capital. Considerando este adicional, o PR Nível I aumentou para 6,625% e o Capital Principal Mínimo para 5,125%.

Para o ano base 2017, a exigência de PR permanece em 10,5%, incluindo 9,25% de Mínimo de Patrimônio de Referência e mais 1,25% de Adicional de Conservação de Capital. O PR Nível I atinge 7,25% e o Capital Principal Mínimo 5,75%.

Em continuidade a adoção das regras estabelecidas pela Resolução CMN 4.192/2013, a partir de janeiro de 2015, entrou em vigor o Consolidado Prudencial, definido pela Resolução CMN 4.280/2013.

O índice é calculado de forma consolidada com base nas informações do Consolidado Prudencial, conforme demonstrado a seguir:

	30/09/2017	31/12/2016
Patrimônio de Referência Nível I	60.427.697	56.264.021
Capital Principal	56.416.831	52.136.837
Capital Complementar	4.010.866	4.127.184
Patrimônio de Referência Nível II	4.000.031	4.280.864
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	64.427.728	60.544.885
Risco de Crédito ⁽¹⁾	328.971.718	317.062.725
Risco de Mercado ⁽²⁾	36.751.339	24.188.620
Risco Operacional	32.579.126	30.086.072
Total de RWA ⁽³⁾	398.302.183	371.337.417
Índice de Basileia Nível I	15,17	15,15
Índice de Basileia Capital Principal	14,16	14,04
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	16,18	16,30

(1) As exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD) são baseados nos procedimentos estabelecidos pela Circular Bacen 3.644, de 4 de março de 2013 e suas complementações posteriores através das redações da Circular Bacen 3.174 de 20 de agosto de 2014 e Circular Bacen 3.770 de 29 de outubro de 2015.

(2) Inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas as variações de taxas dos cupons de moeda estrangeira (RWAjur2), índices de preços (RWAjur3) e taxa de juros (RWAjur1/RWAjur4), do preço de mercadorias "commodities" (RWAcom), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (RWAacs) e parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas a variação cambial (RWAcam).

(3) Risk Weighted Assets ou ativo ponderado pelo risco.

O Banco Santander, divulga trimestralmente o Relatório de Gerenciamento de Riscos com informações referentes à gestão de riscos, gestão de capital, PR e RWA. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do Patrimônio de Referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do Patrimônio de Referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. O Banco Santander encontra-se enquadrado nos requerimentos estabelecidos.

26. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

A Reunião do Conselho de Administração do Banco realizada em 28 de março de 2017 aprovou, conforme recomendação favorável do Comitê de Remuneração, a proposta de remuneração máxima global para os Administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) para o exercício de 2017, no montante de até R\$300.000, abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações e demais benefícios. A proposta foi objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 28 de abril de 2017.

a.1) Benefícios de Longo Prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas do Grupo Santander no mundo, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas (Nota 35.f).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

a.2) Benefícios de Curto Prazo

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	01/07 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2017	01/07 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2016
Remuneração Fixa	19.013	61.759	25.245	65.388
Remuneração Variável	30.734	106.338	9.901	64.595
Outras	3.141	9.759	3.269	10.972
Total Benefícios de Curto Prazo	52.888	177.856	38.415	140.955
Remuneração Baseada em Ações	785	2.391	-	-
Total Benefícios de Longo Prazo	785	2.391	-	-
Total ⁽¹⁾	53.673	180.247	38.415	140.955

(1) Refere-se ao montante pago pelo Banco Santander e suas controladas aos seus Administradores pelos cargos que ocupam no Banco Santander e demais empresas do Conglomerado Santander.

Adicionalmente, no terceiro trimestre de 2017, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da Administração no montante de R\$9.300 (2016 - R\$8.006) e no acumulado do período o valor de R\$24.649 (2016 - R\$22.061).

b) Rescisão do Contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

c) Operações de Crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

I - diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;

II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital do Banco Santander, com mais de 10%;

III - pessoas jurídicas, cujo capital o Banco Santander participe com mais de 10%; e

IV - pessoas jurídicas, cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

d) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais):

	Em Milhares de Ações 30/09/2017					
	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Acionistas						
Sterrebeek B.V. ⁽¹⁾	1.809.583	47,4%	1.733.644	47,1%	3.543.227	47,2%
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) ⁽¹⁾	1.107.673	29,0%	1.019.645	27,7%	2.127.318	28,4%
Banco Santander, S.A. ⁽¹⁾	521.964	13,6%	519.268	14,1%	1.041.232	13,9%
Funcionários	3.765	0,1%	3.770	0,1%	7.535	0,1%
Administradores (*)	4.367	0,1%	4.367	0,1%	8.734	0,1%
Outros	369.505	9,7%	397.304	10,8%	766.809	10,2%
Total em Circulação	3.816.857	99,9%	3.677.998	99,9%	7.494.855	99,9%
Ações em Tesouraria	1.838	0,1%	1.838	0,1%	3.676	0,1%
Total	3.818.695	100,0%	3.679.836	100,0%	7.498.531	100,0%
"Free Float" ⁽²⁾	373.270	9,8%	401.074	10,9%	774.344	10,3%

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Em Milhares de Ações						
31/12/2016						
Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total Ações	Total Ações (%)
	Ações Ordinárias	(%)	Ações Preferenciais	(%)		
Sterrebeeck B.V. ⁽¹⁾	1.809.583	47,0%	1.733.644	46,7%	3.543.227	46,9%
(GES) ⁽¹⁾	1.107.673	28,8%	1.019.645	27,5%	2.127.318	28,1%
Banco Santander, S.A. ⁽¹⁾	521.965	13,6%	519.268	14,0%	1.041.233	13,8%
Qatar Holding	207.812	5,4%	207.812	5,6%	415.624	5,5%
Funcionários	3.914	0,1%	3.929	0,1%	7.843	0,1%
Membros do Conselho de Administração	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Membros da Diretoria Executiva	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Outros	174.238	4,5%	202.028	5,5%	376.266	5,0%
Total em Circulação	3.825.185	99,4%	3.686.326	99,4%	7.511.511	99,4%
Ações em Tesouraria	25.786	0,6%	25.786	0,6%	51.572	0,6%
Total	3.850.971	100,0%	3.712.112	100,0%	7.563.083	100,0%
"Free Float" ⁽²⁾	385.964	10,0%	413.769	11,1%	799.733	10,6%

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Composto por Funcionários, Qatar Holding e Outros.

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

d.1) Oferta Pública da Qatar Holding LLC

Em 11 de abril de 2017, o Banco Santander no Brasil comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral, em complemento aos fatos relevantes divulgados em 28 de março de 2017 e 6 de abril de 2017, a liquidação da oferta pública de distribuição secundária de 80.000.000 Units de emissão do Banco Santander no Brasil de titularidade da Qatar Holding LLC (Acionista Vendedor), inclusive sob a forma de *American Depositary Shares* (ADSs), tendo sido alocadas 22.000.000 Units para a oferta brasileira e 58.000.000 ADSs para a oferta internacional. Foi estabelecido o preço por Unit de R\$25,00 (vinte e cinco reais), resultando em um montante total de R\$2 bilhões. Adicionalmente, a quantidade de Units da oferta internacional inicialmente ofertada foi acrescida de um lote adicional de 12.000.000 de Units, exclusivamente sob a forma de ADSs também de titularidade do Acionista Vendedor.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

e) Transações com Partes Relacionadas

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	Ativos		Ativos		Banco	
	(Passivos)	Receitas (Despesas)		(Passivos)	Receitas (Despesas)	
		01/07 a	01/01 a		01/07 a	01/01 a
	30/09/2017	30/09/2017	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2016	30/09/2016
Disponibilidades	132.990	-	-	402.617	-	-
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	128.725	-	-	400.205	-	-
Banco Santander (México), S.A. ⁽⁴⁾	1.688	-	-	1.034	-	-
Banco Santander Totta, S.A. ⁽⁴⁾	2.415	-	-	1.261	-	-
Diversos	162	-	-	117	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	46.283.411	1.163.912	3.354.239	45.801.141	1.120.337	3.210.650
Aymoré CFI ⁽³⁾	31.708.654	832.318	2.423.870	27.473.607	870.244	2.538.126
Banco Santander Espanha ⁽¹⁾⁽²⁾	3.111.078	24.941	68.729	10.269.812	8.245	30.112
Banco PSA ⁽³⁾	984.173	25.588	78.302	832.849	-	-
Banco RCI Brasil S.A. ⁽³⁾	1.372.480	21.395	60.717	589.376	33.534	102.056
Banco Bandepe ⁽³⁾	396.031	11.031	11.031	-	-	-
Olé Consignado ⁽³⁾	8.710.995	248.639	711.590	6.635.497	208.314	540.356
Títulos e Valores Mobiliários	37.014.170	937.715	4.372.073	67.744.952	2.919.891	7.867.508
Santander Leasing ⁽³⁾	37.014.170	937.715	4.372.073	67.744.952	2.919.891	7.867.508
Instrumentos Financeiros						
Derivativos - Líquido	(268.717)	(1.053.901)	(1.069.011)	(170.020)	89.959	651.930
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Crédito Privado (Fundo de Investimento Santillana) ⁽⁴⁾	159.007	(860.912)	(936.700)	(155.095)	45.866	171.517
Abbey National Treasury Services Plc (Abbey National Treasury) ⁽⁴⁾	(87.728)	12.476	4.710	(91.828)	(1.028)	36.223
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(333.580)	20.233	22.801	70.020	(7.541)	(19.155)
Santander FI Amazonas ⁽³⁾	10.251	(13.214)	(32.182)	2.738	85.107	486.323
Santander Paraty ^{(3) (Nota 2)}	-	-	-	-	25.943	-
Santander FI Hedge Strategies ^{(3) (Nota 2)}	66.769	89.776	(78.571)	(109.760)	(211.433)	(211.433)
Getnet S.A. ⁽³⁾	(784)	(276)	222	-	-	-
Santander FI Diamantina ⁽³⁾	(82.652)	(301.984)	(49.291)	113.905	153.045	188.455
Operações de Crédito	-	135	424	-	(131)	1.295
Cibrasec ⁽⁵⁾⁽¹⁰⁾	-	135	424	-	(131)	1.295

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Banco					
	Ativos			Ativos		
	(Passivos)	Receitas (Despesas)		(Passivos)	Receitas (Despesas)	
	30/09/2017	01/07 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2017	31/12/2016	01/07 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2016
Dividendos e Bonificações a Receber	-	-	-	717.619	150	150
Aymoré CFI ⁽³⁾	-	-	-	93.133	-	-
Santander Leasing ⁽³⁾	-	-	-	272.703	-	-
Banco RCI Brasil S.A. ⁽³⁾	-	-	-	33.171	-	-
Santander Corretora de Seguros (Atual denominação Social da Santander Participações S.A.) ^{(3) (9)}	-	-	-	2.194	-	-
Sancap ⁽³⁾	-	-	-	122.467	-	-
Santander CCVM ⁽³⁾	-	-	-	30.969	-	-
Banco Bandepe ⁽³⁾	-	-	-	95.142	-	-
Santander Serviços ⁽³⁾	-	-	-	31.197	-	-
Getnet S.A. ⁽³⁾	-	-	-	35.130	-	-
Diversos	-	-	-	1.513	150	150
Negociação e Intermediação de Valores	630.905	525	2.586	154.823	295	1.128
Abbey National Treasury ⁽⁴⁾	88.324	266	610	92.118	95	299
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	542.581	259	1.976	62.705	200	829
Carteira de Câmbio - Líquida	321.214	167.674	543.977	(104.243)	213.200	89.976
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	321.214	167.674	543.977	(104.243)	213.200	89.976
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	6.662.108	626.763	1.900.923	16.099.938	547.299	1.831.488
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁴⁾	681.288	340.023	1.087.599	834.736	316.820	1.069.774
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. ⁽⁴⁾	-	56.842	174.569	-	39.161	173.948
Santander Capitalização S.A. ⁽³⁾	19.887	64.895	195.656	18.831	56.372	166.167
Aymoré CFI ⁽³⁾	-	117.414	320.367	-	98.142	315.028
Santander CCVM ⁽³⁾	-	18.827	69.190	-	25.182	70.585
Santander Leasing ⁽³⁾	-	442	1.640	-	603	3.041
Santander Serviços ⁽³⁾	-	6.336	15.859	-	4.762	14.285
Santander Microcrédito ^{(3) (11)}	-	-	4.134	-	2.067	5.562
Santander Brasil Consórcio ⁽³⁾	-	1.690	3.787	-	1.049	2.666
Santander Corretora de Seguros (Atual denominação Social da Santander Participações S.A.) ^{(3) (9)}	140	6.280	6.779	-	250	2.750
Getnet S.A. ^{(3) (8)}	5.960.707	10.488	11.512	15.246.008	-	-
Diversos	86	3.526	9.831	363	2.891	7.682
Outros Créditos - Diversos	830.988	5.683	15.553	15.887	8.500	30.516
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	9.327	-	-	12.089	-	1.540
Santander Capitalização S.A. ⁽³⁾	3.596	-	-	3.462	2.491	6.414
Banco Santander Internacional ⁽⁴⁾	-	4.811	12.258	-	4.259	16.980
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. ⁽⁴⁾	-	316	949	-	407	1.580
Getnet S.A. ^{(3) (8)}	817.642	-	-	-	-	-
Diversos	423	556	2.346	336	1.343	4.002

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Ativos		Ativos		Banco	
	(Passivos)	Receitas (Despesas)		(Passivos)	Receitas (Despesas)	
		01/07 a	01/01 a		01/07 a	01/01 a
	30/09/2017	30/09/2017	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2016	30/09/2016
Depósitos	(34.159.145)	(863.902)	(4.144.790)	(66.972.258)	(2.468.523)	(6.707.746)
Santander Leasing ⁽³⁾	(26.994.244)	(712.691)	(3.647.838)	(59.211.733)	(2.250.409)	(6.050.681)
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(607.766)	(3.115)	(10.611)	(1.556)	-	-
Aymoré CFI ⁽³⁾	(3.194.762)	(95.699)	(273.190)	(2.938.745)	(107.907)	(333.070)
Banco Bandepe ⁽³⁾	-	24.604	-	(763.992)	(35.126)	(110.825)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁴⁾	(26.809)	-	-	(44.840)	-	-
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. ⁽⁴⁾	(2.031)	-	-	(8.725)	-	-
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. ⁽⁴⁾	(109.500)	(1.723)	(5.412)	(39.361)	(3.958)	(10.636)
Sancap ⁽³⁾	(14.933)	(332)	(1.173)	(19.998)	(673)	(1.538)
Santander Brasil Asset ⁽⁴⁾	(15.175)	(318)	(978)	(12.079)	(477)	(1.385)
Webmotors S.A. ⁽⁶⁾⁽¹⁰⁾	(22.920)	(1.242)	(4.219)	(66.325)	(7.332)	(21.373)
Fundo de Investimento Santillana ⁽⁴⁾	(241.233)	(22.580)	(65.152)	(757.874)	(22.893)	(64.421)
Isban Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(37.937)	(679)	(1.707)	(22.232)	(725)	(2.501)
Produban Serviços de Informática S.A. ⁽⁴⁾	(15.996)	(350)	(1.031)	(19.653)	(621)	(1.506)
Banco RCI Brasil S.A. ⁽³⁾	(29.397)	(958)	(2.392)	(40.202)	(2.266)	(8.725)
Santander Microcrédito ⁽³⁾⁽¹¹⁾	-	-	(145)	(6.420)	(271)	(942)
Santander Corretora de Seguros (Atual denominação Social da Santander Participações S.A.) ⁽³⁾⁽⁹⁾	(748.212)	(16.350)	(56.478)	(736.921)	(22.592)	(62.156)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. ⁽⁴⁾	(303.388)	(6.368)	(18.982)	(208.059)	(5.852)	(14.887)
Santander Brasil Consórcio ⁽³⁾	(96.614)	(2.376)	(8.715)	(99.402)	(2.495)	(6.954)
Santander FI Hedge Strategies ⁽³⁾ (Nota 2)	(1.499.030)	(20.199)	(34.436)	(462.928)	-	-
Santander Capitalização S.A. ⁽³⁾	(4.817)	-	-	(3.836)	-	-
Santander CCVM ⁽³⁾	(2.298)	(328)	(1.222)	(41.595)	(1.810)	(6.144)
Santander Securities Services Brasil Participações S.A. ⁽⁴⁾	(68.473)	(1.520)	(5.071)	(52.484)	(958)	(2.462)
Super Pagamentos ⁽³⁾	(52.561)	(532)	(2.831)	(28.891)	(755)	(1.620)
Webcasas S.A. ⁽³⁾	(23.176)	(515)	(1.744)	(22.366)	(734)	(2.082)
Santander Brasil Advisory ⁽³⁾⁽¹²⁾	-	(198)	(884)	-	(409)	(1.177)
Santander Brasil EFC ⁽³⁾	-	-	-	(1.323.399)	-	-
Getnet S.A. ⁽³⁾	(6.469)	387	387	-	-	-
Diversos	(41.404)	(820)	(966)	(38.642)	(260)	(2.661)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Ativos		Ativos		Banco	
	(Passivos)	Receitas (Despesas)		(Passivos)	Receitas (Despesas)	
		01/07 a	01/01 a		01/07 a	01/01 a
	30/09/2017	30/09/2017	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2016	30/09/2016
Operações Compromissadas	(13.166.511)	(283.593)	(924.630)	(10.793.632)	(720.510)	(1.957.508)
Fundo de Investimento Santillana ⁽⁴⁾	(166.017)	5.605	(3.095)	(153.647)	(5.692)	(26.353)
Getnet S.A. ⁽³⁾	-	-	(15.667)	(331.729)	(5.417)	(13.613)
Santander FI Amazonas ⁽³⁾	(141.820)	(5.015)	(9.435)	(54.197)	(5.556)	(17.594)
Santander FI Financeira ⁽³⁾	(10.629.375)	(235.718)	(793.002)	(9.840.206)	(319.719)	(900.477)
Santander Leasing ⁽³⁾	(830.086)	(20.024)	(30.578)	-	(370.755)	(975.825)
Banco Bandepe ⁽³⁾	(67.818)	(1.533)	(4.697)	(740)	(1.525)	(4.896)
Olé Consignado ⁽³⁾	-	(50)	(1.226)	(6.000)	-	-
Santander CCVM ⁽³⁾	(48.605)	(237)	(745)	(6.904)	(319)	(905)
Santander FI SBAC ⁽³⁾	(575.358)	(12.295)	(17.240)	(3.296)	(145)	(1.181)
Santander FI Guarujá ⁽³⁾	(35.699)	(918)	(2.149)	(68.334)	(1.650)	(2.303)
Santander FI Diamantina ⁽³⁾	(32.709)	921	(2.649)	(6.503)	(2.344)	(6.424)
Super Pagamentos ⁽³⁾	-	-	-	-	(592)	(997)
Santander Finance Arrendamento Mercantil (Atual denominação Social da PSA Finance Arrendamento Mercantil S.A.) ⁽³⁾	(330.509)	(7.334)	(25.169)	(321.700)	(6.703)	(6.703)
Santander FI Unix ⁽³⁾	(303.115)	(6.712)	(17.135)	(376)	-	-
Integy Tecnologia ⁽³⁾	(4.394)	(249)	(1.713)	-	-	-
Diversos	(1.006)	(34)	(130)	-	(93)	(237)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	(729)	(729)	(10.886)	120	-
Super Pagamentos ⁽³⁾	-	(729)	(729)	(10.886)	120	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(1.535.730)	-	-	(183.741)	-	-
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(188.529)	-	-	(181.051)	-	-
Santander Brasil EFC ⁽³⁾	(1.309.525)	-	-	-	-	-
Banco Santander S.A. (Uruguay) ⁽⁴⁾	(4.367)	-	-	(2.158)	-	-
Banco Santander Río S.A. ⁽⁴⁾	-	-	-	(532)	-	-
Banco Santander de Negocios Colombia S.A. ⁽⁴⁾	(33.309)	-	-	-	-	-
Dividendos e Bonificações a Pagar	(380.589)	-	-	(3.795.205)	-	-
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(59.089)	-	-	(589.227)	-	-
Sterrebeeck B.V. ⁽²⁾	(200.893)	-	-	(2.003.291)	-	-
GES ^{(2) (4)}	(120.499)	-	-	(1.201.612)	-	-
Banco Madesant - Sociedade Unipessoal, S.A. (Banco Madesant) ⁽⁴⁾	(108)	-	-	(1.075)	-	-

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Ativos		Ativos		Banco	
	(Passivos)	Receitas (Despesas)		(Passivos)	Receitas (Despesas)	
		01/07 a	01/01 a		01/07 a	01/01 a
	30/09/2017	30/09/2017	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2016	30/09/2016
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(78.248)	(114.367)	(351.077)	(7.374)	(94.638)	(309.935)
Produban Servicios Informáticos Generales, S.L. (Produban Servicios) ⁽⁴⁾	(16.761)	(8.495)	(23.196)	-	(2.672)	(16.409)
Isban Brasil S.A. ⁽⁴⁾	-	10.153	(45.843)	(339)	(23.534)	(75.003)
Produban Serviços de Informática S.A. ⁽⁴⁾	(15.208)	(64.498)	(159.913)	-	(44.598)	(136.830)
Ingenieria de Software Bancário, S.L. (Ingeniería) ⁽⁴⁾	(31.038)	(20.441)	(36.540)	-	(1.040)	(13.310)
Santander Microcrédito ⁽³⁾⁽¹¹⁾	-	-	(22.176)	(3.595)	(8.185)	(27.268)
Santander Corretora de Seguros (Atual denominação Social da Santander Participações S.A.) ⁽³⁾⁽⁹⁾	(4.647)	(13.656)	(13.656)	-	-	-
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(4.054)	-	-	(372)	(72)	(492)
Getnet S.A. ⁽³⁾	(2.087)	(6.285)	(17.886)	(1.820)	(4.872)	(12.976)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. ⁽⁴⁾	(4.367)	(10.903)	(31.259)	(1.179)	(9.327)	(26.209)
Diversos	(86)	(242)	(608)	(69)	(338)	(1.438)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(7.579.276)	(54.604)	(165.205)	(7.859.649)	(94.565)	(282.646)
Banco Santander Espanha ⁽²⁾⁽⁷⁾	(7.579.276)	(54.604)	(165.205)	(7.859.649)	(94.565)	(282.646)
Despesas com Doações	-	(3.700)	(11.050)	-	(3.300)	(10.000)
Fundação Sudameris	-	(3.700)	(11.050)	-	(3.300)	(10.000)
Outras Obrigações - Diversas	(19.272)	(230.055)	(666.681)	(34.969)	(298.745)	(953.980)
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	-	(597)	(3.542)	-	(795)	(2.723)
Isban Brasil S.A. ⁽⁴⁾	-	(78.854)	(239.775)	-	(74.259)	(223.300)
TecBan ⁽⁶⁾⁽¹⁰⁾	-	(63.658)	(195.658)	-	(53.446)	(155.762)
Ingeniería ⁽⁴⁾	-	(9.364)	(28.758)	-	(9.441)	(27.893)
Produban Serviços de Informática S.A. ⁽⁴⁾	-	(8.753)	(26.970)	-	(12.944)	(41.539)
Produban Servicios ⁽⁴⁾	-	(404)	(1.207)	-	(394)	(1.163)
Aquanima Brasil Ltda. ⁽⁴⁾	-	(6.407)	(19.228)	-	(6.018)	(18.056)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁴⁾	-	-	-	(18.680)	-	-
Getnet S.A. ⁽³⁾	(15.553)	(51.853)	(118.879)	(13.038)	(134.639)	(466.941)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. ⁽⁴⁾	(3.719)	(8.063)	(26.132)	(3.251)	(5.355)	(12.988)
Diversos	-	(2.102)	(6.532)	-	(1.454)	(3.615)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Consolidado					
	Ativos	Receitas (Despesas)		Ativos	Receitas (Despesas)	
	(Passivos)	01/07 a	01/01 a	(Passivos)	01/07 a	01/01 a
	30/09/2017	30/09/2017	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2016	30/09/2016
Disponibilidades	374.981	-	-	584.983	-	-
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	370.716	-	-	582.571	-	-
Banco Santander (México), S.A. ⁽⁴⁾	1.688	-	-	1.034	-	-
Banco Santander Totta, S.A. ⁽⁴⁾	2.415	-	-	1.261	-	-
Diversos	162	-	-	117	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.111.078	24.946	68.735	10.269.812	8.245	30.112
Banco Santander Espanha ⁽¹⁾⁽²⁾	3.111.078	24.946	68.735	10.269.812	8.245	30.112
Instrumentos Financeiros						
Derivativos - Líquido	(229.061)	(623.782)	(785.776)	(326.986)	27.060	137.181
Fundo de Investimento Santillana ⁽⁴⁾	159.007	(860.912)	(936.700)	(155.095)	45.866	171.517
Abbey National Treasury ⁽⁴⁾	(87.728)	12.476	4.710	(91.828)	(1.028)	36.223
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(300.340)	224.654	146.214	(80.063)	(17.778)	(70.559)
Negociação e Intermediação de Valores	630.905	60.736	202.295	154.823	851	8.144
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	542.581	60.126	201.685	62.705	756	7.845
Abbey National Treasury ⁽⁴⁾	88.324	610	610	92.118	95	299
Carteira de Câmbio - Líquida	321.214	166.272	543.977	(104.243)	213.200	89.976
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	321.214	166.272	543.977	(104.243)	213.200	89.976
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	682.226	501.551	1.518.848	862.893	401.143	1.362.795
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁴⁾	682.140	441.446	1.340.464	862.553	361.705	1.188.018
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. ⁽⁴⁾	-	57.197	174.924	-	39.161	173.948
Diversos	86	2.908	3.460	340	277	829
Outros Créditos - Diversos	9.396	5.328	14.331	188.337	5.602	23.327
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	9.387	(9)	(189)	188.337	169	1.709
Banco Santander Internacional ⁽⁴⁾	-	4.811	12.258	-	4.259	16.980
Diversos	9	526	2.262	-	1.174	4.638
Depósitos	(1.505.617)	(37.024)	(113.377)	(1.169.362)	(35.571)	(98.060)
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(657.286)	(3.115)	(10.611)	(1.556)	-	-
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. ⁽⁴⁾	(2.031)	-	-	(8.725)	-	-
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁴⁾	(26.809)	-	-	(44.840)	-	-
Isban Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(37.937)	(679)	(1.707)	(22.232)	(725)	(2.501)
Produban Serviços de Informática S.A. ⁽⁴⁾	(15.996)	(350)	(1.031)	(19.653)	(621)	(1.506)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. ⁽⁴⁾	(109.500)	(1.723)	(5.412)	(39.361)	(3.958)	(10.636)
Fundo de Investimento Santillana ⁽⁴⁾	(241.233)	(21.641)	(65.152)	(757.874)	(22.893)	(64.421)
Santander Brasil Asset ⁽⁴⁾	(15.175)	(318)	(978)	(12.079)	(477)	(1.385)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. ⁽⁴⁾	(303.388)	(6.368)	(18.982)	(208.059)	(5.852)	(14.887)
Santander Securities Services Brasil Participações S.A. ⁽⁴⁾	(68.473)	(1.520)	(5.071)	(52.484)	(958)	(2.462)
Webmotors S.A. ⁽⁶⁾⁽¹⁰⁾	(22.920)	(1.242)	(4.219)	-	-	-
Diversos	(4.869)	(68)	(214)	(2.499)	(87)	(262)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Ativos		Ativos		Consolidado	
	(Passivos)	Receitas (Despesas)		(Passivos)	Receitas (Despesas)	
		01/07 a	01/01 a		01/07 a	01/01 a
		30/09/2017	30/09/2017		30/09/2017	30/09/2016
Operações Compromissadas	(166.017)	5.605	(3.095)	(153.647)	(5.689)	(26.353)
SAM Brasil Participações S.A. ⁽⁴⁾	-	-	-	-	3	-
Fundo de Investimento Santillana ⁽⁴⁾	(166.017)	5.605	(3.095)	(153.647)	(5.692)	(26.353)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(226.205)	-	-	(183.741)	-	-
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(188.529)	-	-	(181.051)	-	-
Banco Santander, S.A. (Uruguay) ⁽⁴⁾	(4.367)	-	-	(2.158)	-	-
Banco Santander Río S.A. ⁽⁴⁾	-	-	-	(532)	-	-
Banco Santander de Negocios Colombia S.A. ⁽⁴⁾	(33.309)	-	-	-	-	-
Dividendos e Bonificações a Pagar	(380.589)	-	-	(3.810.624)	-	-
Sterrebeeck B.V. ⁽²⁾	(200.893)	-	-	(2.003.291)	-	-
GES ^{(2) (4)}	(120.499)	-	-	(1.201.612)	-	-
SIH ⁽⁴⁾	-	-	-	(15.419)	-	-
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(59.089)	-	-	(589.227)	-	-
Banco Madesant ⁽⁴⁾	(108)	-	-	(1.075)	-	-
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(74.284)	(296.335)	(504.148)	(4.542)	(84.114)	(276.595)
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(6.371)	(200.202)	(200.203)	(2.954)	(203)	(908)
Produban Servicios ⁽⁴⁾	(16.761)	(8.782)	(24.137)	-	(2.877)	(17.835)
Isban Brasil S.A. ⁽⁴⁾	-	9.161	(50.083)	(339)	(25.111)	(78.528)
Produban Serviços de Informática S.A. ⁽⁴⁾	(15.208)	(64.516)	(159.991)	-	(44.680)	(136.975)
Ingeniería ⁽⁴⁾	(31.038)	(20.441)	(36.540)	-	(1.040)	(13.310)
Santander Brasil Asset ⁽⁴⁾	(72)	(393)	(1.310)	(70)	(746)	(2.014)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. ⁽⁴⁾	(4.367)	(10.903)	(31.259)	(1.179)	(9.327)	(26.209)
Diversos	(467)	(259)	(625)	-	(130)	(816)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(7.579.276)	(54.604)	(165.205)	(7.859.649)	(94.565)	(282.646)
Banco Santander Espanha ^{(2) (7)}	(7.579.276)	(54.604)	(165.205)	(7.859.649)	(94.565)	(282.646)
Despesas com Doações	-	(10.450)	(15.304)	-	(4.970)	(15.381)
Santander Cultural	-	(2.120)	(3.124)	-	(670)	(2.281)
Fundação Sudameris	-	(7.550)	(11.050)	-	(3.300)	(10.000)
Fundação Santander	-	(780)	(1.130)	-	(1.000)	(3.100)
Outras Obrigações - Diversas	(18.188)	(193.995)	(566.864)	(30.684)	(113.496)	(340.279)
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	-	(597)	(3.542)	-	(797)	(2.730)
Isban Brasil S.A. ⁽⁴⁾	-	(81.897)	(249.540)	-	(77.949)	(233.932)
Produban Serviços de Informática S.A. ⁽⁴⁾	-	(9.060)	(28.046)	-	(13.299)	(42.566)
Ingeniería ⁽⁴⁾	-	(9.387)	(28.830)	-	(9.517)	(28.139)
Produban Servicios ⁽⁴⁾	-	(404)	(1.207)	-	(394)	(1.163)
Aquanima Brasil Ltda. ⁽⁴⁾	-	(6.407)	(19.228)	-	(6.018)	(18.056)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁴⁾	(14.469)	(14.003)	(14.003)	(30.684)	-	-
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. ⁽⁴⁾	(3.719)	(8.063)	(26.132)	-	(5.355)	(12.988)
TecBan ^{(6) (10)}	-	(63.658)	(195.658)	-	-	-
Diversos	-	(519)	(678)	-	(167)	(705)

(1) Refere-se a aplicações em moeda estrangeira (aplicações overnight) com vencimento em 2 de outubro de 2017 e juros de até 1,18% a.a. (31/12/2016 - com vencimento em 3 de janeiro de 2017 e juros de até 0,68% a.a.) mantidas pelo Banco Santander Brasil e sua Agência Grand Cayman.

(2) Controlador - O Banco Santander é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (Nota 1 e 26.d), através das subsidiárias GES e Sterrebeeck B.V.

(3) Controlada Direta ou Indireta pelo Banco Santander.

(4) Controlada Direta ou Indireta pelo Banco Santander Espanha.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

(5) Controlada em Conjunto - Banco Santander.

(6) Controlada em Conjunto - Santander Serviços.

(7) Refere-se a parcela adquirida pelo Controlador junto ao Plano de Otimização do PR realizada no primeiro semestre de 2014.

(8) Corresponde a valores a receber relacionados a Adquirência.

(9) Na AGE de 8 de maio de 2017, foi aprovada a alteração da denominação social da Santander Participações S.A. para Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. (Nota 15).

(10) A partir de 1 de janeiro de 2017, entrou em vigor a Resolução do CMN 4.517 de 24 de agosto de 2016, que estabelece que as participações societárias em sociedades controladas em conjunto devem ser avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (Nota 15).

(11) Empresa incorporada em 31 de agosto de 2017 (Nota 15 e 37.d).

(12) Empresa incorporada em 29 de setembro de 2017 (Nota 15 e 37.d).

27. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

	Banco			
	01/07 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2017	01/07 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2016
Administração de Recursos	202.989	643.098	282.797	788.013
Serviços de Conta Corrente	736.992	2.114.993	580.838	1.615.858
Operações de Crédito e Rendas de Garantias Prestadas	290.809	848.355	281.177	834.649
Operações de Crédito	133.128	393.371	125.820	403.461
Rendas de Garantias Prestadas	157.681	454.984	155.357	431.188
Comissões de Seguros	462.668	1.458.703	412.840	1.411.823
Cartões (Crédito e Débito) e Serviços Adquirente	796.915	2.285.946	790.523	2.390.850
Cobrança e Arrecadações	357.144	1.013.305	312.021	890.297
Corretagem, Custódia e Colocação de Títulos	119.762	399.563	78.734	299.655
Outras	49.542	124.965	35.303	129.274
Total	3.016.821	8.888.928	2.774.233	8.360.419

	Consolidado			
	01/07 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2017	01/07 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2016
Administração de Recursos	250.522	759.713	292.489	811.376
Serviços de Conta Corrente	746.511	2.144.462	673.416	1.880.784
Operações de Crédito e Rendas de Garantias Prestadas	378.199	1.118.690	357.083	1.055.631
Operações de Crédito	220.517	663.714	201.726	624.443
Rendas de Garantias Prestadas	157.682	454.976	155.357	431.188
Comissões de Seguros	580.795	1.794.631	492.400	1.522.629
Cartões (Crédito e Débito) e Serviços Adquirente	1.233.538	3.545.548	1.025.358	2.858.841
Cobrança e Arrecadações	359.861	1.023.391	314.077	893.908
Corretagem, Custódia e Colocação de Títulos	159.420	499.603	114.796	399.045
Outras	161.944	486.046	167.843	433.954
Total	3.870.790	11.372.084	3.437.462	9.856.168

28. Despesas de Pessoal

	Banco			
	01/07 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2017	01/07 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2016
Remuneração	1.014.205	2.998.845	962.328	2.827.688
Encargos	374.322	1.111.386	333.839	1.012.271
Benefícios	315.688	991.952	335.710	1.008.236
Treinamento	15.603	34.367	17.594	45.666
Outras	3.280	11.814	5.533	24.254
Total	1.723.098	5.148.364	1.655.004	4.918.115

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	01/07 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2017	01/07 a 30/09/2016	Consolidado 01/01 a 30/09/2016
Remuneração	1.124.076	3.295.974	1.068.758	3.137.143
Encargos	407.004	1.209.220	368.434	1.119.068
Benefícios	339.148	1.067.428	363.409	1.092.333
Treinamento	16.747	37.526	20.355	53.450
Outras	(5.533)	11.957	9.429	28.462
Total	1.881.442	5.622.105	1.830.385	5.430.456

29. Outras Despesas Administrativas

	01/07 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2017	01/07 a 30/09/2016	Banco 01/01 a 30/09/2016
Depreciações e Amortizações ⁽¹⁾	855.756	2.509.314	797.521	2.363.108
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	466.213	1.410.886	457.905	1.345.749
Comunicações	100.156	297.035	106.504	327.327
Processamento de Dados	370.156	1.130.736	351.324	1.068.630
Propaganda, Promoções e Publicidade	145.136	296.425	80.230	219.689
Aluguéis	174.899	535.186	175.458	516.554
Transportes e Viagens	36.953	108.968	38.829	122.873
Serviços do Sistema Financeiro	55.368	163.024	48.901	139.792
Serviços de Vigilância e Transporte de Valores	153.909	450.956	156.099	477.359
Manutenção e Conservação de Bens	54.695	167.382	56.145	167.536
Água, Energia e Gás	37.511	131.383	42.069	156.831
Material	15.968	43.294	15.325	47.546
Outras	193.461	372.156	79.385	251.497
Total	2.660.181	7.616.745	2.405.695	7.204.491

	01/07 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2017	01/07 a 30/09/2016	Consolidado 01/01 a 30/09/2016
Depreciações e Amortizações ⁽¹⁾	984.522	2.886.776	923.209	2.693.455
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	562.402	1.692.660	547.755	1.615.678
Comunicações	111.579	325.638	118.720	366.030
Processamento de Dados	418.217	1.248.887	385.324	1.162.373
Propaganda, Promoções e Publicidade	167.401	354.577	101.247	273.468
Aluguéis	178.767	548.312	189.241	555.898
Transportes e Viagens	46.343	134.367	52.511	161.333
Serviços do Sistema Financeiro	69.903	208.707	65.299	186.516
Serviços de Vigilância e Transporte de Valores	154.248	451.963	173.409	525.301
Manutenção e Conservação de Bens	56.288	171.466	65.561	193.604
Água, Energia e Gás	38.518	134.494	43.368	161.127
Material	16.834	45.764	16.586	51.113
Outras	243.743	529.688	137.435	399.504
Total	3.048.765	8.733.299	2.819.665	8.345.400

(1) No terceiro trimestre de 2017, inclui a amortização de ágio no valor de R\$405.597 (2016 - R\$400.739) no Banco e R\$457.075 (2016 - R\$448.167) no Consolidado e no acumulado do período o valor de R\$1.216.792 (2016 - R\$1.213.259) no Banco e R\$1.368.539 (2016 - R\$1.354.221) no Consolidado, realizada no prazo, extensão e proporção dos resultados projetados, os quais são objeto de verificação anual (Nota 17).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

30. Despesas Tributárias

	Banco			
	01/07 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2017	01/07 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2016
Despesa com Cofins ⁽¹⁾	567.774	1.377.343	356.564	1.725.952
Despesa com ISS	114.751	341.361	99.388	306.318
Despesa com PIS/Pasep ⁽¹⁾	92.263	223.818	57.942	280.467
Outras ⁽²⁾	67.404	229.073	95.933	299.712
Total	842.192	2.171.595	609.827	2.612.449

	Consolidado			
	01/07 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2017	01/07 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2016
Despesa com Cofins ⁽¹⁾	691.719	1.729.399	456.328	1.998.104
Despesa com ISS	139.666	414.784	119.722	363.482
Despesa com PIS/Pasep ⁽¹⁾	120.177	304.015	81.262	345.643
Outras ⁽²⁾	95.671	328.474	137.327	419.446
Total	1.047.233	2.776.672	794.639	3.126.675

(1) Inclui a movimentação do PIS e Cofins diferidos sobre ajuste a valor de mercado sobre títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

(2) Inclui atualizações das provisões para o PIS e Cofins da Lei 9.718/1998.

31. Outras Receitas Operacionais

	Banco			
	01/07 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2017	01/07 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2016
Reversão de Provisões Operacionais - Fiscais (Nota 23.c) ⁽¹⁾	30.577	30.577	-	-
Reversão de Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (Nota 22)	(2.258)	46.410	-	-
Atualização de Depósitos Judiciais	88.447	330.358	134.575	417.392
Atualização de Impostos a Compensar	19.741	129.589	31.439	113.739
Recuperação de Encargos e Despesas	338.754	914.101	276.628	926.222
Variação Monetária Ativa	304.852	968.839	315.496	883.930
Outras	31.869	104.752	194.486	327.672
Total	811.982	2.524.626	952.624	2.668.955

	Consolidado			
	01/07 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2017	01/07 a 30/09/2016	01/01 a 30/09/2016
Receita Líquida de Rendas de Previdência e de Capitalização	89.386	270.412	84.319	235.324
Reversão de Provisões Operacionais - Fiscais (Nota 23.c) ⁽¹⁾	16.545	16.545	-	-
Reversão de Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (Nota 22)	(2.258)	46.410	-	-
Atualização de Depósitos Judiciais	127.879	450.840	185.548	575.178
Atualização de Impostos a Compensar	36.590	186.980	51.903	173.840
Recuperação de Encargos e Despesas	274.317	723.103	202.401	701.881
Variação Monetária Ativa	306.609	973.473	316.335	885.195
Outras	109.502	330.672	161.700	657.835
Total	958.570	2.998.435	1.002.206	3.229.253

(1) Inclui o valor de R\$74.869 no Banco e R\$76.562 no Consolidado referente ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários e previdenciários instituído pela MP 783/2017 e reedições (Nota 23.e).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

32. Outras Despesas Operacionais

	Banco			
	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a
	30/09/2017	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2016
Provisões Operacionais				
Fiscais (Nota 23.c)	(70.829)	-	(51.888)	45.375
Trabalhistas (Nota 23.c)	272.057	801.921	465.983	829.850
Cíveis (Nota 23.c)	145.520	539.595	160.207	512.957
Despesas com Cartão de Crédito	416.892	1.157.241	371.770	1.300.219
Perdas Atuariais - Planos de Aposentadoria (Nota 35.a)	49.597	149.201	63.028	192.099
Varição Monetária Passiva	277	1.094	545	2.997
Despesas Judiciais e Custas	38.363	110.669	30.066	84.012
Despesas com Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	13.667	42.294	14.217	60.340
Corretagens e Emolumentos	14.700	44.145	13.750	49.670
Comissões	196.622	211.643	38.388	99.072
Avaliação do Valor Recuperável	-	22.215	-	-
Outras ^{(1) (2)}	1.267.103	2.918.016	687.841	2.387.157
Total	2.343.969	5.998.034	1.793.907	5.563.748

	Consolidado			
	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a
	30/09/2017	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2016
Provisões Operacionais				
Fiscais (Nota 23.c)	(94.117)	-	(95.527)	37.713
Trabalhistas (Nota 23.c)	283.659	851.393	477.802	873.009
Cíveis (Nota 23.c)	201.886	684.493	188.862	600.828
Despesas com Cartão de Crédito	416.549	1.192.455	273.370	884.755
Perdas Atuariais - Planos de Aposentadoria (Nota 35.a)	48.869	147.231	63.037	192.116
Varição Monetária Passiva	1.248	4.697	3.756	7.011
Despesas Judiciais e Custas	45.541	129.856	39.008	104.610
Despesas com Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	14.120	44.185	16.752	67.473
Corretagens e Emolumentos	18.811	54.998	16.280	52.371
Comissões	521.136	976.716	154.929	427.171
Avaliação do Valor Recuperável	-	22.215	-	6
Outras ^{(1) (2)}	1.470.803	3.647.311	983.011	3.288.975
Total	2.928.505	7.755.550	2.121.280	6.536.038

(1) Inclui, principalmente, atualização monetária sobre provisões para processos judiciais e administrativos e obrigações legais, provisões para o fundo garantidor de benefícios e outras provisões.

(2) Inclui o valor de R\$214.640 no Banco e R\$218.992 no Consolidado referente ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários e previdenciários instituído pela MP 783/2017 e reedições (Nota 23.e).

33. Resultado não Operacional

	Banco			
	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a
	30/09/2017	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2016
Resultado de Investimentos	-	1.787	-	-
Resultado na Alienação de Valores e Bens	3.737	5.882	(12.207)	581
Reversão (Constituição) de Provisão para Perdas				
em Outros Valores e Bens ⁽¹⁾	2.858	(264.090)	3.714	(7.717)
Despesas com Bens não de Uso	(8.138)	(15.265)	(3.450)	(9.958)
Ganhos (Perdas) de Capital	(10.173)	(17.717)	4.423	344
Outras Receitas (Despesas)	(17.723)	47.776	7.094	39.525
Total	(29.439)	(241.627)	(426)	22.775

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	01/07 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2017	01/07 a 30/09/2016	Consolidado 01/01 a 30/09/2016
Resultado de Investimentos	(813)	(1.839)	(463)	(1.134)
Resultado na Alienação de Valores e Bens	4.421	7.590	(12.004)	919
Reversão (Constituição) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens ⁽¹⁾	3.507	(329.262)	3.690	(7.668)
Despesas com Bens não de Uso	(9.240)	(17.619)	(4.115)	(12.651)
Ganhos (Perdas) de Capital	(10.228)	(19.254)	(4.847)	(7.137)
Outras Receitas (Despesas)	(22.192)	47.762	36.826	67.384
Total	(34.545)	(312.622)	19.087	39.713

(1) No acumulado do período findo em 30 de setembro de 2017, inclui R\$271.844 no Banco e R\$337.686 no Consolidado referente provisões para desvalorizações sobre imóveis, constituídas a partir de laudos de avaliação elaborados por consultoria externa especializada.

34. Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/07 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2017	01/07 a 30/09/2016	Banco 01/01 a 30/09/2016
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	4.164.460	9.078.195	1.669.506	11.255.089
Participações no Lucro ⁽¹⁾	(420.372)	(1.042.503)	(313.138)	(888.026)
Juros sobre o Capital Próprio	(1.000.000)	(1.500.000)	-	(500.000)
Resultado antes dos Impostos	2.744.088	6.535.692	1.356.368	9.867.063
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20%, Respectivamente ⁽⁴⁾	(1.234.839)	(2.941.061)	(610.365)	(4.440.178)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas ⁽²⁾	227.017	624.094	179.687	398.448
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(3.980)	82.059	36.449	160.437
Varição Cambial de Investimentos no Exterior	(697.545)	(336.761)	187.766	(3.408.281)
IRPJ e CSLL sobre as Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	250.511	897.698	275.321	1.052.932
Demais Ajustes CSLL 5% ⁽⁴⁾	(319.666)	(691.743)	(42.985)	(477.213)
Demais Ajustes, Incluindo Lucros Disponibilizados no Exterior	(141.328)	(137.529)	51.783	336.037
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.919.830)	(2.503.243)	77.656	(6.377.818)

	01/07 a 30/09/2017	01/01 a 30/09/2017	01/07 a 30/09/2016	Consolidado 01/01 a 30/09/2016
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	4.685.530	10.513.597	1.969.417	12.118.963
Participações no Lucro ⁽¹⁾	(437.843)	(1.102.771)	(332.913)	(947.023)
Juros sobre o Capital Próprio	(1.000.000)	(1.500.000)	-	(500.000)
Resultado não Realizado	141	(178)	(36)	(107)
Resultado antes dos Impostos	3.247.828	7.910.648	1.636.468	10.671.833
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20%, Respectivamente ⁽⁴⁾	(1.461.523)	(3.559.792)	(736.411)	(4.802.325)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas ⁽²⁾	(3.449)	3.681	173	475
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	6.264	116.471	52.156	222.586
Varição Cambial de Investimentos no Exterior	(697.545)	(336.761)	187.766	(3.408.281)
IRPJ e CSLL sobre as Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	266.318	913.689	361.284	1.052.932
Efeito da Majoração da Alíquota de CSLL ⁽³⁾	34.754	101.045	(41.517)	9.938
Demais Ajustes CSLL 5% ⁽⁴⁾	(355.281)	(762.984)	(49.815)	(498.166)
Demais Ajustes, Incluindo Lucros Disponibilizados no Exterior	(132.617)	(87.302)	109.013	388.319
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.343.079)	(3.611.953)	(117.351)	(7.034.522)

(1) A base de cálculo é o lucro líquido, após o IR e CSLL.

(2) No resultado de participações em coligadas e controladas não estão incluídos os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber.

(3) Efeito do diferencial de alíquota para as demais empresas não financeiras, as quais a alíquota de contribuição social é de 9%.

(4) Majoração provisória da alíquota da CSLL a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018 (Nota 3.s).

Hedge Fiscal da Agência Grand Cayman e da Subsidiária Santander Brasil EFC

O Banco Santander opera uma agência nas Ilhas Cayman e uma subsidiária chamada Santander Brasil Establecimiento Financiero de Credito, EFC, ou “Santander Brasil EFC” (subsidiária independente na Espanha), que são usadas principalmente para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro (Nota 14).

Para cobrir a exposição a variações cambiais, o Banco utiliza derivativos e captações. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros não são tributáveis para fins de PIS/Cofins/IR/CSLL, enquanto que os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis. O objetivo desses derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos.

O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resulta em volatilidade no lucro (prejuízo) operacional e nas contas de despesas tributárias (PIS/Cofins) e impostos sobre renda (IR/CSLL). As variações cambiais registradas decorrentes dos investimentos estrangeiros no acumulado do período findo em 30 de setembro de 2017 resultaram em uma perda de R\$729 milhões (2016 - R\$7.362 milhões). Por outro lado, os contratos de derivativos contratados para cobrir estas posições geraram um ganho na conta resultado com instrumentos financeiros derivativos de R\$1.390 milhões (2016 - R\$14.036 milhões). O efeito fiscal destes derivativos impactou a linha de despesas tributárias e a linha de imposto de renda e contribuição social, gerando uma despesa de R\$661 milhões (2016 - R\$6.674 milhões) composto de R\$65 milhões de PIS/Cofins (2016 - R\$653 milhões) e R\$596 milhões (2016 - R\$6.021 milhões) de IR/CSLL.

35. Plano de Benefícios a Funcionários - Benefícios Pós-Emprego**a) Plano de Aposentadoria Complementar**

O Banco Santander e suas controladas patrocinam entidades fechadas de previdência complementar, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

I) Banesprev

Plano I: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, denominados Participantes Destinatários e aqueles admitidos até 22 de maio de 1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 28 de março de 2005.

Plano II: plano de benefício definido, constituído a partir de 27 de julho de 1994, com vigência do novo texto do Estatuto e Regulamentação Básica do Plano II, os participantes do Plano I que optaram pelo novo plano passaram a contribuir com 44,9% da taxa de custeio estipulada pelo atuário para cada exercício, implantado em abril de 2012 custeio extraordinário para a patrocinadora e participantes, nos termos acordados com a Superintendência de Previdência Complementar (PREVIC), em razão de déficit no plano. Plano fechado para novas adesões desde 3 de junho de 2005.

Plano V: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos até 22 de maio de 1975, fechado com benefícios calculados até o final do plano.

Plano de Complementação de Aposentadorias e Pensão - Pré 75: plano de benefício definido, constituído em função do processo de privatização do Banespa, gerido pelo Banesprev e oferecido somente para os empregados admitidos até 22 de maio de 1975, tendo como data efetiva 1 de janeiro de 2000. Plano fechado para novas adesões desde 28 de abril de 2000.

Plano III: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano, as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes. Os benefícios são na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, se pago na forma de renda mensal vitalícia. Plano fechado para novas adesões desde 1 de setembro de 2005.

Plano IV: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos a partir de 27 de novembro de 2000, em que a patrocinadora contribui apenas para os benefícios de risco e custeio administrativo. Nesse plano, o benefício programado é na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Os benefícios de risco do plano são na forma de benefício definido. Plano fechado para novas adesões desde 23 de julho de 2010.

Três planos (DCA, DAB e CACIBAN): complementação de aposentadoria e pensões de ex-funcionários associados, advindos do processo de aquisição do ex-Banco Meridional, constituídos sob a modalidade de benefício definido. Planos fechados para novas adesões.

Plano Sanprev I: plano de benefício definido, instituído em 27 de setembro de 1979, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano e se encontra em processo de extinção desde 30 de junho de 1996 (Nota 35.a.II).

Plano Sanprev II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010 (Nota 35.a.II).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Plano Sanprev III: plano de contribuição variável, abrangendo os empregados dos patrocinadores que fizeram a opção de contribuir, mediante contribuições livremente escolhidas pelos participantes a partir de 2% do salário de contribuição. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010 (Nota 35.a.II).

II) Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev)

Entidade fechada de previdência complementar que administrava três planos de benefícios, dois na modalidade de Benefício Definido e um na modalidade de Contribuição Variável, cujo processo de transferência de gerenciamento destes planos para a Banesprev ocorreu em janeiro de 2017. Atualmente, está em curso solicitação do processo de encerramento da autorização de funcionamento junto a PREVIC.

III) Bandeprev - Bandepe Previdência Social (Bandeprev)

Plano de benefício definido patrocinado pelo Banco Bandepe e Banco Santander, administrado pela Bandeprev. Os planos estão divididos em plano básico e plano especial de aposentadoria suplementar, com diferenciações de elegibilidade, contribuições e benefícios por subgrupos de participantes. Os planos estão fechados a novas adesões desde 1999 para os funcionários do Banco Bandepe e para os demais desde 2011.

IV) Outros Planos

SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi): é uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente.

O Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é o único estruturado na modalidade de Contribuição Definida e aberto para novas adesões, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano. Os valores apropriados pelas patrocinadoras no terceiro trimestre de 2017 foram de R\$21.602 (2016 - R\$20.397) no Banco e R\$21.974 (2016 - R\$20.993) no Consolidado e no acumulado do período de R\$63.089 (2016 - R\$61.953) no Banco e R\$63.744 (2016 - R\$64.182) no Consolidado.

Possui 10 casos de benefícios concedidos com renda vitalícia oriundos de plano anterior.

Apuração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

	Banesprev ⁽¹⁾	Santander- previ	Banco 30/09/2017 Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos			
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(20.320.315)	(3.241)	(1.261.630)
Valor Justo dos Ativos do Plano	18.174.981	4.576	1.766.165
	(2.145.334)	1.335	504.535
Sendo :			
Superávit	581.414	1.335	504.535
Déficit	(2.726.748)	-	-
Valor não Reconhecido como Ativo	442.953	1.335	504.535
Ativo Atuarial Líquido em 30 de Junho de 2017	138.461	-	-
Passivo Atuarial Líquido em 30 de Junho de 2017	(2.726.748)	-	-
Receitas (Despesas) Reconhecidas (Nota 32)	2.993	-	-
Ativo Atuarial Líquido em 30 de Setembro de 2017 (Nota 12)	141.454	-	-
Contribuições Efetuadas	7.955	-	216
Receitas (Despesas) Reconhecidas (Nota 32)	(52.374)	-	(216)
Passivo Atuarial Líquido em 30 de Setembro de 2017 (Nota 22)	(2.771.167)	-	-
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.924.402)	489	(731)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	989.530	337	164.449

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Banco			
	31/12/2016			
	Banesprev	Sanprev	Santander- previ	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(18.800.949)	(470.844)	(3.300)	(1.255.406)
Valor Justo dos Ativos do Plano	17.202.141	797.480	4.473	1.662.153
	(1.598.808)	326.636	1.173	406.747
Sendo :				
Superávit	176.224	326.636	1.173	406.747
Déficit	(1.775.032)	-	-	-
Valor não Reconhecido como Ativo	66.026	306.372	1.173	406.747
Ativo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro de 2016 (Nota 12)	110.198	20.264	-	-
Passivo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro de 2016 (Nota 22)	(1.775.032)	-	-	-
Contribuições Efetuadas no Exercício de 2016	1.989.176	-	-	457
Receitas (Despesas) Reconhecidas no Exercício de 2016	(255.720)	(2.049)	-	(457)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial em 31 de Dezembro de 2016	(3.091.368)	11.323	488	(672)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano no Exercício de 2016	2.914.934	151.690	995	361.089

	Consolidado		
	30/09/2017		
	Banesprev ⁽¹⁾	Santander- previ	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos			
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(20.571.415)	(3.241)	(1.261.630)
Valor Justo dos Ativos do Plano	18.650.127	4.576	1.766.165
	(1.921.288)	1.335	504.535
Sendo :			
Superávit	805.460	1.335	504.535
Déficit	(2.726.748)	-	-
Valor não Reconhecido como Ativo	643.420	1.335	504.535
Ativo Atuarial Líquido em 30 de Junho de 2017	162.040	-	-
Passivo Atuarial Líquido em 30 de Junho de 2017	(2.726.748)	-	-
Receitas (Despesas) Reconhecidas (Nota 32)	3.620	-	-
Ativo Atuarial Líquido em 30 de Setembro de 2017 (Nota 12)	165.660	-	-
Contribuições Efetuadas	7.957	-	110
Receitas (Despesas) Reconhecidas (Nota 32)	(52.379)	-	(110)
Passivo Atuarial Líquido em 30 de Setembro de 2017 (Nota 22)	(2.771.170)	-	-
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.932.480)	489	(731)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	1.023.620	337	164.449

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Consolidado 31/12/2016			
	Banesprev	Sanprev	Santander- Previ	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(19.039.252)	(471.168)	(3.300)	(1.255.406)
Valor Justo dos Ativos do Plano	17.652.316	797.974	4.473	1.662.153
	(1.386.936)	326.806	1.173	406.747
Sendo :				
Superávit	388.096	326.806	1.173	406.747
Déficit	(1.775.032)	-	-	-
Valor não Reconhecido como Ativo	254.869	306.372	1.173	406.747
Ativo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro de 2016 (Nota 12)	133.227	20.434	-	-
Passivo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro de 2016 (Nota 22)	(1.775.032)	-	-	-
Contribuições Efetuadas no Exercício de 2016	1.989.190	-	-	457
Receitas (Despesas) Reconhecidas no Exercício de 2016	(255.739)	(2.079)	-	(457)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial em 31 de Dezembro de 2016	(3.084.466)	11.371	488	(672)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano no Exercício de 2016	3.002.177	151.680	995	361.089

(1) Incluí valores referente a transferência dos Planos da Sanprev (Nota 35.a.II).

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas em 30 de junho de 2017 válidos para 30 de setembro de 2017 e a abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas para o período de 31 de dezembro de 2016:

	Banco 30/06/2017			
	Banesprev ⁽¹⁾	Sanprev	Santander- previ	Bandeprev
Experiência do Plano	(19.212)	-	(8)	(1.409)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(841.484)	-	-	-
Mudanças em Hipóteses Demográficas	-	-	-	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(860.696)	-	(8)	(1.409)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	51.338	-	107	76.768
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	51.338	-	107	76.768
Mudança no Superávit Irrecuperável	(50.222)	-	(98)	(75.580)

	Banco 31/12/2016			
	Banesprev	Sanprev	Santander- previ	Bandeprev
Experiência do Plano	(602.042)	(68.022)	240	(15.871)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(1.944.759)	(43.885)	(241)	(122.567)
Mudanças em Hipóteses Demográficas	(13.211)	8.553	-	(7.761)
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(2.560.012)	(103.354)	(1)	(146.199)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	1.284.302	68.933	545	194.225
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	1.284.302	68.933	545	194.225
Mudança no Superávit Irrecuperável	87.831	56.733	(543)	(48.539)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Consolidado 30/06/2017		
	Banesprev ⁽¹⁾	Santander- previ	Bandeprev
Experiência do Plano	(18.963)	(8)	(1.409)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(851.358)	-	-
Mudanças em Hipóteses Demográficas	-	-	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(870.321)	(8)	(1.409)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	61.391	107	76.768
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	61.391	107	76.768
Mudança no Superávit Irrecuperável	(51.535)	(98)	(75.580)

	Consolidado 31/12/2016			
	Banesprev	Sanprev	Santander- previ	Bandeprev
Experiência do Plano	(613.273)	(68.005)	240	(15.871)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(1.968.465)	(43.916)	(241)	(122.567)
Mudanças em Hipóteses Demográficas	(13.671)	8.660	-	(7.761)
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(2.595.409)	(103.261)	(1)	(146.199)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	1.325.813	68.863	545	194.225
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	1.325.813	68.863	545	194.225
Mudança no Superávit Irrecuperável	104.096	56.912	(543)	(48.539)

(1) Incluí valores referente a transferência dos Planos da Sanprev (Nota 35.a.II).

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 31 de dezembro de 2016, válidos para 30 de setembro de 2017:

Planos	Duração (em Anos)
Banesprev	
Plano I	11,47
Plano II	11,42
Plano III	8,44
Plano IV	16,34
Plano V	8,57
Pré-75	9,29
Meridional DCA, DAB e CACIBAN	6,22/5,56/6,58
Sanprev ⁽¹⁾	
Plano I	6,29
Plano II	12,87
Plano III	9,12
Bandeprev	
Plano Básico	9,11
Plano Especial I	6,54
Plano Especial II	6,48
SantanderPrevi	
SantanderPrevi	6,59

(1) Em janeiro de 2017, o gerenciamento destes Planos foi transferido para a Banesprev (Nota 35.a.II).

b) Plano de Assistência Médica e Odontológica

Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo: entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000, conforme definido em estatuto da entidade.

Aposentados pela HolandaPrevi (denominação anterior da SantanderPrevi): o plano de assistência médica Aposentadoria tem natureza vitalícia e trata-se de uma massa fechada. No desligamento, o funcionário deveria ter completos 10 anos de vínculo empregatício junto ao Banco Real e 55 anos de idade. Neste caso, era oferecida a continuidade do plano de assistência médica, onde o funcionário arca com 70% da mensalidade e o Banco subsidia 30%. Essa regra vigorou até dezembro de 2002 e após este período, o funcionário que era desligado, com status de Aposentado Holandaprevi, arca com 100% da mensalidade do plano de saúde.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Ex-Empregados do Banco Real (Aposentados pelas Circulares): trata-se de concessão do benefício assistência médica para ex-funcionário do Banco Real. Com natureza vitalícia, era concedido na mesma condição do funcionário ativo, ou seja, com as mesmas coberturas e desenho de plano.

São elegíveis somente aos planos básico e o primeiro padrão de apartamento, caso opte pelo plano apartamento, o beneficiário assume a diferença entre os planos mais a co-participação no plano básico. Não é permitida novas inclusões de dependentes. Possui subsídio de 90% do plano.

Aposentados pela Bandeprev: plano de assistência médica concedido aos aposentados assistidos pela Bandeprev, trata-se de um benefício vitalício. O Banco Santander subsidia 50% do valor do plano, para os que se aposentaram até 27 de novembro de 1998. Para os que se aposentaram posterior a esta data, o subsídio é de 30%.

Diretores com Benefício Vitalício (Diretores Vitalícios): fazem parte desse benefício somente um pequeno grupo fechado de ex-Diretores oriundos do Banco Sudameris, sendo 100% subsidiado pelo Banco.

Clínica Grátis: plano de assistência médica clínica grátis é oferecido de forma vitalícia aos aposentados que tenham contribuído à Fundação Sudameris por no mínimo 25 anos e conta com diferença de padrão, caso o usuário, opte por apartamento. O plano é oferecido somente em padrão enfermagem, situação em que o custo é 100% da Fundação Sudameris.

Seguro de Vida para Aposentados do Banco Real (Seguros de Vida): concedido para os Aposentados pelas Circulares: indenização nos casos de Morte Natural, Invalidez por Doença, Morte Acidental. O subsídio é 45,28% do valor. Esse benefício é concedido também aos Aposentados da Fundação Sudameris onde o custo é 100% do aposentado. Trata-se de massa fechada.

Adicionalmente, é assegurado aos funcionários aposentados, desde que estes cumpram determinadas exigências legais e assumam o pagamento integral das respectivas contribuições, o direito de manutenção como beneficiário do plano de saúde do Banco Santander, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência de seus contratos de trabalho. As obrigações do Banco Santander em relação aos aposentados são avaliadas utilizando cálculos atuariais com base no valor presente dos custos correntes.

	Banco 30/09/2017		Consolidado 30/09/2017	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(3.774.166)	(567.088)	(3.915.920)	(567.088)
Valor Justo dos Ativos do Plano	3.505.199	-	3.636.850	-
	(268.967)	(567.088)	(279.070)	(567.088)
Sendo :				
Superávit	-	-	-	-
Déficit	(268.967)	(567.088)	(279.070)	(567.088)
Valor não Reconhecido como Ativo	-	-	-	-
Ativo Actuarial Líquido em 30 de Junho de 2017	-	-	-	-
Passivo Actuarial Líquido em 30 de Junho de 2017	(268.967)	(567.088)	(279.070)	(567.088)
Ativo Actuarial Líquido em 30 de Setembro 2017 (Nota 12)	-	-	-	-
Contribuições Efetuadas	13.832	9.361	14.241	9.361
Receitas (Despesas) Reconhecidas	(24.996)	(14.648)	(25.856)	(14.648)
Passivo Actuarial Líquido em 30 de Setembro 2017 (Nota 22)	(280.131)	(572.375)	(290.685)	(572.375)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(222.480)	(90.068)	(220.979)	(90.068)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	432.470	-	448.652	-

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Banco		Consolidado	
	31/12/2016		31/12/2016	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(3.557.640)	(555.160)	(3.691.329)	(555.160)
Valor Justo dos Ativos do Plano	3.190.984	-	3.310.895	-
	(366.656)	(555.160)	(380.434)	(555.160)
Sendo :				
Superávit	-	-	-	-
Déficit	(366.656)	(555.160)	(380.434)	(555.160)
Valor não Reconhecido como Ativo	-	-	-	-
Ativo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro de 2016 (Nota 12)	-	-	-	-
Passivo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro de 2016 (Nota 22)	(366.656)	(555.160)	(380.434)	(555.160)
Contribuições Efetuadas no Exercício de 2016	54.754	29.345	55.907	29.345
Receitas (Despesas) Reconhecidas no Exercício de 2016	(59.703)	(56.367)	(61.311)	(56.367)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial em 31 de Dezembro de 2016	(340.049)	(89.635)	(342.555)	(89.635)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano no Exercício de 2016	1.337.948	-	1.384.439	-

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas em 30 de junho de 2017 válidos para 30 de setembro de 2017 e a abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas para o período de 31 de dezembro de 2016:

	Banco		Banco	
	30/06/2017		31/12/2016	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Experiência do Plano	71.818	(433)	(1.115.634)	36.566
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(216.526)	-	(440.340)	(81.233)
Mudanças em Hipóteses Demográficas	-	-	-	(379)
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(144.708)	(433)	(1.555.974)	(45.046)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	264.725	-	696.589	-
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	264.725	-	696.589	-
Mudança no Superávit Irrecuperável	-	-	366.656	-

	Banco		Consolidado	
	30/06/2017		31/12/2016	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Experiência do Plano	74.572	(433)	(1.153.410)	36.566
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(224.591)	-	(456.719)	(81.233)
Mudanças em Hipóteses Demográficas	-	-	-	(379)
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(150.019)	(433)	(1.610.129)	(45.046)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	274.613	-	718.628	-
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	274.613	-	718.628	-
Mudança no Superávit Irrecuperável	-	-	380.434	-

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 31 de dezembro de 2016, válidos para 30 de setembro de 2017:

Planos	Duração (em Anos)
Cabesp	12,93
Bandepe	14,57
Clínica Grátis	11,03
Diretores Vitalícios	9,12
Circulares ⁽¹⁾	12,91 e 10,05
Seguro de Vida	7,68

(1) A duração 12,91 se refere ao plano dos Ex-Empregados do Banco ABN Amro e 10,05 ao plano dos Ex-Empregados do Banco Real.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Gestão dos Ativos dos Planos

As principais categorias de ativos em percentual de ativos totais do plano em 31 de dezembro de 2016, válidos para 30 de setembro de 2017 são as seguintes:

	Banco/Consolidado
Instrumentos de Patrimônio	1,0%
Instrumentos de Dívida	98,2%
Bens Imóveis	0,3%
Outros	0,5%

d) Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

	Banco/Consolidado			
	30/06/2017		31/12/2016	
	Aposentadoria	Saúde	Aposentadoria	Saúde
Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Actuarial	10,4 ⁽¹⁾ e 10,9%	10,3 ⁽²⁾ e 10,8%	10,9%	10,8%
Taxa para Cálculo dos Juros sobre os Ativos, para Exercício Seguinte	10,4 ⁽¹⁾ e 10,9%	10,3 ⁽²⁾ e 10,8%	10,9%	10,8%
Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%
Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários	5,0%	5,0%	5,0%	5,0%
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000

(1) Banesprev I, II, V e Pré 75 e Sanprev II (2) Cabesp.

e) Análise de Sensibilidade

Os pressupostos quanto às taxas relacionadas ao custo de assistência médica possuem um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos em 31 de dezembro de 2016, válidos para 30 de setembro de 2017:

	Sensibilidade	
	(+ 1,0%)	(- 1,0%)
Efeito no Custo do Serviço Corrente e nos Juros sobre as Obrigações Atuariais	58.416	(24.839)
Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações	532.768	446.061

f) Remuneração com Base em Ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados ao Departamento de Recursos Humanos, cuja escolha levará em conta sua senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos quando exercerem cargos na Diretoria Executiva.

f.1) Programa Local

Os planos de Incentivo de Longo Prazo SOP 2014, PSP 2013 e SOP 2013 foram encerrados no exercício de 2016. Em 2017, o único plano de compra de ações do Banco que permanece aberto para exercício é o Plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações Units (SOP 2013), conforme aprovado na AGE de 29 de abril de 2013.

(i) Planos de Compra de Ações
Plano de Incentivo a Longo Prazo - SOP 2013: é um plano de Opção de Compra com duração de 3 anos. O período para exercício compreende entre 30 de junho de 2016 até 30 de junho de 2018. A quantidade de Units a serem exercidas pelos participantes foi determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: Retorno Total ao Acionista (RTA) e ajustada pelo indicador Retorno sobre Ativo ponderado pelo Risco (RoRWA), comparação entre realizado e orçado em cada exercício. A consecução final do plano foi de 89,61%.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

a.1) Valor Justo e Parâmetros de Performance para Planos

Para a contabilização do plano do Programa Local foram realizadas simulações por uma consultoria independente, baseadas na metodologia Monte Carlo, de forma que são apresentados os parâmetros de desempenho para o cálculo de ações a serem concedidas a seguir. Tais parâmetros são associados as suas respectivas probabilidades de ocorrência, que são atualizadas no fechamento de cada período.

Posição RTA	SOP2013 ⁽¹⁾	
	% de Ações Passíveis de Exercício	
1º	100%	
2º	75%	
3º	50%	

(1) O percentual de ações determinado na posição do RTA está sujeito a um redutor de acordo com a execução do Retorno sobre o Ativo Ponderado pelo Risco (RoRWA).

Para a mensuração do valor justo das opções dos planos foram utilizadas as seguintes premissas:

	SOP 2013
Método de Avaliação	Black&Scholes
Volatilidade	40,00%
Taxa de Dividendos	3,00%
Período de Vesting	3 Anos
Momento "Médio" de Exercício	5 Anos
Taxa Livre de Risco	11,80%
Probabilidade de Ocorrência	60,27%
Valor Justo para Ações	R\$5,96

O preço médio das ações do Banco SANB11 (ações do Banco na B3 S.A. (atual denominação social da BM&Fbovespa)) no período findo em 30 de setembro de 2017 foi de R\$28,26 (31/12/2016 - R\$19,94).

No acumulado do período findo em 30 de setembro de 2017, não foram registradas despesas "pro rata" dia (2016 - despesa de R\$15.710 no Banco e R\$15.905 no Consolidado), referentes ao plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP), no mesmo período de 2017, não foram registradas despesas referente ao plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP) no Banco e no Consolidado e no mesmo período de 2016, foram registradas despesas no valor de R\$9.506 no Banco e R\$9.798 no Consolidado.

	Quantidade de Units	Preço de Exercício	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Período	Data do Fim do Período
Saldo dos Planos em 31/Dez/2015	12.663.604					
Opções Canceladas (SOP 2013)	(1.346.779)	12,84	2013	Executivos	30/06/2016	30/06/2018
Opções Exercidas (SOP 2013)	(6.377.786)	12,84	2013	Executivos	30/06/2016	30/06/2018
Opções Concedidas (SOP 2013)	220.606	12,84	2013	Executivos	30/06/2016	30/06/2018
Opções Canceladas (PSP 2013)	(298.446)		2013	Executivos	13/08/2013	30/06/2016
Opções Exercidas (PSP 2013)	(2.147.515)		2013	Executivos	13/08/2013	30/06/2016
Opções Canceladas (SOP 2014)	(34.196)	14,31	2011	Executivos	30/06/2014	30/06/2016
Opções Exercidas (SOP 2014)	(693.230)	12,72	2011	Executivos	30/06/2014	30/06/2016
Saldo dos Planos em 31/Dez/2016	1.986.258					
Opções Exercidas (SOP 2013)	(761.711)	12,84	2013	Executivos	30/06/2016	30/06/2018
Saldo dos Planos em 30/Set/2017	1.224.547					
SOP 2014	-	12,72	2011	Executivos	30/06/2014	30/06/2016
SOP 2013	1.224.547	12,84	2013	Executivos	30/06/2016	30/06/2018
PSP 2013	-		2013	Executivos	13/08/2013	30/06/2016
Total	1.224.547					

f.2) Programa Global
Política de Incentivos a Longo Prazo

Em 2014, foi lançado um plano de entrega de ações chamado de Incentivos de Longo Prazo Global – ILP CRDIV - Outorga 2014. Este plano está sujeito à consecução do indicador de performance Retorno Total do Acionista (RTA) do Grupo Santander, comparando a evolução do Grupo neste indicador com relação aos principais concorrentes globais e a sua liquidação será em ações do Grupo Santander Mundial.

Em 2016, foi lançado um plano de entrega de ações chamado de 2º Plano de Incentivo de Longo Prazo Global CRDIV - Outorga 2015.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Valor Justo do Plano Global**Incentivo de Longo Prazo Global CRDIV - Outorga 2014**

É considerado que os beneficiários não deixarão o Banco Santander durante o prazo de cada plano. O valor justo dos 50% vinculados à posição de RTA relativo do Banco Santander foi calculado, na data de outorga, com base no laudo fornecido por avaliadores externos, elaborado a partir do modelo de avaliação Monte Carlo, realizando 10 mil simulações para determinar o RTA de cada empresa do Grupo de referência, considerando as variáveis a seguir. Os resultados (cada um representando a entrega de determinado número de ações) são classificados em ordem decrescente através do cálculo da média ponderada e descontando o valor à taxa de juros sem risco.

Devido à elevada correlação entre o RTA e o LPA, pode-se considerar (em uma grande parcela dos casos) extrapolar que o valor RTA é válido para o LPA. Por conseguinte, inicialmente foi determinado que o valor justo da parcela dos planos vinculados à posição de LPA relativo do banco, ou seja, os restantes 50% das opções outorgadas, é igual aos 50% correspondentes ao RTA. Essa avaliação é revisada e ajustada anualmente uma vez que se refere a condições de mercado não usuais.

Incentivo de Longo Prazo Global CRDIV - Outorga 2014

	2 Anos	3 Anos	4 Anos
Rendimento Futuro de Dividendo	11,10%	10,80%	9,50%
Volatilidade Esperada	32,70%	34,70%	36,90%
Comparador de Volatilidade	12% - 52%	16% - 56%	16% - 52%
Taxa de Juros sem Risco	1,70%	2,10%	2,50%
Correlação	0,55	0,55	0,55

O indicador que será utilizado para mensurar o atingimento dos *targets* será a comparação do Retorno Total ao Acionista (RTA) do Grupo Santander com o RTA dos quinze (15) principais concorrentes globais do Grupo.

O indicador será apurado em dois momentos: primeiro momento para apuração do programa em 2014 e um segundo momento nos pagamentos anuais de cada parcela (2015, 2016 e 2017).

Cada executivo tem um *target* em Reais, que foi convertido para ações do Grupo Santander (SAN) pela cotação de R\$19,2893, que serão entregues em parcelas nos anos de 2017 e 2018, com restrição de venda de 1 ano depois de cada entrega.

2º Plano de Incentivo de Longo Prazo Global CRDIV - Outorga 2015

Os valores acordados do ILP para cada participante serão obtidos a partir da apuração da consecução de indicadores em dois momentos: primeiro momento para apuração da elegibilidade (2015-2016) e um segundo momento para apuração do número devido de ações (2016, 2017 e 2018).

Indicadores - Fase 1

- RTA *versus* Concorrentes
- ROTE (Retorno sobre Capital Tangível) do Banco *versus* Orçamento

Indicadores - Fase 2

- RTA *versus* Concorrentes
- ROTE Banco *versus* Orçamento
- Satisfação dos Funcionários
- Satisfação dos Clientes
- Vinculação de Empresas *versus* Orçamento

Cada executivo tem um *target* em Reais, que foi convertido para ações do Grupo Santander (SAN) pela cotação de R\$17,473, que serão entregues em 2019, com restrição de 1 (um) ano após a entrega.

	Quantidade de Ações	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Período	Data do Final do Período
1º Plano de Incentivo de Longo Prazo Global CRDIV - Outorga 2014	1.613.057	2014	Executivos	Jan/2014	Dez/2017
2º Plano de Incentivo de Longo Prazo Global CRDIV - Outorga 2015	1.775.049	2016	Executivos	Jan/2015	Dez/2018
Saldo dos Planos em 30 de Setembro de 2017	3.388.106				

No acumulado do período findo em 30 de setembro de 2017, foram registradas despesas pro rata dia no valor de R\$3.481 no Banco e R\$3.523 no Consolidado (2016 - não foram registradas despesas no Banco e no Consolidado), referente aos custos nas respectivas datas dos ciclos acima mencionados, para o total dos planos do Programa Global.

Os Planos não causam diluição do capital social do Banco, uma vez que são pagos em ações do Banco Santander Espanha.

f.3) Remuneração Variável Referenciado em Ações

A AGO de Acionistas do Banco Santander Espanha, de 11 de junho de 2010, aprovou a nova política de remuneração de executivos através do plano de pagamento de remuneração variável referenciada em ações para as empresas do Grupo, incluindo o Banco Santander. Esta nova política, com os ajustes aplicáveis ao Banco Santander, foi aprovada pelo Comitê de Nomeação e Remuneração e pelo Conselho de Administração em 2 de fevereiro de 2011.

Os objetivos do plano são: (i) alinhar o programa de remuneração aos princípios do *Financial Stability Board* (FSB) acordados no G20; (ii) alinhar os interesses do Banco Santander e dos participantes (crescimento e lucratividade dos negócios do Banco Santander de forma sustentável e recorrente e reconhecimento da contribuição dos participantes); (iii) possibilitar a retenção dos participantes e (iv) promover o bom desempenho do Banco Santander e dos interesses dos acionistas mediante um comprometimento de longo prazo.

O plano tem como objeto o pagamento de remuneração variável, em dinheiro ou ações, conforme detalhado abaixo, devida pelo Banco Santander aos participantes nos termos de sua política de remuneração, atrelado ao desempenho futuro das ações.

O pagamento de remuneração variável referenciada em ações está dentro do limite da remuneração global dos administradores aprovada em AGO do Banco Santander.

A quantidade total de ações referenciadas será liquidada em três parcelas e alocadas igualmente para os três exercícios sociais subsequentes ao ano base.

Em 18 de março de 2015, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, a qual foi aprovada em AGE do dia 30 de abril de 2015.

Em 29 de setembro de 2015, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, a qual foi aprovada em AGE do dia 14 de dezembro de 2015.

Em 25 de outubro de 2016, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, a qual foi aprovada em AGE do dia 21 de dezembro de 2016.

Nesta proposta, foram determinados requisitos para pagamento diferido no futuro de parcela da remuneração variável devida a seus administradores e outros colaboradores, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano de remuneração variável do Banco Santander é dividido em 2 programas: (i) Coletivo Identificado e (ii) Coletivo não Identificado.

i) Coletivo Identificado - Participantes do Comitê Executivo, Diretores estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos no Banco e responsáveis das áreas de controle. O pagamento do diferimento será realizado de duas formas: 50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em ações (Units SANB11). No acumulado do período findo em 30 de setembro de 2017, foram registrados despesas no valor de R\$7.510 (2016 - receitas no valor de R\$5.653) no Banco e R\$7.468 (2016 - receitas no valor de R\$6.000) no Consolidado, referente a provisão do plano de diferimento em ações.

ii) Coletivo não Identificado - empregados de nível gerencial e outros funcionários da organização que venham a ser beneficiados pelo Plano de diferimento. O valor diferido será pago 100% em dinheiro, indexado a 100% do CDI. No acumulado do período findo em 30 de setembro de 2017, foram registradas despesas no valor de R\$22.299 (2016 - R\$4.395) no Banco e R\$22.358 (2016 - R\$4.001) no Consolidado.

36. Estrutura de Gerenciamento de Risco

O Banco Santander se apoia em uma robusta gestão de risco prudente, com a definição do apetite aos riscos por parte da Administração, atendendo às exigências do regulador local e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

Tipificação de Riscos**Risco de Crédito**

É a exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial dos clientes ou das contrapartes, no cumprimento de suas obrigações financeiras com o Banco. O gerenciamento de risco de crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de riscos e uma adequada rentabilidade mínima que compense o risco de inadimplência estimado do cliente e da carteira, conforme definido pelo Comitê Executivo.

Risco de Mercado

É a exposição em fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. Na administração dos riscos de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos "gaps" de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições das carteiras do Banco Santander nos diversos mercados onde atua.

Risco Operacional

É o risco de perda resultante de inadequação ou falha em processos, pessoas, sistemas e/ou de exposição a eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Banco, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco, mas exclui aqueles que ocorram como consequência de riscos estratégicos. A gestão e o controle do risco operacional estão suportados pelo modelo de linhas de defesa, no qual papéis e responsabilidades para o gerenciamento de riscos operacionais são atribuídos a todas as camadas do Banco.

A área de Controle do Risco Operacional atua como 2ª linha de defesa, definindo e implementando políticas, metodologia e ferramentas para a gestão do risco operacional, além de promover o desafio à 1ª linha de defesa (demais áreas).

O processo de gestão permite um contínuo aprimoramento da gestão e controle dos riscos operacionais, prevenção e redução das perdas e eventos de riscos, identificação de planos de ação e manutenção da continuidade dos negócios, convergindo para o fortalecimento do ambiente de controles internos.

Risco de Compliance

É definido como risco legal, de sanções regulatórias, de perda financeira ou de reputação que uma instituição pode sofrer como resultado de falhas no cumprimento de leis, regulamentos, códigos de ética e conduta e das boas práticas bancárias. O gerenciamento de risco de compliance tem caráter preventivo e inclui a monitoria, treinamento e comunicação adequada das regras e legislação aplicáveis a cada área de negócios do Banco.

Risco de Lavagem de Dinheiro e de Financiamento ao Terrorismo

É a possibilidade de o Banco ser utilizado para a lavagem de dinheiro, através da contratação de produtos, serviços e realização de movimentações financeiras comuns ou complexas envolvendo recursos provenientes de negócios ilícitos no Brasil e no exterior, tais como o tráfico de entorpecentes, corrupção pública, evasão de divisas, entre outros.

No caso de financiamento ao terrorismo, o risco está relacionado à realização de transações de ou a favor de pessoas físicas e jurídicas que constam em listas internacionais divulgadas pelo GAFI – Grupo de Ação Financeira Internacional, Organização das Nações Unidas (ONU), União Europeia, entre outras, ou recursos daquelas que se identificam como simpatizantes de grupos extremistas e que por esse motivo, realizam contribuições, doações, atuam na logística de distribuição de recursos, a fim de auxiliar financeiramente ao terrorismo.

Para prevenir e combater a lavagem de dinheiro e o financiamento ao terrorismo, o Banco dispõe de uma Governança Institucional baseada nas melhores práticas de controle e de atendimento aos padrões mundiais de organismos e autoridades nos países onde atua.

Baseados em normas internas e externas, entre elas a Lei Anticorrupção 12.846/2013, o Banco realiza treinamentos periódicos e tem como objetivo, capacitar, alertar e educar os seus colaboradores.

Risco Reputacional

É o risco de dano ao modo como o Banco é visto pela opinião pública, por seus clientes, investidores ou qualquer parte interessada e que podem ocasionar importantes perdas financeiras para o Banco

Risco Socioambiental

A Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) do Banco Santander, que segue as diretrizes da Resolução CMN 4.327/2014 e do Regulamento SARB Nº. 14 da Febraban, estabelece princípios e diretrizes e consolida políticas e procedimentos específicos para as práticas socioambientais nos negócios e no relacionamento com as partes interessadas, incluindo o gerenciamento de riscos, impactos e oportunidades. O Banco possui um executivo estatutário responsável pelo cumprimento dessa política. Em 2016, a PRSA foi revisada e se mantém como um importante impulsionador da gestão socioambiental. Nesse ano, o Banco consolidou também a governança da PRSA por meio da implantação de um painel de indicadores, acompanhado por um grupo composto de profissionais de diversas áreas que analisam os avanços e desafios do cumprimento das suas diretrizes. Além disso, a área de Auditoria Interna conduz o processo de supervisão do cumprimento dos compromissos assumidos na PRSA e em políticas associadas. A PRSA também é monitorada e avaliada pelo Comitê de Sustentabilidade, vinculado ao Conselho de Administração.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Complementam os compromissos assumidos na PRSA, os presentes em outras políticas do Banco, como por exemplo na Política Anticorrupção, Políticas de Relacionamento e Homologação de Fornecedores, Política de Política de Direitos Humanos, Políticas de Risco Socioambiental e a Política de Investimento Social Privado, que tem como objetivo orientar quanto à estratégia de Investimento Social Privado e apresentar diretrizes para a criação e manutenção de programas sociais que fortaleçam essa estratégia, de forma a concretizar sua contribuição para que as pessoas e os negócios prosperem.

O risco socioambiental é analisado de forma a mitigar as questões de risco operacional, risco de capital, risco de crédito e risco reputacional.

O gerenciamento de risco socioambiental para o Banco de Atacado é realizado através da análise das práticas socioambientais dos clientes que possuem limites ou risco de crédito acima de R\$1 milhão. Essa análise considera itens como terrenos contaminados, desmatamento, condições de trabalho e outros possíveis pontos de atenção socioambiental nos quais há possibilidade de penalidades e perdas. O procedimento é realizado por uma equipe especializada, com formação em Biologia, Engenharia de Saúde e Segurança, Geologia e Engenharia Química. A equipe de análise financeira considera o potencial de danos e impactos que situações socioambientais desfavoráveis podem causar à condição financeira e às garantias dos clientes. A análise foca em preservar o capital e reputação no mercado e a disseminação da prática é obtida através do treinamento constante das áreas comerciais e de crédito sobre a aplicação de padrões de risco socioambiental no processo de aprovação de crédito para pessoa jurídica no Banco de Atacado.

Desde 2009, o Santander é signatário dos Princípios do Equador. Esse conjunto de diretrizes é empregado para mitigar os riscos socioambientais no financiamento de grandes projetos.

No cálculo do *rating* de crédito, o Banco passou a incluir uma nota para as práticas sociais e ambientais dos clientes do segmento Corporate - empresas com faturamento acima de R\$200 milhões. A iniciativa chamada de *Rating* Socioambiental traz benefícios diretos para: 1) o cliente, que passou a ter suas boas práticas socioambientais recompensadas com melhores condições no crédito; 2) o Banco, que tornou sua análise de crédito ainda mais completa; 3) a sociedade, pois ao estimular as boas práticas no negócio de seus clientes, o Banco promove e incentiva a responsabilidade corporativa em diferentes cadeias e setores.

O relacionamento entre o Santander e seus fornecedores está respaldado pelas diretrizes do Pacto Global - iniciativa da ONU para adoção de práticas mundialmente aceitas em temas como direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção, do qual é signatário desde 2007. Estas diretrizes estão presentes no processo de concorrência, homologação e contratação. Durante o processo de homologação, os fornecedores são avaliados em aspectos técnicos, administrativos, legais e socioambientais, e para 100% dos fornecedores de criticidade alta, o Banco possui um Índice de Qualificação de Fornecedores (IQF). Na formalização da prestação de um serviço ou aquisição de um bem, o Banco utiliza contratos que possuem cláusulas de responsabilidade socioambiental alinhadas às diretrizes do Pacto Global. O Banco implantou o Marco Corporativo de Acordos com Terceiros e Controle de Fornecedores, que estabelece diretrizes que regulam a relação das entidades do Grupo com os fornecedores, com objetivo de mitigar os riscos inerentes ao negócio, desde o processo de contratação e/ou terceirização de serviços, bem como durante a vigência do contrato. Durante a prestação de serviço, o Banco tem um processo de monitoramento de seus fornecedores, verificando a regularidade das obrigações fiscais, tributárias e trabalhistas e a transparência na relação com a Administração Pública, permitindo a adoção de ações para mitigação de riscos. Considera riscos como: Tecnológicos e Operacionais, Reputacionais, Legais, Compliance, Sustentabilidade, entre outros.

Gestão Integrada de Riscos

O Bacen publicou em 23 de fevereiro de 2017 a Resolução CMN 4.557 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital (GIRC) e entrou em vigor em 180 dias da data de sua publicação. A Resolução destaca a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento integrado de riscos e capital, definição de programa de teste de estresse integrado e Declaração de Apetite por Riscos (RAS – Risk Appetite Statement), constituição de Comitê de Riscos e indicação de diretores para gerenciamento de riscos e de capital. O Banco Santander realizou mapeamento das ações necessárias, visando a aderência à nova Resolução sem identificar impactos relevantes decorrentes dessa norma até a data de publicação deste relatório.

O Banco Santander possui uma área de Gestão Integrada de Riscos, para a identificação, monitoramento, controle e consolidação, assegurando o correto tratamento de todos os riscos (financeiros e não financeiros) aos quais está potencialmente exposto, garantindo o acompanhamento nos devidos fóruns internos de governança.

A gestão e controle dos riscos no Banco se estruturam em três linhas de defesa que desenvolvem funções distintas e independentes.

- i. Gestão de riscos desde sua geração;
- ii. Controle e consolidação dos riscos, supervisionando sua gestão; e
- iii. Revisão independente das atividades de riscos.

As três linhas de defesa devem contar com um nível de separação e independência suficientes para não comprometer a efetividade da gestão.

Sem prejuízo da independência antes mencionada, as três linhas de defesa devem atuar coordenadamente, a fim de maximizar sua eficiência e potencializar sua efetividade.

Definição das Linhas de Defesa**Primeira Linha de Defesa: Geração e Gestão do Risco**

As linhas de negócio ou atividades que geram exposição a um risco constituem a primeira linha de defesa frente a este. A geração de riscos na primeira linha de defesa deve ajustar-se ao apetite e aos limites definidos. Para atender sua função, a primeira linha de defesa deve dispor dos meios para identificar, medir, gerenciar e reportar os riscos assumidos.

Segunda Linha de Defesa: Controle e Supervisão de Riscos

A segunda linha de defesa, representada pela Vice-Presidência Executiva de Riscos (VPE de Riscos), está constituída por equipes especializadas no controle de riscos e na supervisão da gestão dos mesmos. Esta segunda linha deverá zelar pelo controle efetivo dos riscos e assegurar que os mesmos são gerenciados de acordo com o nível de apetite de risco definido pela Administração do Banco.

Terceira Linha de Defesa: Auditoria Interna

Em seu trabalho de última etapa de controle existente no Banco, a Auditoria Interna, deve avaliar periodicamente que as políticas, métodos e procedimentos são adequados e comprovar que estão implantados efetivamente na gestão.

Governança Corporativa da Função de Riscos

O modelo de governança está estruturado tanto em uma visão de decisão, com foco na análise e aprovação de propostas e limites de crédito, como em uma visão de controle, com foco no controle integral de riscos.

Os princípios fundamentais que regem o modelo de governança de riscos são:

- Independência da função de riscos em relação as áreas de negócios;
- Envolvimento da Administração nas tomadas de decisão; e
- Decisões colegiadas e consenso sobre as operações de crédito.

O Comitê Executivo de Riscos (CER) é o comitê de decisão local com a participação de membros do Comitê Executivo, entre eles o Diretor Presidente do Banco e o VPE de Riscos. As principais atribuições deste comitê são:

- Acompanhar a evolução das carteiras de crédito e mercado;
- Decidir sobre propostas de crédito;
- Definir e acompanhar o cumprimento do apetite de risco;
- Definir e acompanhar os planos de ação para solucionar às recomendações formuladas pelos reguladores locais e globais e pela Auditoria Interna;
- Aprovar e autorizar as ferramentas de gestão, iniciativas de melhora, o seguimento de projetos e quaisquer outras atividades relevantes relacionadas a gestão de riscos; e
- Aprovar as políticas de riscos assim como mudanças em políticas de riscos com impacto em receitas, margem ou despesas de provisão.

O Comitê de Controle de Riscos (CCR) é o responsável pelo controle e acompanhamento local com representantes da gestão do Banco, entre eles o VPE de Riscos e o Vice-Presidente de Finanças. As principais atribuições deste comitê são:

- Realizar um seguimento integral e periódico de todos os riscos, comprovando se seu perfil encontra-se dentro do estabelecido no apetite de risco, Planejamento Estratégico Comercial e orçamento aprovado pelo Conselho de Administração;
- Realizar um controle periódico independente das atividades de gestão de riscos;
- Supervisionar as medidas adotadas, em matéria de riscos, para cumprir com as recomendações e indicações formuladas pelo regulador e Auditoria Interna local; e
- Proporcionar ao Conselho de Administração e ao Comitê Executivo a informação e assistência que precisem em matéria de riscos.

Os temas relevantes de gestão de riscos ou aqueles que por ventura excedam a alçada destes Comitês, serão encaminhados e decididos pelo Conselho de Administração.



Gerenciamento de Risco de Crédito

O gerenciamento de Riscos de Crédito fornece subsídios à definição de estratégias conforme o apetite de riscos, além de estabelecer limites, abrangendo a análise de exposição e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de risco e uma rentabilidade mínima adequados que compensem a inadimplência estimada, tanto do cliente como da carteira, conforme definido pelo Comitê Executivo e Conselho de Administração.

A gestão de Riscos de Crédito é especializada em função das características dos clientes, sendo segregada entre clientes individualizados ("carteirizados" com acompanhamento de analistas dedicados) e clientes com características similares (estandarizados):

- **Gestão Individualizada** - é executada por um analista de riscos definido, que prepara as análises, encaminha ao Comitê de Riscos e faz o acompanhamento da evolução do cliente. Abrange os clientes do segmento de Atacado: Corporate e Global Corporate Banking (GCB), instituições financeiras e determinadas empresas; e
- **Gestão Estandarizada** - voltada a pessoas físicas e empresas não enquadradas como clientes individualizados (pequenas e médias empresas). Baseia-se em modelos automatizados de tomada de decisão e de avaliação do risco interno, complementados por alçadas comerciais e equipes de analistas especializados para tratar exceções.

O perfil do risco de crédito assumido pelo Banco é caracterizado por uma diversificada distribuição geográfica e pela prevalência de operações bancárias varejistas. Aspectos macroeconômicos e condições de mercado, assim como a concentração setorial e geográfica, o perfil dos clientes e as perspectivas econômicas também são avaliadas e consideradas na mensuração adequada de risco de crédito.

O risco envolvido nas operações de crédito, a identificação do tomador, da contraparte, a classificação do risco em diferentes categorias, a concessão do crédito e as avaliações periódicas dos níveis de risco são procedimentos que corroboram na determinação dos volumes de garantias e provisões necessários para que as operações de crédito sejam realizadas de acordo com as normas vigentes e com a segurança devida.

As políticas, os sistemas e os procedimentos utilizados são reavaliados anualmente para estarem sempre de acordo com as necessidades do gerenciamento de riscos e com os cenários atuais do mercado.

a) Modelos de Rating

O Banco usa modelos próprios de *score/rating* internos, para medir a qualidade de crédito de um cliente ou de uma operação. Cada *rating* está relacionado com uma probabilidade de inadimplência ou não-pagamento, determinada a partir da experiência histórica da instituição, para prever a inadimplência. Os *scores/ratings* são utilizados no processo de aprovação e acompanhamento do risco.

As classificações atribuídas aos clientes são revisadas periodicamente, incorporando a nova informação financeira disponível e a experiência desenvolvida na relação bancária. A frequência dessas novas avaliações é maior para os clientes que alcançam certos níveis nos sistemas automáticos de alerta e também àqueles classificados como de acompanhamento especial.

As ferramentas de qualificação Global são aquelas aplicadas aos segmentos de risco soberano, instituições financeiras e GCB, com gestão centralizada no Banco. Essas ferramentas geram o *rating* de cada cliente, que é obtido a partir de um módulo automático ou quantitativo, com base em coeficientes de balanços patrimoniais ou variáveis macroeconômicas, complementados pelo julgamento do analista e são revisadas para que as qualificações por elas atribuídas sejam progressivamente aperfeiçoadas.

No caso de empresas e instituições privadas de carteira, foi definida uma metodologia única para elaborar um *rating* em cada país, baseada nos mesmos módulos que os *ratings* anteriores: quantitativo ou automático (nesse caso analisando o comportamento de crédito de uma amostra de clientes em relação aos seus estados financeiros), qualitativo ou revisão feita pelo analista com ajustes finais.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Para clientes com gestão padronizada (estandarizada), tanto de pessoas jurídicas como de pessoas físicas, existem ferramentas de *scoring* que atribuem automaticamente uma nota ao cliente.

Essas ferramentas são complementadas com modelos de performance, os quais permitem uma maior previsibilidade do risco assumido e que são usados para atividades preventivas e de comercialização.

b) Ciclo do Risco de Crédito

O processo de gestão de risco de crédito consiste em identificar, medir, analisar, controlar, negociar e decidir sobre as exposições as quais as empresas do Conglomerado Santander estão submetidas. O ciclo de gestão de risco de crédito possui funções distintas para cada uma das três fases:

- Pré-venda: inclui os processos de planejamento, fixação de metas, análise de risco, definição do apetite de riscos, aprovação de novos produtos e processos de *rating* de crédito;
- Venda: trata-se da tomada de decisão para operações pré-classificadas e específicas; e
- Pós-venda: contempla os processos de monitoramento, mensuração e controle, além da gestão do processo de recuperação.

Este processo é acompanhado pelo Conselho de Administração e pelo Comitê Executivo do Banco que aprova as políticas e os procedimentos de riscos, os limites, as delegações de alçadas além de supervisionar a atuação da Vice-Presidência.



Planejamento e Limites de Risco

O limite de risco estabelece o interesse do Banco mediante à avaliação de propostas de negócio e a posição do risco. É definido através do apetite ao risco aprovado pela Administração do Banco e das unidades.

Como pré-requisitos para o planejamento estratégico do Banco são definidos limites de Apetite ao Risco. As métricas e os limites são aprovados pelo Comitê Executivo de Riscos, pelo Conselho de Administração, segundo a governança estabelecida no Marco Corporativo de Riscos do Banco Santander.

Os limites são baseados em duas estruturas básicas: clientes/segmentos e produtos.

No caso dos riscos individualizados, o nível mais básico é o cliente, para o qual são estabelecidos limites individuais.

Para os clientes GCB, é utilizado um modelo de pré-classificação baseado em um sistema de mensuração e monitoramento do capital econômico. Em relação ao segmento *Corporate*, utiliza-se o modelo de limite operacional simplificado para clientes que cumprem determinados requisitos (conhecimento elevado, *rating*, entre outros).

No caso dos riscos estandarizados, os limites de risco são definidos através de ferramentas automáticas (aprovação massiva), que aplicam regras distintas de acordo com o produto, perfil de crédito e nota de risco do cliente e estão descritos no Planejamento Estratégico Comercial (PEC), que é um documento previamente acordado pela área Comercial e que contém os resultados esperados do negócio em termos de risco/retorno.

Análise de Risco

Consiste em examinar a capacidade da contraparte em fazer frente aos seus compromissos contratuais com o Banco e demais entidades do Conglomerado Financeiro e Prudencial.

Através da análise de especialistas ou modelos estatísticos, é atribuído um *rating* interno que reflete a probabilidade de ocorrência da inadimplência.

Essa análise é realizada no mínimo anualmente, podendo ser revisado com maior periodicidade se o perfil de risco do cliente o requerer (em função de sistemas de alerta centralizadas ou visitas do gerente ou analista de crédito) ou se existirem operações pontuais fora dos limites de crédito estabelecidos.

Tomada de Decisão sobre Propostas

Tem o objetivo de analisar e adotar resoluções, de acordo com as políticas pré-estabelecidas, levando em consideração o apetite de risco e quaisquer elementos da operação importantes para avaliar o risco e retorno.

O Banco Santander utiliza, entre outras, a metodologia Rentabilidade Ajustada ao Risco no Capital (RORAC) para a análise e a precificação no processo de tomada de decisão sobre operações e negócios, principalmente, nos maiores Conglomerados (segmento atacado).

As operações do Varejo são liberadas a partir de limites aprovados via forma massificada ou através de procedimentos de exceção, que utilizam elementos julgamentais conforme alçadas pré-definidas.

Monitoramento de Risco

A detecção preventiva de deterioração da qualidade de crédito da operação é responsabilidade do gerente comercial em conjunto com o analista de riscos. Adicionalmente, é realizado o monitoramento dos riscos através de um processo de observação permanente para identificação antecipada de incidentes que possam decorrer na evolução das operações, dos clientes e de seu ambiente.

Este monitoramento pode resultar na classificação do cliente em FEVE (Firmas em Vigilância Especial), que é um sistema que permite a diferenciação do nível de gestão e a ação a ser tomada caso a caso.

Estes clientes são revisados semestralmente ou a cada trimestre para casos de categorias mais graves. A classificação FEVE também pode decorrer da revisão realizada pela Auditoria Interna.

São utilizadas, no nível individual, rotinas diárias extraídas de sistemas específicos, com o objetivo de controlar a devida utilização dos limites concedidos. Neste mesmo nível, é feito controle da suficiência de garantias, por área centralizada de gestão.

No caso dos riscos no nível estandarizado, os indicadores-chave (concentração, perda de crédito e cumprimento de orçamento) são monitorados com o objetivo de detectar variações no desempenho da carteira em relação às projeções realizadas nos PEC.

A reavaliação do risco no nível cliente ocorre a partir do cálculo mensal da nota de risco através de modelos comportamentais, que podem considerar, por exemplo, variáveis referentes a atraso no pagamento e restrições externas.

São analisados indicadores para medir o desempenho e aderência das decisões tomadas, visando determinar possíveis ajustes nos níveis de alçadas delegadas.

Provisões

O Banco Santander constitui provisão de acordo com a legislação vigente do Bacen, de acordo com as Resoluções CMN 2.682/1999; 2.697/2000 e a Carta Circular do Bacen 2.899/2000, que classifica as operações de crédito por *rating* e determina o percentual mínimo de provisão requerido (Nota 8.e).

Recuperação

As estratégias e os canais de atuação são definidos de acordo com os dias de atraso no pagamento e com os montantes em atraso e buscam sempre como a primeira alternativa, a recuperação do cliente. São utilizadas ferramentas como pontuação comportamental, para estudar o desempenho de cobrança de certos grupos, no intuito de diminuir custos e aumentar as recuperações.

Os clientes com maior probabilidade de pagamento são classificados como baixo risco e os clientes com baixa probabilidade de pagamento são classificados como alto risco, determinando assim a intensidade da cobrança.

O foco está na manutenção de um saudável relacionamento com os clientes, por isso, as atuações dos canais de cobrança são definidas pelo “Mapa de Responsabilidade”, documento que utiliza o tempo de inadimplência versus o valor de risco, além de outras características utilizadas para compor a definição de estratégias.

O Banco utiliza cobranças específicas de acordo com o público conforme detalhamento a seguir:

- Equipes internas especializadas em reestruturação e recuperação de créditos com atuação direta junto aos clientes inadimplentes com atraso superior a 60 dias e valores mais expressivos; e
- Escritórios externos especializados para cobrar, notificar e ajuizar clientes de alto risco. Esses escritórios são comissionados de acordo com percentuais preestabelecidos aplicados sobre os valores recuperados.

Venda de carteira de créditos inadimplentes é parte recorrente da estratégia de recuperação, nesse caso somente os direitos creditórios são vendidos, todos relacionamento e meios transacionais permanecem no Banco.

Vendas de Carteira de Créditos Inadimplidos

Com foco em operações em situação de prejuízo, são realizadas periodicamente através de processos de leilão competitivo ou bilateral, nos quais se avaliam as condições, características e preço de venda das carteiras que serão ofertadas para os investidores potenciais.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para uma gestão efetiva de capital, o Santander adota uma governança robusta que suporta todos os processos relacionados ao tema visando:

- Definir de forma clara e coerente as funções de cada equipe envolvida na gestão do capital;
- Garantir que os limites de capital estabelecidos na gestão, no apetite ao risco e no RIA (*Risk Identification & Assessment*) sejam cumpridos;
- Garantir que as ações referentes à estratégia do Banco levem em consideração os impactos gerados na alocação de capital;
- Garantir que a Administração participe ativamente da gestão e seja informada com recorrência sobre o comportamento dos indicadores de capital.

Além disto, são também definidas as responsabilidades das principais equipes envolvidas, a partir das linhas de defesa já mencionadas anteriormente.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Todos os fluxos, cálculos e modelos envolvidos no gerenciamento de capital são auditados e validados internamente, pela terceira linha de defesa; e seus resultados reportados à Administração.

No Banco Santander, há um diretor responsável pelo gerenciamento de capital nomeado pelo Conselho de Administração; além disso, existem políticas institucionais de capital, as quais são diretrizes para o cálculo, gestão, controle e reporte de capital; cumprindo com todos os requerimentos definidos na Resolução CMN 4.557/2017.

Outras Informações

Uma vez estabelecida a governança referente ao tema, são definidas as principais atividades a serem adotadas para a gestão do capital:

- Definição das metas de solvência e de capital;
- Desenvolvimento de um Planejamento de Capital Plurianual;
- Avaliação da Adequação de Capital;
- Elaboração do Orçamento Anual de Capital;
- Monitoramento e controle da performance em relação ao orçamento e desenvolvimento de planos de ação; e
- Elaboração de reportes internos de capital, assim como relatórios para supervisores e para o mercado.

Para as etapas de definição das metas de capital, planejamento plurianual, orçamento e controle dos índices mensais, é verificada a consistência com os requerimentos mínimos regulatórios, o perfil de risco e os indicadores do apetite ao risco.

Vale ressaltar que o processo de gerenciamento, acompanhamento e controle de capital é realizado tanto para o capital regulatório quanto para o capital econômico.

37. Reestruturações Societárias

Foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Conglomerado Santander.

a) Acordo para Aquisição Indireta de Participação Societária nas Sociedades Ipanema Empreendimentos e Participações e Gestora de Investimentos Ipanema

Em 5 de julho de 2017, a Atual Securitizadora, subsidiária integral do Banco Santander (Nota 15), celebrou contrato de compra e venda para adquirir participação societária equivalente a 70% das quotas representativas do capital social das sociedades Ipanema Empreendimentos e Participações Ltda. e Gestora de Investimentos Ipanema Ltda. Em 19 de setembro de 2017, o Bacen autorizou a Aquisição e, após o cumprimento das demais condições precedentes, as partes concluíram a transação em 16 de outubro de 2017.

b) Constituição da Gestora de Inteligência de Crédito - Parceria entre Banco Santander e Outros Bancos do Mercado Brasileiro

No dia 14 de abril de 2017, foram firmados pelos acionistas os documentos definitivos necessários à constituição de um novo birô de crédito, a Gestora de Inteligência de Crédito S.A. ("Companhia"), cujo controle será compartilhado entre os acionistas que deterão 20% do seu capital social cada. A Companhia desenvolverá um banco de dados com o objetivo de agregar, conciliar e tratar informações cadastrais e creditícias de pessoas físicas e jurídicas, nos termos das normas aplicáveis, propiciando um significativo aperfeiçoamento dos processos de concessão, precificação e direcionamento de linhas de crédito. O Banco estima que a Companhia esteja integralmente operacional em 2019.

c) Formação de Parceria com o Grupo Hyundai no Brasil

No dia 28 de abril de 2016, a Aymoré CFI e o Banco Santander celebraram documentos para a formação de uma parceria com a Hyundai Motor Brasil Montadora de Automóveis Ltda. (Hyundai Motor Brasil) e Hyundai Capital Services, Inc. (Hyundai Capital) para constituição do Banco Hyundai Capital Brasil S.A. e de uma corretora de seguros para o fornecimento, respectivamente, de produtos e serviços financeiros para o financiamento de automóveis e de corretagem de seguros, para os consumidores e concessionárias da Hyundai no Brasil. A estrutura de capital da parceria terá uma participação acionária de 50% da Aymoré CFI, 25% da Hyundai Capital e 25% da Hyundai Motor Brasil. A implementação da operação está sujeita à obtenção das autorizações regulatórias pertinentes. Em 19 de setembro de 2017, foi publicado no Diário Oficial da União o Decreto Presidencial reconhecendo interesse do governo brasileiro na participação estrangeira em instituição financeira nacional a ser constituída pelos grupos Santander e Hyundai.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

d) Outros Movimentos Societários

Também foram realizados os seguintes atos societários:

- Em 29 de setembro de 2017, foram aprovadas a incorporação e o Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Santander Brasil Advisory pela Santander Corretora de Seguros (Atual denominação Social da Santander Participações S.A.), de forma que a Santander Corretora de Seguros recebeu, pelos seus valores contábeis, com base no balanço levantado em 31 de agosto de 2017, a totalidade dos bens, direitos e obrigações da Santander Brasil Advisory. Com a extinção da Santander Brasil Advisory a Santander Corretora de Seguros passou a ser sua sucessora em todos os seus direitos e obrigações.
- Em 31 de agosto de 2017, foram aprovadas a incorporação e o Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Santander Microcrédito pela Santander Corretora de Seguros (Atual denominação Social da Santander Participações S.A.), de forma que a Santander Corretora de Seguros recebeu, pelos seus valores contábeis, com base no balanço levantado em 30 de junho de 2017, a totalidade dos bens, direitos e obrigações da Santander Microcrédito. Com a extinção da Santander Microcrédito a Santander Corretora de Seguros passou a ser sua sucessora em todos os seus direitos e obrigações.
- Em 30 de dezembro de 2016, foi aprovado, em sede de AGE da Webmotors S.A. a incorporação e o Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Virtual Motors pela Webmotors S.A., de forma que a Webmotors S.A. recebeu, pelo seu valor contábil, com base no balanço levantado em 30 de novembro de 2016, a totalidade dos bens, direitos e obrigações da Virtual Motors, com extinção da Virtual Motors, e que será sucedida pela Webmotors S.A. em todos os seus direitos e obrigações.

38. Outras Informações

- a) As coobrigações e riscos em garantias prestadas a clientes, registradas em contas de compensação, atingiram o valor de R\$39.634.734 (31/12/2016 - R\$34.251.930) no Banco e R\$40.331.918 (31/12/2016 - R\$35.063.909) no Consolidado.
- b) O valor total de fundos de investimento e ativos sob gestão do Conglomerado Santander é de R\$1.722.068 (31/12/2016 - R\$1.533.620) e o total de fundos de investimento e ativos administrados é de R\$184.483.014 (31/12/2016 - R\$158.734.033) registrados em contas de compensação.
- c) Os seguros com vigência em 30 de setembro de 2017, na modalidade global de bancos, incêndios, veículos e outros, têm valor de cobertura de R\$1.316.447 (31/12/2016 - R\$876.519) no Banco e R\$1.323.806 (31/12/2016 - R\$885.043) no Consolidado e na modalidade global de bancos, foi contratado um seguro com valor de cobertura no valor de R\$148.499 (31/12/2016 - R\$148.499) no Banco e Consolidado, podendo ser utilizado isoladamente ou em conjunto, desde que não ultrapasse o valor contratado.
- d) Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, não tiveram operações ativas vinculadas e obrigações por operações ativas vinculadas. No acumulado do período findo em 30 de setembro de 2016, foram registradas receitas com as operações ativas vinculadas no valor de R\$170 e despesas referente as obrigações por operações ativas vinculadas no valor de R\$170.
- e) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - Resolução CMN 3.263/2005 - o Banco Santander possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas físicas e jurídicas integrantes ou não do SFN, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes as quais possuam essa modalidade de acordo. Esses acordos estabelecem que as obrigações de pagamento para com o Banco Santander, decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Santander junto à contraparte.
- f) Outros Compromissos - o Banco Santander aluga propriedades, principalmente utilizadas como agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito de arrendamento mercantil operacional.

Total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis:

	30/09/2017	31/12/2016
Até 1 Ano	606.739	646.804
Entre 1 a 5 Anos	1.581.089	1.789.670
Mais de 5 Anos	502.495	496.802
Total	2.690.323	2.933.276

Adicionalmente, o Banco Santander possui contratos com prazo indeterminado, no montante de R\$1.041 (31/12/2016 - R\$1.013) correspondente ao aluguel mensal dos contratos com esta característica. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional, reconhecidos como despesas no terceiro trimestre de 2017, foram no valor de R\$155.790 (2016 - R\$162.378) e no acumulado do período de R\$489.074 (2016 - R\$487.112).

Os contratos de alugueis serão reajustados anualmente, conforme legislação em vigor, sendo que o maior percentual é de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM). Fica assegurado ao locatário o direito de denunciar unilateralmente o presente contrato, a qualquer tempo, conforme cláusulas contratuais e legislação em vigor.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

g) No contexto da operação de incorporação da Getnet Tecnologia em Captura e Processamento de Transações H.U.A.H. S.A. (Getnet H.U.A.H. S.A.) pela Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Getnet S.A.), o Banco Santander outorgou aos sócios da Getnet H.U.A.H. S.A. uma opção de venda tendo por objeto todas as ações de emissão da Getnet H.U.A.H. S.A. por eles detidas, equivalentes a 11,5% do capital total desta empresa. Considerando as condições para o exercício da opção de venda, não foi registrada nenhuma obrigação correspondente.

h) No contexto da operação de Acordo de Investimento entre o Banco Santander e Banco Bonsucesso S.A. (Banco Bonsucesso), foram outorgados entres as instituições uma opção de venda (direito do Banco Bonsucesso de venda) e de compra (direito do Banco Santander de aquisição), tendo por objeto todas as ações de emissão do Banco Bonsucesso por eles detidas, equivalentes a 40,0% do capital total desta empresa. Considerando as condições para o exercício da opção de venda, não foi registrada nenhuma obrigação correspondente.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Companhia) declaram que discutiram, **revisaram e concordam com as Demonstrações Financeiras pelo critério BRGAAP do Banco Santander**, relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2017, e os documentos que as compõem, sendo: Comentário de Desempenho, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei de Sociedades por Ações, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF") e demais regulamentação e legislação aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria da Companhia.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 30 de Setembro de 2017:**Diretor Presidente**

Sergio Agapito Lires Rial

Diretores Vice-Presidente Executivos Sêniores

Conrado Engel

José de Paiva Ferreira

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Angel Santodomingo Martell

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alexandre Silva D'Ambrósio

Antonio Pardo de Santayana Montes

Carlos Rey de Vicente

Jean Pierre Dupui

Juan Sebastian Moreno Blanco

Manoel Marcos Madureira

Mário Roberto Opice Leão

Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores Executivos

Jose Alberto Zamorano Hernandez

José Roberto Machado Filho

Maria Eugênia Andrade Lopez Santos

Diretores sem Designação Específica

Alexandre Grossmann Zancani

Amancio Acúrcio Gouveia

Ana Paula Nader Alfaya

André de Carvalho Novaes

Cassio Schmitt

Cassius Schymura

Ede Ilson Viani

Felipe Pires Guerra de Carvalho

Gilberto Duarte de Abreu Filho

Igor Mario Puga

Luis Guilherme Mattos de Oliem Bittencourt

Luiz Masagão Ribeiro Filho

Marcelo Malanga

Marcelo Zerbinatti

Marino Alexandre Calheiros Aguiar

Nilton Sergio Silveira Carvalho

Rafael Bello Noya

Ramón Sanchez Díez

Reginaldo Antonio Ribeiro

Roberto de Oliveira Campos Neto

Robson de Souza Rezende

Ronaldo Wagner Rondinelli

Sérgio Gonçalves

Thomas Gregor Ilg

Ulisses Gomes Guimarães

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso V, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Companhia) declaram que discutiram, **revisaram e concordam com as Demonstrações Financeiras pelo critério BRGAAP do Banco Santander, que inclui o Relatório dos Auditores Independentes**, relativo às Demonstrações Financeiras pelo critério BRGAAP do Banco Santander, para o período encerrado em 30 de Setembro de 2017, e os documentos que as compõem, sendo: Comentário de Desempenho, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei de Sociedades por Ações, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”) e demais regulamentação e legislação aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria da Companhia.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 30 de Setembro de 2017:**Diretor Presidente**

Sergio Agapito Lires Rial

Diretores Vice-Presidente Executivos Sêniores

Conrado Engel

José de Paiva Ferreira

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Angel Santodomingo Martell

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alexandre Silva D'Ambrósio

Antonio Pardo de Santayana Montes

Carlos Rey de Vicente

Jean Pierre Dupui

Juan Sebastian Moreno Blanco

Manoel Marcos Madureira

Mário Roberto Opice Leão

Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores Executivos

Jose Alberto Zamorano Hernandez

José Roberto Machado Filho

Maria Eugênia Andrade Lopez Santos

Diretores sem Designação Específica

Alexandre Grossmann Zancani

Amancio Acúrcio Gouveia

Ana Paula Nader Alfaya

André de Carvalho Novaes

Cassio Schmitt

Cassius Schymura

Ede Ison Viani

Felipe Pires Guerra de Carvalho

Gilberto Duarte de Abreu Filho

Igor Mario Puga

Luis Guilherme Mattos de Oliem Bittencourt

Luiz Masagão Ribeiro Filho

Marcelo Malanga

Marcelo Zerbinatti

Marino Alexandre Calheiros Aguiar

Nilton Sergio Silveira Carvalho

Rafael Bello Noya

Ramón Sanchez Díez

Reginaldo Antonio Ribeiro

Roberto de Oliveira Campos Neto

Robson de Souza Rezende

Ronaldo Wagner Rondinelli

Sérgio Gonçalves

Thomas Gregor Ilg

Ulisses Gomes Guimarães

Nosso propósito é contribuir para que as pessoas e os
negócios prosperem.

E acreditamos que tudo deve ser feito de um jeito:

Simples | Pessoal | Justo